

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MODALIDADE PROFISSIONAL (PPGE-MP)

JOSELIA DE MACEDO ARAUJO MENDONÇA

**REDE DE ATORES PARA A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE
ASSISTIDA: O CASO DE LUZIÂNIA-GO**

**Brasília-DF
2025**

JOSELIA DE MACEDO ARAUJO MENDONÇA

**REDE DE ATORES PARA A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE
ASSISTIDA: O CASO DE LUZIÂNIA- GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte de requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação. Campo de pesquisa: Política, Gestão, Sociedade e Cultura.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fernanda Natasha Bravo Cruz

**Brasília-DF
2025**

Autorizo a reprodução ou a divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM539r Mendonça, Joselia de Macedo Araujo
 Rede de Atores para a Medida Socioeducativa de Liberdade
Assistida: o caso de Luziânia- GO / Joselia de Macedo Araujo
Mendonça; orientador Fernanda Natasha Bravo Cruz. --
Brasília, 2025.
 130 p.

 Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) --
Universidade de Brasília, 2025.

 1. Medidas Socioeducativas. 2. Rede de atores na
Liberdade Assistida. 3. Ação Pública. 4. Intersetorialidade.
5. Jovens em conflito com a lei. I. Bravo Cruz, Fernanda
Natasha, orient. II. Título.

JOSELIA DE MACEDO ARAUJO MENDONÇA

REDE DE ATORES PARA A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE
ASSISTIDA: O CASO DE LUZIÂNIA- GO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte de requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação. Campo de pesquisa: Política, Gestão, Sociedade e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Fernanda Natasha Bravo Cruz (PPGE-MP/FE/UnB)
Presidente(a)

Profª Drª Doriana Daroit (PPGDSCI/CEAM/UnB)
Membro Interno

Profº Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva (IPEA)
Membro Externo

Profª Drª Girlene Ribeiro de Jesus (PPGE-MP/FE/UnB)
Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo a Deus e aos meus ancestrais. É com muita alegria e gratidão que venho rememorar todos que me ajudaram e participaram desta trajetória original e de grande intensidade para que eu pudesse produzir esta dissertação. Meu coração é imensamente grato a cada contribuição que recebi durante toda essa caminhada.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Fernanda Natasha, pelas orientações cuidadosas e atentas, pelo carinho e pela compreensão recebida durante o trabalho e por ter acreditado nas minhas capacidades.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela dedicação e persistência em nos fazer refletir sobre novas visões de mundo. Em especial às professoras que compuseram a minha banca de qualificação, Prof^a Dr^a Renísia Cristina Garcia Filice e Prof^a Dr^a Cecília Nunes Froemming, suas colocações e sugestões enriqueceram a dissertação; e aos professores Dr^o Frederico Augusto Barbosa da Silva, Prof^a Dr^a Doriana Daroit e Prof^a Dr^a Girlene Ribeiro de Jesus que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca avaliadora da defesa desta dissertação, suas trajetórias intelectuais, suas leituras e revisões serão muito valiosas para o trabalho final.

Aos professores que fizeram parte de minha trajetória de vida, em especial, ao Prof. Dr. Ronaldo Rodrigues, que muito me apoiou, ao Prof. Dr. Severo Almeida e à Prof^a Dr^a Andrea Kochman, os quais me mostraram a importância do professor pesquisador e as possibilidades diversas de construir um texto acadêmico. Aos professores Dr. Leonardo Ortegá e Dr^a Renísia Filice, pelas leituras atentas no âmbito da interseccionalidade e que, de certa forma, colaboraram não só para a minha formação acadêmica, mas também para ampliar as minhas reflexões enquanto sujeito e mulher negra na sociedade.

Ao Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal, pela acolhida e pelas informações prestadas, tão necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos e às amigas do mestrado que torceram por mim, Fatima Fonseca e Tatiane Andrade, que sempre tiveram uma escuta amorosa e paciente nos dias de ansiedade.

À minha querida amiga de trabalho e de vida - Elcimar Salomão, e ao amigo Francisco Verdiono, por terem sido meu colo preferido nos momentos de angústia e incompreensão e pelos sorrisos compartilhados ao longo desses 14 anos que me deram forças para seguir sempre adiante e nunca deixar de acreditar nos meus sonhos.

Ao amigo e antropólogo Fernando Rocha, por ter sempre uma contribuição a fazer do ponto de vista espiritual e intelectual sobre o universo infinito denominado medida

socioeducativa. Aos servidores do Sistema Socioeducativo, em especial Julio César da Gama, Enismaria Lino, Adriano Antunes, Leila Rodrigues, Daniela Brito, Isabel Bolshini, Marcelo Rodrigues, Marcelo Alckmin, Jose Carlos, Renato Bueno e Sany Nogueira. E aos servidores Dr^a Célia Regina, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e Tenente Gustavo Arão, da Polícia Militar do estado de Goiás, os quais, mesmo diante das imprevisibilidades do sistema e das nossas diferentes formas de pensar e atuar no sistema, sempre foram solícitos e disponíveis em atender as minhas demandas ao longo dessa caminhada.

À minha família, em especial, à minha mãe Jovenice, ao meu pai Jose Rodrigues e à minha avó Augusta Rodrigues, pelo amor incondicional. Ao meu sobrinho Fabricio, por reservar parte do seu tempo na formatação deste trabalho, aos meus irmãos Joseneis e Josânia, por serem bases de amparo e fraternidade.

Às minhas filhas, Maira, Mariana e Sophia, por todo amor, carinho e afeto, e ao meu amado esposo, Saulo Bruno, que sempre me ajudou e vibrou comigo a cada conquista e pelo grande coração, principalmente nos momentos da escrita solitária. À minha sogra Telvani, pelo amor e cuidado com as minhas filhas quando não estive presente, me dando apoio e suporte familiar para superar os obstáculos da jornada.

E por fim agradeço coletivamente aos adolescentes que passaram pelo Centro de Atendimento Socioeducativo de Luziânia e aos que ainda permanecem, pois, ao longo desses anos, aprendi a ser menos fria e mais humana, me despindo de pré-conceitos, e por meio da escuta sensível e da Pedagogia da Presença conheci um pouco de suas histórias. Eles, de certa forma me desafiam a acreditar que é possível desenvolver um trabalho educativo, com novos conhecimentos e com uma nova visão de mundo, totalmente diferente de quando iniciei no Sistema Socioeducativo. A eles, os meus mais sinceros agradecimentos.

*“Os sonhos vêm e os sonhos vão
E o resto é imperfeito
Disseste que tua voz
Tivesse força igual*

*À imensa dor que tu sentes
Teu grito acordaria
Não só a tua casa
Mas a vizinhança inteira”*

Legião Urbana

RESUMO

Esta pesquisa estuda as Rede de Atores para a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida no Município de Luziânia-GO, região do entorno do Distrito Federal. Neste estudo buscamos compreender como ocorrem as ações públicas de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida no Município e como essas se dão por meio da rede de atores vinculada ao Centro de Atendimento Socioeducativo, ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social e ao Centro de Atenção Psicossocial. Nesse percurso mobilizamos o levantamento documental, registros em diário de campo por meio de observação participante e entrevistas em profundidade com jovens e profissionais que trabalham com o cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida. Para a constituição do *corpus* teórico, buscamos contribuições amparados nos conceitos de redes de atores e redes de políticas públicas em (Andrade, 2011; Marques; 2019; Muller, 2018; Oliveira; Daroit, 2020) e instrumentos de ação pública (Cruz, 2020; Lascoumes; Le Galès, 2012). Foi possível identificar como instrumento de ação pública local a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNASAIRI), o Plano de Ação Municipal, o Plano Operativo Municipal e a Proposta Político-Pedagógica do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE)/Luziânia – GO, tendo como importante ambiente de mobilização e fortalecimento do trabalho em rede o Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTIM). Diante dessas descobertas, foi construído um relatório com algumas recomendações para o acompanhamento da Liberdade Assistida, apontando práticas interacionais e dinâmicas experienciadas pelos servidores públicos em ação que contribuam para o aperfeiçoamento e fortalecimento do trabalho em rede, em especial, por meio da revisão do Plano Operativo Municipal.

Palavras-chave: medidas socioeducativas; liberdade assistida; ação pública; intersetorialidade; jovens em conflito com a lei.

ABSTRACT

This research studies the Network of Actors for the Socio-educational Measure of Assisted Freedom in the Municipality of Luziânia-GO, a region surrounding the Federal District. In this study, we seek to understand how public actions of socio-educational measures of Assisted Freedom occur in the municipality and how these are carried out through the articulation of actors linked to the Socio-Educational Care Center, the Specialized Reference Center for Social Assistance, and the Psychosocial Care Center. We aim to identify the public actions developed and what are the scopes and limits established by the networks of actors for Assisted Freedom in the municipality. The research mobilized documentary research, field diary records through participant observation, and in-depth interviews with young people and professionals working with the enforcement of socio-educational measures of Assisted Freedom. For the construction of the theoretical corpus, we sought contributions on public policy networks and public action instruments, supported by the concepts of Lascoumes and Le Galès (2012), Muller (2018), Marques (2019), Andrade (2011), Cruz (2020), Oliveira and Daroit (2020). We were able to identify as local public action instruments the National Policy for Comprehensive Health Care for Adolescents in Conflict with the Law, in Internment and Provisional Internment Regimes (PNASAIRI), the Municipal Action Plan, the Municipal Operational Plan, and the Political-Pedagogical Proposal of CASE/Luziânia – GO, with an important instrument for mobilization and strengthening of network work being the Municipal Intersectoral Working Group. We perceive that this Group is the main network that mobilizes social actors to engage and new entities that. Furthermore, we identified that some networks either do not exist or are incipient. In light of these findings, and through interviews with engaged public servants in the network, a report was constructed with some recommendations for monitoring Assisted Freedom, pointing out interactional practices and dynamics experienced by public servants in action that contribute to improving and strengthening network work. The discoveries also point to a revision of the Municipal Operational Plan that gave rise to GTIM so that it can integrate institutions that have not yet been included in the group and that are part of the network concerning monitoring young people and adolescents inserted in the Measure of Assisted Freedom.

Keywords: socio-educational measures; assisted freedom; public action; intersectorality; youth in conflict with the law.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Região do Entorno do Distrito Federal	26
Figura 2 - Sistema de Garantia de Direitos.....	34
Figura 3 - Rede de Atores do GTIM.....	91

QUADROS

Quadro 1 - Competências dos entes federativos no âmbito das medidas socioeducativas.....	35
Quadro 2 - Medidas Socioeducativas previstas no ECA.....	39
Quadro 3 - Adolescentes em Medida de Liberdade Assistida atendidos no CREAS Luziânia- GO	69
Quadro 4 - Atores e Eixos Pedagógicos CASE.....	71
Quadro 5 - Participantes do GTIM de Luziânia/GO	77
Quadro 6 - Rede de Atendimento Socioeducativo de Luziânia.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMP	Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BPM	Batalhão da Polícia Militar de Luziânia
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
CBMGO	Corpo de Bombeiros
CF	Constituição Federal
CGSAJ	Coordenação Geral da Saúde de Adolescentes e Jovens
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMC	Comunicação Mediada por Computador
CMDA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNACL	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional de Atendimento Socioeducativo
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTL	Conselho Tutelar do Município
DEPAI	Delegacia de Apuração de Atos Infracionais
DMF	Departamento de Monitoramento e Fiscalização
DRPC	Delegacia Regional da Polícia Civil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FONACRIAD	Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e aos Adolescentes
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GEERIA	Gerência Executiva de Apoio à Criança e ao Adolescente
GTIM	Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal
HRJI	Hospital Regional do Jardim Ingá
LA	Liberdade Assistida
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MP	Ministério Público
MS	Ministério da Saúde
MSE	Medida Socioeducativa
NOB	Norma Operacional Básica
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAS	Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo
PNASAIRI	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em Regime de Internação Provisória e Semiliberdade

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDST	Secretaria de Desenvolvimento Social do Trabalho
SECT	Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho
SEDH/SPDC	Secretaria de Estado de Direitos Humanos
SEDS	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEE	Subsecretaria Estadual de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SGSUAS	Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SMCJ	Secretaria Municipal de Cultura e Juventude
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUPCA	Superintendência da Criança e do Adolescente
SUS	Sistema Único de Saúde
TAR	Teoria Ator Rede
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAI	Unidade de Acolhimento Institucional
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

MEMORIAL ACADÊMICO	15
1 INTRODUÇÃO	22
2 CONTEXTUALIZANDO O SINASE	30
2.1 Breve contextualização do Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado de Goiás	36
2.2 Medidas Socioeducativas e a Liberdade Assistida.....	39
3 REDES E INSTRUMENTOS DA AÇÃO PÚBLICA	43
3.1 Entre as noções de rede e intersetorialidade	43
3.2 Redes de políticas públicas.....	47
3.3 A abordagem ator-rede	50
3.4 Instrumentos da ação pública	52
4 ABORDAGEM ETNOGRÁFICA	55
4.1 Fundamentos de Etnografia.....	57
4.2 Teoria Ator-Rede	60
4.3 Netnografia	61
4.4 O locus da Investigação: GTIM de Luziânia.....	62
4.5 Netnografia no GTIM via WhatsApp	63
4.6 Observação participante e entrevistas com atores-redes do GTIM.....	64
5 AÇÃO PÚBLICA PARA A LIBERDADE ASSISTIDA EM LUZIÂNIA/GO ..	68
5.1 Historicidade e demandas do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal.....	72
5.1.1 Quem faz parte do GTIM?	74
5.2 O GTIM e a LA a partir dos seus atores	77
5.2.1 Efeitos práticos: perspectivas de jovens egressos do SINASE	84
5.3 Como se dão as medidas de Liberdade Assistida por meio das redes mapeadas no município de Luziânia/GO?.....	89
5.4 Práticas interacionais: dinâmicas experienciadas pelos servidores públicos em ação	94
5.5 Alcances e limites das ações públicas estabelecidas pelas redes de atores para a Liberdade Assistida no município.....	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	116

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	118
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	119
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	120
APÊNDICE E - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO.....	121
APÊNDICE F - RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO	122

MEMORIAL ACADÊMICO

“Como pode, professora, o mesmo que educa é o mesmo que algema?” Esta foi a pergunta que recebi ao ingressar no sistema socioeducativo, por um adolescente que foi meu aluno em colégio poucos anos antes.

No ano de 2008, ainda no primeiro ano da faculdade, tive a oportunidade de atuar como professora substituta do Colégio Estadual “Cônego Ramiro”, localizado no Município de Luziânia (GO), em uma turma do 7º Ano do Ensino Fundamental, onde havia 5 alunos que estavam cumprindo Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida. Naquela época eu ainda não tinha nenhuma compreensão sobre o que era a Medida Socioeducativa e muito menos o que significava o termo “Quebra de LA”, tão utilizado por alguns alunos para justificar a ausência de dois colegas que estavam com excesso de faltas, dizendo que eles estavam “presos” no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE).

Sem compreender tal explicação, comecei a observar que o perfil da turma era diferente e, além disso, havia uma grande resistência dos professores efetivos em assumir aquela turma. Os professores relatavam que a turma era composta por alunos muito indisciplinados e que não tinham interesse na aprendizagem. Na época, precisei de muita ajuda dos meus professores da Universidade Estadual de Goiás, para os quais eu relatava as experiências vividas e as dificuldades encontradas para trabalhar. Me recordo que em determinado momento de meus estudos ali, tive a oportunidade de realizar a leitura do livro de Roberto Carlos Ramos, “A Arte de Construir Cidadãos: Quinze Lições da Pedagogia do Amor”, e foi nesse livro que encontrei inspiração para continuar com a turma.

Muitos adolescentes demonstravam resistência em desenvolver as atividades propostas e colocavam os pés em cima da mesa de estudo como forma de desafiar ou chamar atenção. Quando comecei a observar aqueles gestos, percebi que eram mais atitudes para serem vistos pelos seus professores. Eles sempre verbalizavam que ninguém gostava deles, com exceção de mim e da professora de matemática. Nesse contexto adverso, comecei a traçar algumas estratégias de atividades que me aproximassem dos estudantes. Foi quando tive a ideia de realizar atividades com cartas, poesias e contos para conhecer primeiro a realidade de cada um, para depois desenvolver as atividades propostas no currículo.

Em uma das atividades trabalhamos o conto Memórias de um Sargento de Milícias, de Manuel Antônio de Almeida. Por meio dessa atividade, muitos alunos escreveram sua própria história e três delas me chamaram bastante a atenção. Duas estudantes narraram em forma de romance os relacionamentos com jovens envolvidos no tráfico, salientando que os presentes

que ganhavam eram fruto de furto e roubo, que os garotos as tratavam como princesas, e que nas sextas-feiras era o dia em que faltavam às aulas para irem escondidas de seus pais visitar seus namorados no presídio.

Um outro registro foi de um aluno que justificava seus atrasos devido a ter que ajudar os pais com as balinhas que trazia na mochila, que não podiam ser entregues para qualquer pessoa. Eram vendidas por encomenda. Esse aluno sempre trazia no rosto um ar de preocupação e quase não saía para o intervalo.

Com o passar do ano letivo, fui conseguindo trabalhar com a turma, adaptando as aulas com recursos didáticos e, sempre que possível, levava os estudantes para o laboratório de informática para que eles pudessem assistir a documentários das disciplinas de geografia e história, os quais muitas vezes eram gravados durante as madrugadas em mídias de CD para que os estudantes se sentissem motivados.

No final daquele primeiro ano, fiquei conhecida na escola como a professora da “pedagogia do amor”, devido às trocas de experiência com os colegas de trabalho e a partilha da mudança e dos avanços dos alunos por meio dos ensinamentos das 15 lições do livro “Arte de construir cidadãos”, de Roberto Carlos Ramos.

Ao passar dois anos atuando como professora substituta na Rede Estadual de Goiás, no Município de Luziânia, tive a oportunidade de lecionar para vários alunos do 7º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, bem como reencontrá-los em diferentes lugares, como na igreja, na padaria, no mercado ou na fila do banco.

Em 2010, foi aberto o concurso pela Secretaria de Desenvolvimento Social e do Trabalho para as Unidades Socioeducativas do Estado de Goiás. Fui aprovada e lotada no Centro de Atendimento Socioeducativo do Município de Luziânia para Jovens e Adolescentes em Cumprimento de Medidas Privativas de Liberdade. Nessa travessia profissional, jamais imaginei que iria reencontrar alguns alunos com quem tive o primeiro contato na sala de aula na turma do “7º ano E”. Dessa vez, não mais no exercício da relação entre docente e discente, mas sim entre agente socioeducativo e adolescente em conflito com a lei.

Em 2011, nas primeiras semanas de trabalho no exercício da função, por meio de regime de escala de plantão de doze por sessenta horas, um ex-aluno que estava cumprindo medida socioeducativa, com um sorriso no rosto, me perguntou: “A senhora está conosco agora? Vai dar aula aqui?” E eu disse: “Não! Passei no concurso de Educador Social, mas aqui todos exercem a função de Agente”. Na mesma hora, o sorriso e a receptividade no rosto do adolescente desapareceram.

Naquele momento, não compreendi a mudança da expressão facial do adolescente, pois era a minha primeira semana de trabalho e imersão nesse campo. Só com o tempo fui percebendo que a relação agente e adolescente é bastante desafiadora. Na prática, o trabalho do agente socioeducativo se distancia muito da perspectiva sociopedagógica, se aproximando muitas vezes do trabalho da segurança: é trabalho de cárcere, “controle dos corpos”, abrir e fechar cadeados, técnicas de algemas, mediações de conflitos, uso progressivo e moderado da força, limitação dos espaços, entre outros procedimentos (que, aos poucos, finalmente têm sido revistos e adaptados com novas dinâmicas de trabalho).

Muitos desses procedimentos limitam a parte pedagógica do trabalho socioeducativo nesses espaços devido às próprias situações que ocorrem no dia a dia da unidade socioeducativa, dados os conflitos que muitos desses adolescentes trazem dos seus contextos sociais e das comunidades onde estão inseridos. Sendo assim, muitas situações acabam colocando o agente socioeducativo como principal responsável pela segurança, sem antes desenvolver um curso de formação e preparação para a construção de uma identidade profissional voltada à convivência com os jovens e adolescentes, acompanhando-os em todas as atividades propostas pela instituição.

Para fundamentar tal observação, narro aqui uma das primeiras experiências que vivenciei na unidade socioeducativa. Esse acontecimento despertou em mim o interesse em estudar, pesquisar e compreender o sistema socioeducativo através da aplicabilidade das medidas socioeducativas e das formas possíveis de atuar nesses espaços.

Na primeira semana de plantão, o coordenador responsável pela equipe plantonista me escalou, juntamente com dois colegas, para acompanharmos um adolescente em audiência no Juizado da Vara da Infância no Fórum de Luziânia (GO). O coordenador nos acompanhou até a ala onde estava o adolescente e o informou sobre a saída externa e, em seguida, após todo o procedimento de revista íntima no jovem, o encaminhou para a recepção da unidade, pegou as algemas e as chaves e me orientou como algemá-lo e como conduzi-lo.

Depois de várias informações e orientações relacionadas aos procedimentos de deslocamento e condução de saída externa, um que me chamou bastante atenção foi que, ao chegar ou sair do fórum, deveríamos segurar o antebraço do jovem perto das algemas, sempre posicionando o corpo do jovem à nossa frente como uma forma de escudo, dentro dos critérios de segurança e para evitar possíveis riscos de fuga.

Sendo assim, depois de todas as orientações, realizei o procedimento solicitado e, com as mãos trêmulas, algemei o adolescente. Foi uma experiência bastante angustiante. Para somar, nessa ocasião, se tratava de um jovem que foi meu aluno quando exerci a função de professora

substituta na rede estadual. Subimos a escada em silêncio até chegarmos ao veículo. Ao ser colocado no veículo, foi esse o adolescente quem perguntou: “Professora como pode, o mesmo que educa é o mesmo que algema?” Ele prosseguiu, olhando para um policial que também nos observava na guarita: “Vocês são todas almas sebosas!”.

A partir desse dia, tenho buscado por meio da prática socioeducativa rever o meu papel enquanto agente socioeducativo e profissional da área da educação e da socioeducação, para promover reflexões sobre as vivências e experiências compartilhadas, bem como contribuir com o trabalho socioeducativo nesse campo, por meio das normas do SINASE e embasada na Pedagogia da Presença (Costa, 2001), na Pedagogia Social (Caliman, 2006) e na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire.

Minha experiência também me leva a pensar o sistema socioeducativo por meio das políticas públicas e da necessária articulação das redes de atores no acompanhamento das medidas socioeducativas, após a desinternação, mais especificamente na Liberdade Assistida.

Busco apresentar as vivências e experiências ocorridas na unidade socioeducativa e como essas experiências, por meio das medidas socioeducativas, contribuem na socialização e reintegração social do jovem e adolescente no cumprimento da medida socioeducativa, bem como o modo como interferem nesse processo de desenvolvimento, visto que a medida de internação, por menor tempo que dure, deixa suas marcas em um adolescente que precisa de acompanhamento após desligamento da medida de internação.

Então, ao longo desses 14 anos trabalhando diretamente com adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação, no Centro de Atendimento Socioeducativo - (CASE) de Luziânia (GO), tenho cotidianamente observado o retorno de jovens e adolescentes que passaram pela medida de internação retornarem para o regime de internação. E quando indagados sobre o motivo do retorno, respondem que “Quebraram a Liberdade Assistida”.

Diante disso, enquanto profissional do Sistema Socioeducativo, tenho como pretensões críticas perceber se as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e as políticas públicas voltadas para essa finalidade por meio da articulação das redes têm cumprido o seu papel integrador e humanitário.

A partir de tais inquietações, desde o ano de 2017 venho realizando estudos na Universidade Estadual de Goiás sobre a crise no sistema socioeducativo: ressocialização ou marginalização perante as ações pedagógicas inter e transdisciplinares, considerando a aplicabilidade das medidas socioeducativas privativas de liberdade voltadas para a ressocialização e a reintegração do jovem em conflito com a lei. Naquela ocasião, o resultado

da investigação foi que a falta de controle, de fiscalização e a descontinuidade do trabalho socioeducativo iniciado dentro da unidade privativa de liberdade têm sido grandes desafios a serem superados na socioeducação quando esses jovens progridem para a Liberdade Assistida.

Os relatos e as observações do público-alvo entrevistado à época nos revelaram que a maioria dos jovens atendidos no cumprimento da medida socioeducativa privativa voltaram a transgredir, gerando as chamadas “quebras de LA”, cujas consequências são o retorno para o sistema socioeducativo ou, quando maiores de 18 anos, o encaminhamento para o sistema prisional – isso quando sobrevivem às intempéries do mundo da criminalidade.

Essa reincidência tão frequente me move a dar continuidade à pesquisa buscando compreender como os jovens e adolescentes são acompanhados por meio de redes de atores após o desligamento da medida privativa e quais os desafios que ainda precisamos superar, visto que o município de Luziânia não dispõe de unidade de atendimento para a medida de semiliberdade. O estudo permitiu publicações em livros e revistas acadêmicas em 2019 e 2020 (Mendonça, 2019, 2020a).

Além disso, o estudo abriu espaços para compartilhar as práticas pedagógicas que venho desenvolvendo ao longo desses anos atuando no contexto socioeducativo, envolvendo ações educativas, elaboração e desenvolvimento de projetos com proposta de intervenção pedagógica e apoio institucional, mesmo na figura do Agente de Segurança Socioeducativo. Fui convidada, no ano de 2019, pela SECT, para participar do primeiro Simpósio Nacional do Sistema Socioeducativo, representando o CASE de Luziânia Goiás, e no ano de 2020, pela Polícia Militar do Estado de Goiás, quando surgiram as primeiras noções de articulação de trabalho em rede ao ministrar a 5ª aula para os profissionais do Conselho Tutelar na Cidade Ocidental com a temática Medidas Socioeducativas.

Desde o ano de 2019 até os dias atuais, enquanto mestrande do Programa de Pós-Graduação em Educação na modalidade Profissional pela UnB, venho desenvolvendo, como autora, o Projeto Eu Leitor Eu Escritor, por meio da Pedagogia da Presença e da Pedagogia Social, no Centro de Atendimento Socioeducativo, para auxiliar os jovens na leitura e escrita.

O Conselho Nacional de Justiça, por meio do Programa Fazendo Justiça, que visa desenvolver o protagonismo juvenil dos jovens das unidades socioeducativas, mapeia projetos e práticas de leitura desenvolvidas em unidades socioeducativas de todos os estados do país com o objetivo de ampliar discussões acerca da temática e fomentar proposições para a efetivação do direito à leitura de maneira dialógica, participativa, consistente e intersetorial.

Fui convidada, via Ofício, Circular nº144/2023 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Goiás (SEDS), por meio da Coordenação Pedagógica

Geral do Sistema Socioeducativo do Estado, para representar a Unidade CASE de Luziânia e o estado de Goiás em uma atividade proposta por meio do CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no 2º Evento Caminhos Literários no Socioeducativo Pelo Direito à Leitura.

O programa busca atender ao Eixo 2 – Sistema Socioeducativo, e teve a oportunidade, juntamente com os adolescentes participantes do projeto, de compartilhar práticas interacionais e dinâmicas experienciadas no contexto socioeducativo, no qual apresentamos trechos do livro de Amaral (2021) e alguns efeitos práticos do projeto com jovens que passaram pela unidade CASE e com as demais instituições socioeducativas das 27 unidades federativas do Brasil.

As ações do CNJ tiveram como objetivo fomentar o desenvolvimento e a qualificação de políticas e ações públicas e mapear projetos de leitura no sistema socioeducativo sob a égide da proteção integral e da prioridade absoluta de crianças e adolescentes ao direito à leitura, bem como promover o diálogo entre gestores das políticas públicas na área da educação e da cultura e qualificar o debate sobre o direito ao livro e à leitura no sistema socioeducativo. No evento foi realizada a primeira Conferência Livre de Cultura no Sistema Socioeducativo em parceria com o Ministério da Cultura (MinC).

O evento foi desenvolvido em quatro encontros, modo 100% *online*, transmitido para o público geral através do Canal no YouTube (29 e 30 de novembro de 2023) e por meio da Plataforma Zoom em sala de acesso restrito ao público nos dias 6, 7 e 13 de dezembro.

É válido mencionar que, além da apresentação de projetos e práticas que aceleram transformações no campo da privação de liberdade por meio da construção de alternativas relacionadas ao fomento à leitura no sistema socioeducativo e na pós-desinternação, com vistas à garantia dos direitos de adolescentes em cumprimento de medidas, o evento buscou também ampliar as discussões acerca da temática, fomentando proposições para a efetivação do direito à leitura de maneira dialógica, participativa, consistente, intersetorial e ampliada.

Saliento que antes do convite para essa atividade, também tive a oportunidade de acompanhar os adolescentes em oficinas de cartas nas quais utilizei estratégias de produção de texto por meio do Projeto Eu Leitor Eu Escritor, utilizando três frases inspiradoras: *Quem Sou? Como Estou? E Onde Quero Chegar?* numa perspectiva freiriana, da Pedagogia Libertadora, por meio da qual busco contribuir com os jovens e adolescentes do sistema socioeducativo, levando-os a um processo de apropriação do conhecimento e conscientizando-os de sua condição sociopolítica para que busquem mudanças individuais e coletivas, visando ao protagonismo juvenil no sentido de “existenciar-se”.

Além das atividades citadas também fui convidada a acompanhar os adolescentes nas produções de cartas buscando atender ao Eixo – 2 do Programa Fazendo Justiça do CNJ, por meio da oficina Metodologia: Cartas aos Juízes e Juízas Da Justiça Juvenil e Do Sistema Socioeducativo do Brasil no mês de julho de 2023, e as frases inspiradoras do projeto facilitaram a produção das cartas.

Nessa atividade busquei por meio da consolidação das cartas e respeitando o anonimato dos(as) adolescentes no cumprimento das medidas socioeducativas, criar espaço para que pudessem descrever brevemente suas trajetórias pessoais, suas relações com o ciclo familiar e comunitário e fatos marcantes de suas vidas, bem como dar voz às demandas apresentadas por eles. Também puderam escrever sobre seus atendimentos iniciais, no contexto da medida socioeducativa, se se sentem acolhidos ou não, e como têm sido o atendimento e o tratamento dos atores do Poder Judiciário, entre outros, referentes ao cumprimento da medida e ainda se, durante a internação, eles têm sido preparados para o momento pós-cumprimento da medida de internação.

Diante de tais vivências, considere relevante compreender como tem sido viabilizada a Liberdade Assistida no município por meio da articulação de atores vinculados ao Centro de Atendimento Socioeducativo, Centro de Referência e Assistência Social e Centro de Apoio Psicossocial. E quais as ações públicas desenvolvidas por essas redes para o acompanhamento aos jovens e adolescentes em conflito com a lei, visto que a Medida Socioeducativa de Internação no âmbito local tem uma forte ligação com a progressão de medida e a inserção na Liberdade Assistida.

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação compreende as estratégias realizadas por meio da articulação de redes de atores em ações públicas que acompanham jovens e adolescentes em conflito com a lei em medidas socioeducativas de liberdade assistida. O caso investigado é em Luziânia (GO), no entorno do Distrito Federal. Minha vivência há 14 anos como agente socioeducativa no Centro de Atendimento Socioeducativo de Luziânia me provoca a este estudo, em especial por perceber que muitos desses jovens reincidem posteriormente na prática de novas ações ilícitas.

A nomenclatura “reincidentes ou reincidências” é utilizada para compreendermos a trajetória dos adolescentes no socioeducativo. O relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) compreende que pode haver controvérsia no uso desse termo, haja vista que a proteção integral incorporada no ECA e no Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) dispõe sob o marco da proteção integral ao destacar que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos que gozam de proteção especial.

Destacamos que a sua responsabilização é informada pela socioeducação, impondo-se garantias, diferenciando-se dos mecanismos da Justiça Criminal. O termo “reincidência” é estabelecido pelo Código Penal e alude ao cometimento de delitos e aplicá-lo a adolescentes em conflito com a lei pode reforçar estigmas, sobretudo os relacionados à ideia de periculosidade.

Diante do exposto, consideramos o entendimento do CNJ quando o assunto trata do contexto socioeducativo e das trajetórias dos jovens e adolescentes ao optar pela utilização dos termos “reentrada e reiteração em ato infracional” e não reincidência.

O termo “reentrada” é usado em referência às passagens de adolescentes pelo sistema socioeducativo que não tiveram necessariamente sentença condenatória transitada em julgado, enquanto o termo “reiteração” diz respeito aos casos de adolescentes que tiveram mais de uma sentença condenatória transitada em julgado, ou seja, aqueles cuja prática de ato infracional foi confirmada em definitivo pela Justiça juvenil.

Nos dados compartilhados pelo Conselho Nacional de Justiça no ano de 2019, com respeito às reentradas e reiterações infracionais do sistema socioeducativo brasileiro, 23,9% dos adolescentes retornaram ao menos uma vez ao sistema socioeducativo no período entre janeiro de 2015 e junho de 2019. O CNJ também aponta que quando observado o sistema prisional, contemplando os indivíduos com 18 anos ou mais de idade, a taxa de retorno ao sistema atinge o patamar de 42,5%.

Essa temática se volta a um complexo contexto territorial, histórico, social e cultural, no qual, em tese, se dedica ao desafio de fazer com que jovens e adolescentes vulneráveis tenham seus direitos garantidos. Não são raros os discursos como reação aos problemas de segurança pública no nosso país, onde diversos setores da sociedade têm demandado endurecimento do caráter sancionatório das medidas socioeducativas, quando não a sua substituição pela Justiça penal.

Então, a fim de compreendermos essas questões, buscamos constituir nossa metodologia tendo como inspiração estudos etnográficos que nos orientam sobre como interpretar e descrever densamente o mundo como as pessoas o veem, vivem, ouvem, falam, pensam e agem em suas diferentes formas, tornando-o inteligível a leitores de modo respeitoso às vivências dos coparticipantes das pesquisas.

Assim, mobilizamos Malinowski (1978), Da Matta (1984), Geertz (1999), Peirano (1991), Borges (2013) e Diniz (2015), autores do campo da antropologia que foram pontos de partida para nossa compreensão dos modos de interpretar as relações sociais.

Para Borges (2013), a unidade de uma pesquisa etnográfica está na experiência etnográfica, a qual ocorre a partir da relação que criamos com colegas que ensinam, ou ainda com as anfitriãs que nos recebem em suas comunidades. Para o autor, essas pessoas possuem uma gama de reflexões e experiências prévias que compartilham conosco.

Entre os estudos, encontramos, na pesquisa de Diniz (2015), trajetórias de pesquisas em instituições de privação de liberdade no estilo de ensaio, apontando para investigações por uma década no Brasil, em manicômios judiciários, presídios e unidades socioeducativas. Diante do exposto, a pesquisa de Diniz (2015) dialoga com minhas inquietações sobre aquilo que é visto, vivido e ouvido no contexto socioeducativo ao longo desses treze anos imersa nesse espaço.

Assim, cabe ressaltar que a nossa investigação compreende dinâmicas, atores e estratégias de redes de políticas públicas referentes a jovens e adolescentes em conflito com a lei, após o desligamento da medida socioeducativa privativa de liberdade e a sua inserção na Liberdade Assistida. E no esforço de compreendermos essas dinâmicas, trazemos para nosso referencial, bem como para nossa metodologia, as contribuições de Latour (2012), por meio da Teoria Ator Rede (TAR).

Latour (2012) nos apresenta que a Teoria Ator-Rede nada mais é do que o caminho ou uma ferramenta para atingirmos aquilo que faz parte do social, não necessariamente da perspectiva humana, mas pautada em ações coletivas e individuais, podendo existir uma série de elementos que compõem essas atividades construídas. Esses elementos podem ser teorias,

objetos, materiais, discursos, argumentos ou pessoas com diferentes posições na sociedade e nos seus ramos de atuação.

A fim de explicitar a relevância acadêmica do tema proposto, realizamos uma breve revisão da literatura produzida sobre o tema entre 2015 a 2024 com respeito à produção acadêmica sobre Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida no Brasil. A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) apontou 1.284 resultados para o título Medidas Socioeducativas, e em seguida, para os descritores “Medidas Socioeducativas” AND “Liberdade Assistida”, apresentou como resultado 181 estudos, entre teses e dissertações.

Entre as áreas de conhecimento, abordando a Liberdade Assistida destacam-se estudos em direito (42); psicologia (38), com abordagem clínica (27) serviço social (33) e na área da educação (41) que abordam a práxis pedagógica. Do objeto pesquisado, foram encontrados 04 estudos que mencionam a avaliação das políticas públicas e a articulação das redes de atores no fortalecimento das políticas no acompanhamento de jovens e adolescentes no cumprimento de medida de liberdade assistida, sendo as pesquisas de Martins (2018), Borges (2016), Ortegá (2011) e Arraes (2019).

Encontramos importantes contribuições no estudo de Ortegá (2011) “A medida de Liberdade Assistida: Fundamentos e contexto atual”. A dissertação defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB teve como objeto de estudo os aspectos históricos e estruturais da transformação da Medida de Liberdade Assistida. Como resultado, aponta que tanto a teoria quanto a implementação do modelo atual da Medida de Liberdade Assistida não representam uma ruptura completa com os modelos que antecederam o ECA, confirmando que a Liberdade Assistida é atravessada por contradições, visto que esta é uma medida desprivilegiada em termos de recursos e de importância política e com seu potencial socioeducativo reduzido quando comparada com a medida privativa de liberdade.

Diante do exposto, esta revisão contribuiu para a problematização deste estudo e elaboração da pergunta de pesquisa, bem como fomentou elementos que trazem uma perspectiva de visualização da realidade e dos fenômenos relacionados a problemática em questão.

Mediante leitura dessas pesquisas, percebermos algumas lacunas referente ao objeto em estudo, que ainda precisam ser pesquisadas e superadas, tais ausências são maiores quando a temática se relaciona a políticas públicas referente a articulações de atores, visando à implementação das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida por meio de redes de políticas públicas.

Encontramos na tese de doutorado de (Ortegal, 2019) importantes reflexões para compreender as articulações entre juventude negra, reinvenções e resistência, que vão de acordo com algumas das minhas inquietações que concernem ao retorno de adolescentes para o sistema e à morte de adolescentes que passaram pela unidade socioeducativa.

Um olhar violento e excludente está presente em amplos setores da sociedade que expressam o jargão “mais um CPF cancelado”, articulado à ironia de que um adolescente teria sido “ressocializado” ao falecer devido a conflito policial ou a grupos rivais. E por vezes esses jargões vêm ainda acompanhados pelo chamado “três C”, como se os jovens que passaram pelo sistema socioeducativo não pudessem ocupar outros espaços na sociedade que não fossem as cadeias, os caixões ou os cemitérios.

Diante de tal realidade é importante estabelecermos o quê de fato pretende a medida socioeducativa de Liberdade Assistida pois, mesmo que o jovem seja inserido nessa medida, ainda continua em situação de vulnerabilidade diante da complexidade de problemas sociais e estruturais nos quais estão inseridos.

Ao refletir sobre como os adolescentes têm sido acompanhados após o desligamento da medida de internação, que a nossa pesquisa investiga Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida em Luziânia (GO) considerando suas redes de atores e políticas públicas, e os instrumentos de ação pública.

O município de Luziânia está localizado no estado de Goiás, Região Centro-Oeste do Brasil. A cidade fica a 196 km de Goiânia e aproximadamente a 58 Km de Brasília, e situa-se na mesorregião do Leste Goiano. É o sexto município mais populoso do estado, com uma população estimada de 214.645 habitantes, ficando atrás apenas da capital Goiânia e dos municípios de Aparecida de Goiânia, Anápolis, Rio Verde e Águas Lindas de Goiás. É válido ressaltar que o município também faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) para a criação de políticas públicas que propiciem o desenvolvimento da população (IBGE, 2017).

No que se refere à socioeducação, o município atende adolescentes de cinco comarcas para o cumprimento de Medidas Socioeducativas Privativas de Liberdade. O Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Luziânia no Setor Fumal recebe adolescentes dos municípios de Águas Lindas, Cidade Ocidental, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso.

Figura 1 - Região do Entorno do Distrito Federal



Fonte: Codeplan, 2018.

Diante do objeto de estudo apresentado e das categorias de análise que orientam a pesquisa, partimos da seguinte **pergunta de pesquisa**: Como ocorrem as ações públicas de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida no município de Luziânia (GO)?

A partir da definição de tal pergunta, outros questionamentos foram surgindo, os quais serão confrontados ao longo da pesquisa, constituindo fio condutores da nossa investigação:

- O que é a Medida de Liberdade Assistida?
- Quais fatores interferem no acompanhamento do jovem e adolescente no cumprimento dessa medida?
- O que tem acontecido com os jovens e adolescentes de Luziânia e região quando saem do espaço institucionalizado e vão para o meio aberto?
- De que maneira são articuladas as redes de proteção de jovens e adolescentes em conflito com a lei?
- Quais são as ações dos atores sociais no fortalecimento do acompanhamento após a desinternação?
- Como se dá o trabalho intersetorial nas redes responsáveis por acompanhar esses jovens?

Estas perguntas surgiram devido à minha trajetória profissional enquanto agente do sistema socioeducativo em unidade de internação, espaço onde ocorre a execução da medida socioeducativa privativa de liberdade e onde são recebidos os/as adolescentes que descumpriram a medida de liberdade assistida, constituindo-se assim, ponto de partida desta investigação.

Diante do exposto, para apreender como se materializa o atendimento e o acompanhamento aos jovens e adolescentes que cumprem medida socioeducativa de Liberdade Assistida no município de Luziânia, essa pesquisa será interrogada e decifrada à luz do referencial teórico no campo de políticas públicas. Tais processos não se restringem a aspectos normativos formais, nem apenas a atores estatais. A ação pública e seus instrumentos (Lascoumes; Le Galés, 2012) são concernentes a dinâmicas e simultaneamente, a técnicas e políticas com múltiplos atores governamentais e não governamentais.

Objetivo Geral

- Compreender como atuam as redes de políticas públicas visando medidas de liberdade assistida no município de Luziânia-GO.

Objetivos Específicos

- Compreender como se dão as medidas de liberdade assistida por meio da articulação de atores vinculados a medidas socioeducativas no CASE, CREAS e CAPS;
- Identificar quais são as ações públicas desenvolvidas por essas redes;
- Identificar quais são os alcances e limites das ações públicas estabelecidas pelas redes de atores para a Liberdade Assistida no município.

Justificativa

A nossa proposta de pesquisa, por seu componente de inovação na apresentação de articulações de atores, visando à implementação das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida por meio de redes de políticas públicas, possui lentes pouco mobilizadas na produção de conhecimento sobre o tema, remetendo-nos aos motivos que conferem a relevância da abordagem investigativa.

Ao realizar revisão da literatura, nos periódicos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, constatamos que as pesquisas acadêmicas que trazem a Liberdade Assistida como temática central nenhuma delas utilizou da sociologia da ação pública ou a abordagem de redes (ao menos, nos 1.284 textos sobre medidas socioeducativas produzidos desde 2015). Dito isto, essa pesquisa vai além das lacunas existentes, passa pelo processo de minha experiência profissional e principalmente visa trazer

uma significativa contribuição aos profissionais da socioeducação e demais interessados nessa área.

Isto posto, reitero o caráter inovador e a relevância dessa pesquisa para a academia e para os profissionais da socioeducação porque trata-se, de algo que tem a ver com lidar com a reincidência dos jovens ao sistema socioeducativo. Existe uma possibilidade de acolher melhor esses jovens, mas para isso, exigem-se redes de políticas públicas efetivas que contribuam para a inserção social desses sujeitos.

Além disso, a percepção se reforça por meio do acompanhamento do cotidiano local que revela o envolvimento de jovens e adolescentes com a criminalidade e a violência, entre outras questões complexas, sem a devida problematização de suas situações de vulnerabilidade. Uma frase muito utilizada no sistema socioeducativo privativo de liberdade é “mais um CPF cancelado”, que quer dizer que mais um jovem foi assassinado. A expectativa é que esta investigação colabore para revelar sentidos e representações desses processos trágicos e especialmente aponte meios para superá-los por meio da articulação de políticas públicas efetivas.

Também, considero relevante pensar sobre qual tem sido a perspectiva dos jovens e adolescentes egressos do SINASE e identificar quais são as ações públicas desenvolvidas pelas instituições por meio da mobilização dos atores sociais, e se elas contribuem para romper com a exclusão desses jovens e adolescentes após a desinternação.

Na tentativa de aprofundar a discussão sobre o tema, esta dissertação está organizada em seis capítulos: na introdução, apresentamos as considerações gerais, uma breve contextualização sobre a temática, a pergunta de pesquisa, os fios condutores da nossa investigação, o objetivo geral e os objetivos específicos e a justificativa desse estudo.

No segundo capítulo, é feita uma discussão contextualizando o SINASE e as políticas públicas no contexto socioeducativo, com destaque para as medidas socioeducativas e como essas são organizadas.

No terceiro capítulo, é apresentado o referencial teórico com respeito às noções de redes de políticas públicas e seus entrelaçamentos, abordando a ação pública e seus instrumentos tendo como base Cruz e Daroit (2019); noções de Redes de políticas públicas; Redes de Atores na abordagem cognitiva da ação pública, de Pierre Muller (2018); o tecido relacional do Estado e a permeabilidade, de Eduardo Marques (2019); a abordagem da Teoria Ator-Rede aportada em Bruno Latour (2012) e Andrade (2011); e as noções de rede e intersetorialidade no âmbito das políticas públicas tendo como suporte as ideias de Pereira (2014), Cunill Grau (2014), Pires (2015), Martins (2018), Marcondes, Sandim e Diniz (2018).

A escolha desse referencial contribuiu para o reforço da abordagem empregada neste trabalho, situando a importância da dimensão dos diferentes tipos de redes. Ao considerar esses subsídios teóricos e metodológicos, pude abordar com maior profundidade o tema central desta pesquisa em sua complexidade e particularidades.

O método de pesquisa é trazido no quarto capítulo, onde apresentamos a abordagem etnográfica e a perspectiva netnográfica. A pesquisa foi realizada de 2021 a 2024. Como suporte temos as contribuições de Kozinets (2006) e a Teoria Ator Rede, ancorada em Latour (2013), por observarmos os imbricamentos e entrelaçamentos da ação de diversos atores no acompanhamento da medida socioeducativa. Para o levantamento das informações também fizemos uso da entrevista semiestruturada, e buscamos priorizar profissionais que atuassem diretamente com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas integrantes do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal.

No capítulo cinco, apresentam-se os resultados, visando compreender como se dão as medidas de Liberdade Assistida no município por meio da articulação de atores vinculados às medidas socioeducativas em especial no CASE, CREAS e CAPS e as ações públicas desenvolvidas por essas redes, bem como os alcances e limites das ações públicas estabelecidas pelas redes de atores para a Liberdade Assistida no município.

Para isso, foi realizado o mapeamento das redes e a identificação dos sujeitos atuantes na Liberdade Assistida. Apresentamos os instrumentos de articulação da rede de atores através do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTIM) e as práticas interacionais desse grupo, o que nos permitiu descrever e interpretar tanto as dinâmicas experienciadas pelos servidores públicos em ação quanto os seus efeitos práticos, por meio da consideração das perspectivas de jovens egressos do sistema.

O sexto e último capítulo traz as considerações finais e na sequência as referências, os roteiros das entrevistas semiestruturadas expostos nos apêndices, o Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE) por parte dos participantes, o Pedido de Autorização aos componentes do Grupo de Trabalho Intersetorial (GTIM) e, por fim, é apresentado o Relatório Técnico Conclusivo desta pesquisa de mestrado, onde apresentamos como proposta um passo a passo para lidar com a Liberdade Assistida, considerando novas articulações em rede.

2 CONTEXTUALIZANDO O SINASE

Neste capítulo, de caráter mais institucional, baseado em revisão documental e normativa pertinente ao SINASE, buscamos apresentar o contexto socioeducativo, com destaque para as medidas socioeducativas e seus desdobramentos.

Para uma melhor compreensão sobre a temática em estudo, partimos aqui de um breve resgate histórico sobre os principais marcos legais que abordam a infância e a adolescência no Brasil.

O Código de Menores de 1927 é considerado uma das primeiras legislações sobre o tema e os regimentos preconizados pelo antigo Direito do Menor, cuja função era exercer o controle sobre determinados grupos de crianças e adolescentes.

De acordo com Rizzini (2008), o Código de 1927, denominado de Melo Matos, foi instituído por meio de um decreto e caracterizava a legislação de proteção dos menores destinada a uma determinada parcela da população e tinha como objetivo resolver a situação do “Menor”, mas nem todas as crianças e adolescentes eram abrangidos por essa legislação, apenas os que eram identificados em situação irregular.

Ainda de acordo com Rizzini (2008), às crianças e aos adolescentes vítimas de abandono ou àquelas que se envolviam com a prática de delitos, o Código concebia o atendimento baseado na exclusão, correção e repressão, com uma explícita intenção higienista e controladora e com o propósito de integração para a manutenção da ordem social.

Além de Rizzini, os estudos de Souza e Oliveira (2016); Faleiros (2008); Costa (2015); Volpi (2017) revelam que a situação do menor começou a ser vista como causas a serem inseridas no campo das políticas públicas na década de 1979, quando houve uma reformulação do Código de Menores, que foi substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

Foi no final da década de 1970, no contexto da ditadura militar, que os movimentos sociais exerceram um papel fundamental na ruptura com o Estado autoritário brasileiro e com as reformas na Constituição Federal de 1988. Foi neste cenário que começou a haver um olhar sobre as problemáticas envolvendo vítimas de maus-tratos, desamparados e delinquentes, além das questões voltadas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente e da sua proteção integral, bem como ações relativas à violência entre jovens e adolescentes e atos infracionais cometidos por estes.

A Constituição Federal de 1988 trouxe significativas mudanças no ordenamento jurídico brasileiro, reafirmando a necessidade do respeito aos direitos humanos que foram suprimidos durante a ditadura militar.

Além disso, a mobilização de organizações populares e de atores da área da infância e da juventude, acrescida da pressão de organismos internacionais, contribuíram para a aprovação dos artigos 227 e 228 da CF/88, ao destacarem a preocupação normativa referente à infância e à adolescência, ao definir que essa fase da vida humana pode ser interpretada desde o ponto de vista cronológico até o ponto de vista normativo e assegurando, a todas as¹ crianças e a todos os adolescentes, a condição de sujeitos de direitos, o *status* de pessoa em desenvolvimento e a garantia da inimputabilidade penal para os menores de 18 anos.

Além disso, destacam a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, os quais serão responsáveis por garantir a dignidade, os direitos e a proteção diante das possíveis violações ou negações desses direitos.

Podemos observar essa mudança em Oliveira (2016), quando ela afirma que a infância e a adolescência representam categorias sociais em condição peculiar de existência, por sua dependência material, jurídica e emocional dos adultos. Tal compreensão determinou que as crianças e os adolescentes brasileiros fossem protegidos pela lei, considerados sujeitos de direitos em prioridade nas políticas públicas de saúde, educação e assistência entre outras.

Nesse novo sistema, após a ditadura militar e com o advento da Constituição de 1988, foi promulgada a Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com a promulgação desta Lei, significativas mudanças e conquistas em relação ao conteúdo, ao método e à gestão de uma política em favor da valorização da dignidade humana de crianças e adolescentes começam a ser pautadas no conceito de proteção integral, jurídica e político-conceitual, de forma que efetivamente alcançassem seus destinatários (Brasil, 2012, p. 15).

Gomes (2013) salienta que, com esse novo modelo de justiça e de garantias de direitos para os jovens e adolescentes proposto pelo ECA, houve necessidade de construir um instrumental técnico operativo para nortear a implementação das diretrizes e parâmetros propostos pela Lei nº 8.069. Uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tratar, em

¹ De acordo com a emenda constitucional 45. Os tratados internacionais de direitos humanos, apresenta a primeira diferenciação advinda do ECA, referente a conceituação de criança (aquela até 12 a 18 anos incompletos) e (adolescentes de 12 a 18 anos). Adolescência e juventude são condições sociais parametrizadas por uma faixa etária. Embora se confundam e sejam utilizados como sinônimos, são conceitos diferentes. No Brasil o ECA estabelece que adolescente é o indivíduo entre 12 e 18 anos incompletos. Já o termo jovem costuma ser utilizado para designar a pessoa entre 15 e 29 anos, seguindo a tendência internacional.

seu Capítulo III, sobre medidas socioeducativas, não esclareceu o modo como essas deveriam ser executadas, mostrou-se necessária a criação de uma lei complementar que estabelecesse regras e diretrizes mínimas para seu funcionamento e para o atendimento dos adolescentes inseridos nas medidas.

Então, após 22 anos da promulgação do ECA, foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) por meio da Lei Federal nº 12.594/2012, com o objetivo de regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes autores de atos infracionais. O SINASE deve ser “entendido como uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei onde correlacionasse e demandasse iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais” (Frasseto, 2014, p. 88).

O SINASE foi um processo que se iniciou em 2002 por meio de uma série de encontros e discussões envolvendo representantes do sistema socioeducativo, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH/SPDCA), a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude (ABMP) e o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e aos Adolescentes (FONACRIAD) (Frasseto, 2014).

Em 2006, por meio da Resolução nº119 do CONANDA, foi criado e aprovado o primeiro documento orientador formal do SINASE. Nesse período, ainda sem força de lei, esse documento foi considerado à época de sua criação meramente como um guia para as entidades executoras de medidas socioeducativas.

Com a Resolução nº 113 do CONANDA, em 2006 surgiu a configuração do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) nos apresentando a estruturação desse sistema a partir da articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, a partir de três eixos estratégicos na área dos direitos humanos: promoção, defesa e controle dos direitos humanos da criança e do adolescente nos níveis federal, estadual, distrital e municipal.

De acordo com a mesma Resolução, cada eixo possui uma finalidade. O eixo referente à promoção tem por finalidade promover os direitos humanos no sentido de propiciar, através das políticas públicas, a construção de espaços, programas e demais ações afins, que garantam a proteção integral à criança e ao adolescente e que proporcionem o seu pleno desenvolvimento, fomentando a educação, a cultura, o esporte o lazer, a saúde, a profissionalização, o atendimento de proteção especial, entre outros.

O eixo da defesa tem por finalidade o enfrentamento das ameaças e violações dos direitos de crianças e adolescentes a partir das ações e programas implementados pelas políticas

públicas e órgãos incumbidos da defesa de direitos por meio de ações judiciais, bem como apuração de irregularidades em instituições de atendimento a esse público, fiscalização das mesmas, mobilização social, entre outros mecanismos. Neste eixo encontram-se as Varas da Infância e da Juventude, Promotorias Públicas, Conselhos Tutelares, Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Delegacias Especializadas, entre outros como os órgãos de defesa da cidadania, os Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O eixo referente ao controle e à efetivação trata das ações de monitoramento da efetivação dos direitos desempenhado principalmente pelos Conselhos de Direitos municipais, estaduais e nacionais, em conjunto com a sociedade civil organizada no sentido de acompanhar, propor, avaliar de forma geral os serviços prestados pelos órgãos e pelas entidades incumbidas de executá-los. Destacam-se grupos religiosos, sindicatos, centros de pesquisas, fóruns, entre outros, que podem acompanhar o funcionamento do SGD, bem como podem apresentar demandas da sociedade e propostas na formulação de políticas.

Ainda nesta conjuntura, voltados para a proteção desses direitos podemos citar como exemplo os Documentos de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU, 1948); Princípios das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (ONU, 1990a); Regras de Beijing para a Proteção de Menores Privados de Liberdade (ONU, 1985), que aconselham a garantia de todos os direitos fundamentais e sociais insertos na Constituição da República de 1988 e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Nessa configuração, incluem-se princípios e normas que regem a política pública de atenção à criança e ao adolescente, cujas ações e competências são promovidas pelo poder público em suas três esferas, União, estados, Distrito Federal e municípios e pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pela sociedade civil.

Podemos visualizar, na Figura 2 abaixo, a localização do SINASE e algumas das relações mantidas no interior do Sistema de Garantia de Direitos:

Figura 2 - Sistema de Garantia de Direitos



Fonte: Elaborada pela autora tendo como referência a Resolução SINASE (Brasil, 2006).

Segundo a Resolução do SINASE, a opção pela forma de Sistema tem como finalidade o melhor ordenamento das várias questões que gravitam em torno da temática, lidando assim com a complexidade inerente ao atendimento aos direitos desse público. No interior do SGD existem diversos subsistemas que regem as políticas sociais básicas de assistência social, de proteção especial e de justiça, voltados ao atendimento de crianças e adolescentes (Silva, 2016).

Deste modo, observa-se que o SINASE compõe o Sistema de Garantia de Direitos e prevê ações intersetoriais, uma vez que as instituições de atendimento não são completas em si mesmas, necessitando da articulação e integração entre diversas políticas públicas e sociais, entre as quais destacamos as políticas que foram representadas na Figura acima, sendo:

- O Sistema de Justiça, que envolve desde a apuração do ato infracional até a aplicação da medida socioeducativa, além do acompanhamento de seu cumprimento com instâncias que envolvem o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário.

- O Sistema Único da Assistência Social (SUAS), responsável por consolidar parcerias com as Secretarias ou órgãos similares responsáveis pelos programas oficiais de assistência social nos diferentes níveis visando à inclusão das famílias dos adolescentes em programas de transferência de renda e benefícios no âmbito dos serviços do SUAS, assegurados por Lei (PNAS, 2013).

- O Sistema Único de Saúde (SUS), responsável pela previsão de atendimento de saúde na rede pública, contempla atendimento odontológico, cuidados farmacêuticos, inclusão em atendimento à saúde mental aos adolescentes que dele necessitem, à saúde reprodutiva e sexual, ao tratamento de doenças crônicas, à prevenção e tratamento de DST e Aids, uso e abuso de álcool e outras drogas, e cuidados especiais à saúde.

- O Sistema educacional, que traz como previsão a garantia da oferta e acesso à educação de qualidade nos centros de internação, considerando condição singular dos adolescentes e jovens como estudantes e reconhecendo a escolarização como elemento estruturante do atendimento socioeducativo, e a obrigatoriedade de uma escola pública no interior das unidades de internação que esteja articulada com a rede pública de ensino, contemplando, assim, as orientações postas na LDB/1996, já que se busca a reintegração do adolescente ao sistema regular de ensino após sua liberação e a continuidade da vida acadêmica (PNAS, 2013; Brasil, 2006).

Martins (2018) salienta que apesar do SINASE ser pensado em forma de sistema, existem controvérsias em considerá-lo como um sistema integrado, visto que há não apenas relações articuladas, mas também interferências e controvérsias entre diversos subsistemas, internos ao Sistema de Garantia de Direitos, tais como a educação, a saúde, a assistência social, a justiça e a segurança pública.

Além disso, o SINASE também estabelece em sua organização uma divisão de responsabilidades e competências entre os entes federativos, conforme podemos observar no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Competências dos entes federativos no âmbito das medidas socioeducativas

Competências específicas da União
Coordenar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Formular e executar a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo; Elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo; Constituir e gerenciar um sistema nacional de cadastro e informação sobre políticas, programas e ações voltados ao atendimento de adolescentes infratores; Prestar assistência técnica aos Estados, consórcios intermunicipais e Municípios na construção e na implementação do Sistema Socioeducativo; Colher informações sobre a organização e funcionamento dos sistemas, entidades e programas de atendimento e oferecer subsídios para sua qualificação; Estabelecer diretrizes gerais sobre a organização e funcionamento dos programas de atendimento e sobre suas condições de infraestruturas físicas e de recursos humanos; Instituir e manter processo de avaliação dos sistemas, entidades e programas de atendimento; Organizar e coordenar o Sistema de Informações da Criança e do adolescente – SIPIA II; Disponibilizar, aos Estados, consórcios intermunicipais e Municipais as informações obtidas a partir do SIPIA II.
Competências específicas dos Estados e Distrito Federal
Coordenar o Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo; Elaborar o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo; Instituir, regular e manter o seu Sistema de Atendimento Socioeducativo; Prestar assistência técnica aos Municípios na construção e na implementação do Sistema Socioeducativo; Criar, manter e desenvolver os programas de atendimento para a execução das medidas de semiliberdade e internação, inclusive de internação provisória; Editar normas complementares para a organização e funcionamento do seu sistema de atendimento e dos sistemas municipais; Estabelecer com os Municípios as formas de colaboração para atendimento socioeducativo em meio aberto; Prestar assistência técnica e suplementação financeira aos Municípios e às organizações da sociedade civil para a regular oferta de programas de meio aberto.
Competências específicas dos Municípios
Coordenar o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo; Instituir, regular e manter o seu Sistema de Atendimento Socioeducativo; Elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo; Editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu sistema; Fornecer os meios e os instrumentos necessários ao pleno exercício da função fiscalizadora do Conselho Tutelar; Criar e manter os programas de atendimento para a execução das medidas em meio aberto; Estabelecer consórcios intermunicipais, e, subsidiariamente, em cooperação com o Estado, para o desenvolvimento das medidas socioeducativas de sua competência.

Fonte: Souza e Lira (2008, p. 48-50).

Conforme a representação no Quadro, observa-se que o SINASE estabelece em sua organização uma divisão de responsabilidades e competências entre os entes federativos. E traz em seu rol um conjunto de princípios, regras e critérios, que envolve a execução das medidas socioeducativas que inclui a União, os estados, os municípios, os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as instâncias da sociedade civil, as quais asseguram ações de Promoção, Defesa e Controle Social dos direitos e das políticas de atenção à criança e ao adolescente.

Em síntese, a Lei Federal nº 12.594/2012, que institui o SINASE, é um importante instrumento de políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos da criança e do adolescente com características específicas à Política da Socioeducação.

Corroborando tal entendimento, Leal (2016) salienta que, atualmente o SINASE funciona como uma estrutura política social pública da socioeducação com participação popular, estando a cargo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. E visa à promoção do atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, numa ação integrada com os diversos órgãos de defesa e de controle previstos pelo Sistema de Garantia de Direitos.

Por fim, compreender como se materializa o atendimento e o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é de suma importância, visto que a lei do SINASE prioriza as medidas em meio aberto, a Prestação de Serviço à Comunidade e a Liberdade Assistida, em detrimento das restritivas de liberdade em estabelecimentos educacionais institucionalizados.

Diante do exposto, partilhamos a seguir uma breve contextualização do Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado de Goiás. O Plano é um esforço do Sistema de Garantias de Direitos do Estado em promover e defender os direitos da criança e do adolescente buscando, por meio de suas competências, instituir, regular e manter o seu sistema, bem como prestar assistência técnica aos municípios na construção e na implementação do Sistema Socioeducativo.

2.1 Breve contextualização do Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado de Goiás

O Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado de Goiás, disposto na Resolução nº 34, de 3 de maio de 2016, com validade até o final de 2024, se encontra embasado no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (PNAS), o qual busca contemplar a avaliação da gestão, o planejamento orçamentário, o fluxo financeiro, a articulação interinstitucional e

intersetorial das políticas e a avaliação dos resultados da execução do atendimento socioeducativo.

No que tange à viabilização e à execução das Medidas Socioeducativas, o estado destaca sua responsabilidade na execução da medida cautelar de internação provisória, exposta no art.108 do ECA, e na execução das medidas de internação e semiliberdade.

Já as demais medidas em meio aberto, listadas no art. 112 do ECA, Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), são de responsabilidade dos municípios sem desconsiderar a participação familiar e comunitária, bem como o seu contexto social.

De acordo com o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado de Goiás, a municipalização das medidas em meio aberto foi iniciada em 1999, sendo esse estado considerado um dos primeiros a dar início a esse processo no Brasil, por meio da Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho (SECT) e de acordo com as orientações da Política da Assistência Social e do ECA, uma vez que o art. 88 prevê, como diretriz, a municipalização da política de atendimento.

De acordo com os registros documentais, foi firmado, à época, um convênio entre a SECT/GO e a SDH/PR – Secretaria de Desenvolvimento Humano do Paraná para que a ação fosse concretizada, havendo a disponibilização de estrutura básica aos municípios, como: computadores, mesas, cadeiras, bebedouros, arquivos, aparelhos telefônicos e fax para a implantação das medidas em meio aberto.

Cabe à Superintendência da Criança e do Adolescente (SUPCA) sensibilizar os gestores municipais para a implantação dos programas em meio aberto e, após a instalação dos programas, compete à SECT monitorar, capacitar e assessorar as equipes técnicas dos municípios, bem como avaliar a execução das medidas.

No início de 2012, a responsabilidade pelo acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto era da Superintendência da Criança e do Adolescente, passando depois a ser responsabilidade da Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SGSUAS/SECT), por meio da Coordenação de Proteção Social Especial, em consonância com as normativas da Assistência Social.

No ano de 2014, foram definidas estratégias para construir um diagnóstico das medidas socioeducativas em meio aberto no estado de Goiás, com a mobilização dos diversos atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. E no mês de março do mesmo ano foi realizado em Goiânia o “I Seminário para a Elaboração do Plano Socioeducativo de Goiás” nas dependências do auditório da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, formalizando convite aos 246 municípios goianos.

Posteriormente à realização desse evento, a Coordenação Geral do SINASE/SDH-PR, o GECRIA e o CEDCA promoveram um segundo seminário, em maio de 2014, no auditório do Juizado da Infância e Juventude da capital, visando discutir os parâmetros técnicos para a construção do Plano Estadual e o acompanhamento das medidas em meio aberto.

Dentre as ações desencadeadas em razão desses seminários, houve a construção de questionário referendado por consultor da SDH/PR para auxiliar os estados na elaboração do Plano, o qual foi prontamente encaminhado à totalidade dos municípios goianos com o objetivo de levantar informações quali-quantitativas da situação das medidas socioeducativas em meio aberto no estado. As ações necessárias à implantação dos programas em meio aberto observavam a proposta de regionalização do estado por meio do estabelecimento de comarcas-polos, além de conceber a instalação conforme o porte dos municípios e suas demandas na área socioeducativa.

Além disso, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) destaca, em seu texto, as competências dos estados, entre elas o monitoramento e a avaliação da Política da Assistência Social e, no que concerne à Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), estabelece os níveis de proteção social em básica e especial, sendo esta última dividida em média e alta complexidade.

Conforme podemos observar, entre os serviços de média complexidade estão as medidas socioeducativas de meio aberto. A Norma Operacional Básica (NOB/SUAS/2005) e a Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovaram a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e estabeleceram os objetivos da Proteção Social Especial. Dentre eles, estão a atenção socioassistencial às medidas socioeducativas em meio aberto no âmbito municipal por meio dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo de Goiás, 2015/2024, também menciona que os serviços socioassistenciais destinados à atenção aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto são ofertados em 100 (cem) municípios, principalmente nos que possuem CREAS, segundo a Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SGSUAS/SECT).

Cabe ressaltar que, no decorrer da pesquisa, ao participar do III Encontro Regional: “SINASE PRA VALER”, o qual aconteceu na Região Centro-Oeste, nos dias 5 e 6 de setembro de 2023, foi possível captar informações mais recentes acerca da oferta de CREAS nos municípios goianos. Dos 246 municípios do estado, 110 já possuem CREAS para o

acompanhamento das medidas em meio aberto, enquanto 136 ainda permanecem sem essas redes específicas para o acompanhamento das medidas em meio aberto.

Além disso, identificamos algumas informações referentes aos alcances e limites das ações públicas para a Liberdade Assistida, cujos achados abordaremos mais à frente, visto que estes dialogam com o nosso objeto de pesquisa sobre como tem sido viabilizada a Liberdade Assistida no município de Luziânia/GO.

2.2 Medidas Socioeducativas e a Liberdade Assistida

Para melhor apreensão do estudo a ser desenvolvido, faz-se necessária a compreensão da categoria Liberdade Assistida (ou LA), que será utilizada ao longo do trabalho. Porém, antes de falarmos sobre as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida, vale lembrar que as medidas estão organizadas em dois grupos distintos.

O grupo das medidas em meio aberto é composto por aquelas que não privam a liberdade, quais sejam: Advertência, Reparação do Dano, Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida. E no grupo das medidas socioeducativas privativas de liberdade estão a Semiliberdade e a Internação (Brasil, 1990), conforme podemos observar no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Medidas Socioeducativas previstas no ECA

Nome das Medidas	Artigos do ECA	Discriminação da Medida
Advertência	ART. 115	A advertência consiste em admoestação verbal.
Obrigação de reparar o dano	ART. 116	Restituição ou ressarcimento do dano.
Prestação de Serviço à Comunidade	ART. 117	Realização de tarefas gratuitas, por período não excedente a seis meses.
Liberdade Assistida	ARTs. 118 e 119	Acompanhamento, auxílio e orientação do jovem, no mínimo de seis meses.
Internação em regime de semiliberdade	ART. 120	Inserção em instituição com restrição parcial da liberdade.
Internação	ARTs. 121 a 125	Internação em instituição com privação total da liberdade.

Fonte: Elaborada pela autora tendo como referência o ECA (Brasil,1990).

Dentre as medidas previstas no ECA, Volpi (2017) considera a Medida de Internação como a mais grave das medidas, nos esclarecendo que ela somente poderá ser aplicada nos casos em que o ato infracional ocorrer mediante grave ameaça ou violência à pessoa; ou quando houver reiteração no cometimento de outras infrações graves e, finalmente, quando descumprir

medida socioeducativa anteriormente imposta. Destaca-se que essa medida só deve ser aplicada quando houver indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do ato infracional, conforme estabelecido pelo Parágrafo Único do art. 114 do ECA.

O autor nos revela que a internação em estabelecimento socioeducativo ocorre de acordo com o que preveem os artigos 123 a 125, e que ela constitui Medida Privativa de Liberdade, ressaltando que durante a internação o jovem deve participar de atividades pedagógicas, profissionalizantes e esportivas e que a internação não pode exceder três anos.

As medidas em meio fechado também ocorrem por meio da Semiliberdade, prevista no art. 120, que estabelece que o adolescente deve pernoitar ou seguir determinada rotina em instituições especializadas, podendo realizar atividades externas, como estudos e cursos profissionalizantes.

Ainda de acordo com os estudos de Volpi (2017), a medida socioeducativa de semiliberdade é uma medida de restrição de liberdade que contempla os aspectos coercitivos, que restringem a liberdade do indivíduo sem privá-lo totalmente do seu direito de ir e vir. Para o autor, uma das particularidades dessa medida é que ela pode ser determinada pela autoridade judicial desde o início, ou constituir uma forma de transição para o regime aberto. Conforme dispõe o art. 120 sobre a medida de semiliberdade:

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

& 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

& 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação (Brasil, 1990).

Neste sentido cabe destacar que cada medida destinada ao adolescente em conflito com a lei tem um caráter sancionatório e sociopedagógico. Conforme podemos observar, no artigo 115 do ECA, a Advertência consiste em admoestação verbal, a qual será reduzida a termo e assinada.

A medida Obrigação de Reparar o Dano está prevista no artigo 116 e, em se tratando de Ato Infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa. Essa medida visa atender aos interesses da vítima, em face do prejuízo causado, porém é válido ressaltar que, conforme dispõe o parágrafo único do referido artigo, caso haja manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada (Brasil, 1990).

Na medida Prestação de Serviço à Comunidade é estabelecido, no artigo 117, que: a Prestação de Serviço à Comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Já no que se refere à medida de Liberdade Assistida, ela está expressa no artigo 118 e as incumbências que cabem ao orientador estão dispostas no artigo 119, que deverá acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

Segundo Bandeira (2006), a medida de Liberdade Assistida possui um caráter coercitivo e é aplicada quando há necessidade de acompanhamento da vida social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

A Lei nº 12.594/2012, ao dispor as normas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, considera que tal medida deve considerar o caráter socio pedagógico, visto que o jovem e o adolescente em conflito com a lei não perdem sua liberdade. O aspecto socio pedagógico corresponde à construção de um verdadeiro projeto de vida permeado pela liberdade, voluntariedade, senso de responsabilidade e deve estar sob o controle do poder público.

O 2º parágrafo do art. 118 do ECA dispõe que a Liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvindo o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Observa-se que o orientador do adolescente no período do cumprimento da medida desenvolve um importante papel, pois conforme dispõe o art. 119, acompanhado dos incisos I ao IV: “Incumbe ao orientador com apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros, como por exemplo: promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive sua matrícula, diligenciar no sentido da profissionalização da inserção no mundo do trabalho e apresentar relatório do caso”.

Mesmo que haja controvérsias a respeito do acompanhamento das medidas de LA, Aquino (2015) salienta que, embora as medidas socioeducativas possuam aspectos sancionatórios e coercitivos, não se trata de penas ou castigos, mas de oportunidades de inserção em processos educativos, que objetivam a construção ou reconstrução de projetos de vida desatrelados da prática de ato infracional, uma vez que o SINASE prevê, em seu arcabouço, parâmetros uniformizadores e garantias de direitos que devem ser respeitados por todos os

programas, unidades e entidades de atendimento, tanto no meio aberto, quanto no meio privativo, a fim de assegurar a dignidade humana desses sujeitos.

Dito isto, e com a finalidade de explorar nosso objeto de estudo, que é como atuam as redes de políticas públicas para as medidas de Liberdade Assistida no município de Luziânia-GO, optamos por um referencial teórico que contribua para o entendimento de redes e instrumentos da ação pública.

3 REDES E INSTRUMENTOS DA AÇÃO PÚBLICA

Neste capítulo apresentamos o nosso referencial teórico que trata das noções de redes de políticas públicas e seus entrelaçamentos. A escolha desse referencial contribuiu para o reforço da abordagem empregada neste trabalho, situando a importância da dimensão dos diferentes tipos de redes. Ao considerar esses subsídios teóricos e metodológicos, foi possível abordar com maior profundidade o tema central desta pesquisa, em sua complexidade, visto que a pesquisa se destina a compreender como ocorre a ação pública das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida no município de Luziânia-GO.

Para Pereira (2013), toda pesquisa tem, ou deverá ter, um arcabouço teórico a sustentá-la, de modo que indique os pressupostos, as categorias e os fundamentos que constituem o pano de fundo explicativo de qualquer estudo proposto ou realizado. Esta é considerada uma tarefa indispensável, uma vez que as indicações forneçam parâmetros claros para problematizar o objeto da investigação.

O capítulo está organizado em cinco subseções e para discorrermos sobre redes, contamos com Muller (2018), Rhodes (1995), Andrade (2011), Oliveira e Daroit (2020) e Marques (2019). Para compreender a ação multifatorial em instrumentos da ação pública buscamos como aporte teórico contributos em Lascoumes e Le Galès (2012, 2014), Daroit e Cruz (2019) e Cruz (2020).

No que se refere à intersetorialidade, contamos com Pereira (2014), Marcondes, Sandim e Diniz (2018), Cunill Grau (2014) e Pires (2015), ao abordarem a intersetorialidade como uma alternativa de intervenção articulada, com a capacidade de operar ações integradas, visando a integração de setores para buscar soluções de problemas sociais complexos e multicausais.

Conforme podemos observar, as possibilidades teórico-metodológicas são muitas e diversas, o que nos leva a fazer determinadas escolhas movidas por uma atitude científica de buscar diálogos nas fronteiras conceituais, visando apreender os sentidos dos conceitos para ampliar a discussão do tema.

3.1 Entre as noções de rede e intersetorialidade

Pereira (2014) e Martins (2018) descrevem, por meio de seus estudos, que conceituar o termo intersetorialidade no âmbito das políticas públicas não é uma tarefa simples, diante das diferentes abordagens e nomenclaturas, além da complexidade do termo e das diferentes formas de percebê-lo na realidade.

Com a Constituição Brasileira de 1988 e em sintonia com a agenda de democratização, foram surgindo um amplo conjunto de questões que deveriam ser objeto da ação estatal, na perspectiva de direitos e com ênfase na descentralização participativa, e isso resultou no aumento de temas e atores políticos envolvidos na concretização de políticas públicas. (Marcondes; Sandim; Diniz, 2018).

De acordo com esses autores, antes da Constituição de 1988 as políticas públicas se caracterizavam pela centralização, fragmentação institucional, especialização setorial e exclusão da sociedade civil. Dada essa complexidade, Dantas (2018) salienta que a intersectorialidade atualmente tem sido considerada tanto como uma nova lógica de gestão que transcende um único setor da política social como uma estratégia política de articulação de setores sociais diversos e especializados.

Neste sentido, Pereira (2014) nos fala que a intersectorialidade está relacionada à sua condição de estratégia, a qual também pode ser entendida de três formas, quais sejam: 1) como instrumento de otimização de saberes; 2) como competências e relações sinérgicas em prol de um objetivo comum; 3) como prática social compartilhada que requer pesquisa, planejamento e realização de ações conjuntas.

Então, pensando pela lógica da articulação das redes e por meio dos múltiplos atores, podemos entender que a intersectorialidade é uma lógica de gestão que perpassa diferentes âmbitos das políticas, pressupondo uma articulação entre vários setores de políticas.

Autores como Cunill Grau (2005, 2014), Pereira (2014) e Pires (2015), em seus estudos, nos levam a um aprofundamento do conceito de “tipologias de intersectorialidade”, o qual, por vezes, pode ser entendido como integração de setores para buscar soluções de problemas sociais complexos e multicausais.

Cunill Grau (2005, 2014), ao delimitar uma reflexão em torno da intersectorialidade, apresenta como base duas premissas. A primeira delas é que a integração entre setores possibilita a busca por soluções integrais. E a segunda é que a integração entre setores permite que as diferenças entre elas possam ser usadas produtivamente para resolver problemas sociais.

Para a autora, essas premissas permitem de certa forma compartilhar os recursos, os conhecimentos, as experiências, os meios de influências, entre outros, que são próprios de cada setor, sejam governamentais ou não, com fins lucrativos e sem fins lucrativos.

Concordando com essas ideias, Pereira (2014) afirma que a intersectorialidade articula saberes e experiências no processo de gestão dos poderes públicos em respostas aos cidadãos. Considera-se a intersectorialidade como uma dinâmica de gestão que visa romper com a

fragmentação das políticas sociais, trazendo inclusive uma transformação de conceitos, ações e maneiras de pensar a prestação de serviços.

Salientamos que é importante refletirmos sobre o significado da palavra intersectorialidade, visto que, às vezes, o termo é comparado com outros vocábulos que lhe são semelhantes e afins, como por exemplo: a interdisciplinaridade.

Pereira (2014) apresenta dois motivos principais para tal posicionamento: o primeiro se justifica pela urgência de qualificar o termo intersectorialidade; e o segundo, pela importância de explicitar o carácter dialético do prefixo “inter”.

Para a autora, é partindo dessa visão interdisciplinar que a intersectorialidade das políticas sociais deve ser tratada, nos chamando atenção para os denominados “setores” que compõem o universo da intersectorialidade, as políticas particulares com seus movimentos concretos e contradições específicas, resultantes de relações conflituosas entre interesses contrários que se dão entre a prestação de serviços, o Estado e os cidadãos.

Já Cunill Grau (2014) reconhece que a política da intersectorialidade é a fisionomia dos atores coletivos e individuais nos contextos políticos institucionais, a qual fixa limitações ou oportunidades, de modo que não se pode ignorar a conduta dos atores, visto que eles, por si mesmos, dispõem de variadas possibilidades de manobra, tanto para colaborarem com outros como para resistirem em colaborar.

Neste sentido, a autora também observa que é costume compreender e usar a autonomia organizacional como um recurso de influência política e que, no geral, os recursos do tipo de política que cada ator controla, inclusive o capital simbólico e o social, são essenciais na economia política da intersectorialidade. Posto isto, a autora percebe que as diferenças entre os setores e os níveis governamentais, embora possam fornecer racionalidade para trabalhar em conjunto, também geram resistência.

Desse modo, a intersectorialidade é um importante elemento na articulação das redes, ou seja, na articulação de políticas, serviços, áreas e competências, a fim de alcançar objetivos para a população. É importante também para buscar romper com modelos fragmentados de gestão e trazer uma maior participação dos atores envolvidos nas políticas públicas, inclusive os destinatários de tais políticas, levando em consideração vários setores que poderiam interagir mutuamente compartilhando diferentes saberes e visando ao enfrentamento da questão social, como é o caso de jovens e adolescentes em conflito com a lei.

Seguindo essa linha de pensamento, encontramos importantes reflexões nos estudos de Pires (2015) quando ele fala sobre a intersectorialidade, arranjos institucionais e instrumentos da ação pública. Ele destaca que a forma mais intuitiva e inicial, por meio da qual o termo

intersectorialidade adentra nossos debates, é a constatação de que os problemas sociais reais, para os quais se dirigem as políticas públicas, são necessariamente multifacetados e não obedecem às divisões setoriais das burocracias públicas.

Além disso, Pires (2015) menciona que há outra forma que se tornou comum para pensar a intersectorialidade, que diz respeito aos processos de produção de conhecimento e seus termos correlatos, como a Multi, a Inter, a Pluri e a Transdisciplinaridade, ou a Transversalização da ação governamental, as quais têm se tornado algo corrente na literatura especializada.

Pires (2015) afirma que a intersectorialidade também tem sido compreendida como a articulação de conhecimentos e experiências dos diversos atores governamentais no planejamento, na execução e na avaliação de ações, tendo em vista sinergias entre setores na produção de políticas públicas complexas que sejam capazes de promover o desenvolvimento econômico e social.

E ainda revela que a intersectorialidade pode ser vista como um convite para reflexões pós-burocráticas sobre a burocracia estatal, para o enfrentamento do desafio da integração e articulação de atores, processos e estruturas que foram sendo construídas e operacionalizadas tradicionalmente de forma fragmentada.

Diante do exposto e trazendo essas reflexões para o nosso objeto de estudo, percebe-se que a intersectorialidade assume um importante papel nas ações públicas do Sistema Socioeducativo, já que um dos princípios estabelecidos na Resolução do SINASE (Brasil, 2006) diz respeito à incompletude institucional, que demanda a utilização máxima possível de serviços na comunidade e responsabiliza as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes.

Tal princípio revela a lógica presente no ECA quanto à concepção de um conjunto de políticas de atenção à infância e à juventude que não podem estar isoladas das demais políticas públicas de saúde, defesa jurídica, trabalho, educação, dentre outras.

Diante disto, pensar nas medidas socioeducativas pelo viés das políticas públicas, redes de atores e a articulação dessas no acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei tem sido um dos nossos anseios, bem como promover conhecimento humano de forma criativa e humanizadora. É preciso também pensar na inserção social de jovens e adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa em estabelecimentos privativos de liberdade, visando encontrar outros caminhos que não sejam o mundo da violência e da criminalidade.

3.2 Redes de políticas públicas

Ao falar sobre as redes de políticas públicas, Muller (2018) nos apresenta a perspectiva de redes a partir da abordagem cognitiva da ação pública. A abordagem cognitiva da ação pública foi desenvolvida por autores que almejam mostrar que a ação pública se organiza em torno de quadros que constituem o universo cognitivo dos atores, apresentando certa estabilidade no tempo e nas ações.

O autor relativiza a fronteira entre Estado e Sociedade Civil para apresentar a rede marcada pelo caráter horizontal, pela pouca hierarquia e frequente informalidade nas trocas entre os atores, pela falta de fechamento da rede que autoriza a multiplicação das trocas entre os atores, pela combinação de recursos técnicos ligados à competência dos atores, bem como dos recursos políticos ligados à posição dos atores no sistema político.

Para Muller (2018), os objetivos das políticas públicas são gerenciar os desequilíbrios provenientes da setorização e, por consequência, da complexidade das sociedades modernas, uma vez que cada setor estabelece seus objetivos setoriais como fins últimos e que os diferentes conjuntos setoriais são ao mesmo tempo dependentes uns dos outros e antagonistas na obtenção de recursos escassos.

O autor revela que as redes se fazem indispensáveis, visto que há uma multiplicação e diversificação de atores que participam das políticas, levando à setorização, à fragmentação e à descentralização do Estado, à atuação das fronteiras entre o público e o privado e à importância dos atores de forma geral. E aponta, ainda, para uma complexidade que torna essa abordagem relevante à análise proposta.

A abordagem cognitiva da ação pública pretende compreender o Estado a partir de sua ação, demonstrando que as funções do governo são irreduzíveis aos processos de representações políticas e que não é possível “deduzir” o conteúdo e as formas das atividades governamentais. Além disso, o autor destaca que as políticas públicas são muito mais que processos de decisão, elas constituem espaço onde determinada sociedade constrói sua relação com o mundo e consigo mesma. Elas devem ser analisadas como processos por intermédio dos quais são elaboradas as representações que uma sociedade faz, para compreender e agir sobre a realidade tal qual ela é vista, e sobre quais os perigos que a ameaçam e como repartir as riquezas, além de pensar sobre qual papel deve ser confiado ao Estado.

Diante do exposto, Muller apresenta uma base para compreendermos como são construídos os espaços de encontro entre os diferentes atores. Salientando que uma das características da noção de rede tem sua utilidade, mas, ao mesmo tempo, se torna difícil de ser

utilizada, devido às diferentes realidades que abrangem as numerosas formas de articulação entre os grupos sociais e o Estado. Para que possamos compreender essas diferenças, o autor recupera as ideias de Rhodes (1995) ao distinguir vários tipos de redes, quais sejam:

- as Redes Temáticas, que agrupam atores em torno de um problema ou de uma reivindicação, citando como exemplo a defesa de um projeto de lei;
- a Rede Profissional, unida em torno de uma habilidade específica;
- a Comunidade de política pública, uma configuração estável na qual membros selecionados e interdependentes compartilham uma quantidade importante de recursos comuns e contribuem para a produção de um *output* comum.

Então, ao apontar esses diferentes tipos de rede, o autor nos permite compreender alguns dos mecanismos e funções cujas diferentes redes entram em contato e se articulam por meio de processos de conflito, negociação ou coalizão. E ressalta que o trabalho mais importante em uma rede é identificar os atores capazes de atuar na interface entre as diferentes redes na medida que são eles que exercem a função estratégica de integração das diferentes dimensões da decisão.

Um autor importante para a abordagem de redes de políticas públicas é Eduardo Marques (2019). Para ele, interessa estabelecer a combinação do uso das redes com os conceitos de tecido relacional do Estado e de governança, permitindo adicionar a essas estruturas relacionais as dinâmicas políticas que nelas ocorrem, visto que as políticas públicas têm graus diversos de centralização de seus processos de produção, envolvendo por vezes conjuntos mais amplos ou restritos de atores relevantes em políticas produzidas com intensa interdependência entre organizações estatais e não estatais, além de burocracias diversas e usuários, em múltiplas escalas simultâneas, como é o caso da saúde pública; sendo assim, a análise das redes pode trazer contribuições bastante importantes.

Para Marques (2019), as redes permitem expandir as fronteiras dos estudos sobre políticas, incorporando de forma não apriorística atores e processos localizados no ambiente que cerca o Estado, tanto nos altos escalões das elites políticas e da alta burocracia quanto no chamado “nível de rua” com burocracias do nível da rua, organização da sociedade civil e usuários de serviços.

Ao falar sobre o Estado e a sua interação com a sociedade, o autor nos permite uma consideração detalhada empiricamente embasada dos padrões de vínculos entre os atores do Estado e da sociedade, com base no tecido relacional do Estado, apontando que os contatos

institucionais se apoiam em padrões de relação que, por vezes, induzem visões de mundo e de política, influenciando a formação de preferências, restringendo escolhas, estratégias e alianças e alterando resultados políticos.

Partindo dessa lógica, o autor entende que a análise de redes também pode ser usada para explorar essas redes de serviços e equipamentos públicos, de modo que a maior potência delas está nas suas utilizações para desvendar as diversas e mutantes superposições entre padrões formais e informais na constituição das situações sociais.

Marques (2019) salienta que a análise de redes sociais é ampla e diversificada com uma longa história de utilização nas ciências humanas, que é impossível de resumir nesse espaço, entretanto trata-se da incorporação de forma profunda de uma ontologia relacional do social, considerando-se a premissa de que o mundo social é feito de relações de vários tipos, entre inúmeras e variadas entidades sociais, em constantes transformações.

A aplicação das premissas da sociologia relacional junto com as políticas públicas pode ajudar a resolver alguns problemas no estudo das *policy networks*², cujas inspirações pluralistas podem levar os estudos a considerar apenas os vínculos entre organizações, desprezando as conexões entre indivíduos, assim como centrando o foco em relações construídas intencionalmente, complementando que as dimensões de inércia, que marcam os campos de ação estatal, também são escassamente consideradas, apresentando menor resiliência e constrangimento daqueles usualmente envolvidos nas políticas (Marques, 2019).

O autor salienta, ainda, que nesses casos a incorporação das redes é apenas parcial, como no Brasil, e muito mais centrada em dimensões técnicas do que na absorção plena da sociologia relacional.

Ainda de acordo com o autor, esses problemas são evidenciados claramente quando a perspectiva é aplicada a casos como o brasileiro, marcados por baixa institucionalização e pela presença de relações pessoais e de outros tipos conectando atores variados e não apenas internos ao Estado. A incorporação da ontologia relacional permite a reconstituição analítica de forma empiricamente embasada em estruturas relacionais em que ocorrem as produções das políticas públicas.

Para o autor, mesmo que essas ontologias relacionais apresentem problemas, acredita-se que o conceito de governança pode ser muito útil, se a definirmos como padrões de conexão

² Conforme Rhodes (1988), as *policy networks* representam uma abordagem que rompe com a dicotomia Estado-sociedade e compreende que atores pertencentes aos quadros governamentais também são atores sociais e relacionam-se com outros atores compondo uma rede de relacionamentos e afirma que a ideia de redes se encontra na perspectiva pluralista estadunidense.

entre atores e instituições, por diversos tipos de vínculos, formais e informais, legais e ilegais, na produção de políticas. Em especial se essas redes associadas às políticas forem compreendidas como tecido relacional do Estado, entre o campo público e o privado.

Desse modo, a permeabilidade do Estado refletida por Marques (1999, 2019) se explica pelo fato de que indivíduos, agências, organizações e empresas de dentro e de fora do Estado podem se encontrar vinculadas de formas diversas, tanto de vínculo de trabalho e de caráter intencional, quanto por trajetórias de vida de indivíduos, nos processos de formação técnica e profissional, nas associações profissionais, ou mesmo nas suas trajetórias pessoais. Essas práticas conformam padrões de governança relativamente estáveis, sendo a permeabilidade do Estado substancialmente mais inercial e disseminada do que o considerado por categorias usadas para descrever o fenômeno como privação do Estado e anéis burocráticos do poder.

Assim, a estruturação em rede não é privilégio da ação estatal, mas é na ação do Estado, ou nas atividades em torno dela, que a “rede” conforma o que denominamos de permeabilidade, tornando difusas as fronteiras entre público e privado. E ao considerar esses processos, a permeabilidade é mais constante do que o sugerido pela categoria anel burocrático³, já que se baseia no padrão de relações estabelecido ao longo da vida dos indivíduos.

Diante do exposto, a incorporação da ideia de governança apresentada por Marques (2019) é entendida como conjuntos de atores estatais e não estatais e instituições ligadas por conexões de diversos tipos, que nos ajuda a ligar estruturas constituídas pelas redes com as estratégias de práticas dos variados atores políticos presentes nas políticas públicas.

Considerando essas ideias, buscamos, a seguir, ampliar o repertório sobre as redes de atores e suas práticas por meio dos contributos teóricos de Latour (2012) e Andrade (2011), concernente à Teoria Ator-Rede (TAR), e sua abordagem dinâmica, relacionando processualmente os níveis macro e micro de uma política.

3.3 A abordagem ator-rede

Bruno Latour (2012) apresenta importantes contribuições sobre a Teoria ator-rede, salientando que esta teoria nada mais é do que um caminho, uma ferramenta para atingirmos tudo aquilo que faz parte do social, pautada tanto em ações coletivas como em ações individuais. Para o autor, há uma série de elementos que compõem essas atividades.

³ Cardoso (1993, p. 99-100) diz que o conceito de anéis burocráticos descreve uma interação política-burocracia que era dialética, pois privilegiava grupos e interesses particularistas, inserindo-os no seio do Estado, que passa a servi-los. E se constitui um mecanismo pelo qual implicitamente se define que a administração é supletiva aos interesses privatistas, e esses fluem em suas relações com o Estado através de teias de cumplicidades pessoais.

Latour (2012, p. 72) salienta que esses elementos podem ser teorias, objetos, materiais, discursos, argumentos, podendo ser pessoas com diferentes posições na sociedade, nos seus ramos de atuação. Além disso o significado não é plasmado, o significado é atuação, não existindo um certo relativismo nesse contexto. O autor ressalta, também, que tudo que é chamado por “social” é construído por um rol muito maior de agentes, só que em alguns momentos houve a consolidação de certos padrões em uma massa mais ou menos heterogênea, “não só de humanos, mas também de não humanos.”

Para Latour (2012), atores são aqueles que agem, modificam, deixam rastros de suas ações e deslocamentos. Os que não modificam, modulam a ação, não são atores, mas intermediários. Então para se definir uma entidade, um agente, um ator, um actante, deve-se desenvolver seus atributos, ou seja, sua rede. Essa relação ator-rede é reversível, pode-se definir um ator pela sua rede e uma rede como um ator (Latour, 2012).

Além de Latour, autores como por exemplo John Law (1999) e Michel Callon (2008), colaboram com a TAR e discutem a relação do conhecimento e da ciência com as grandes instituições, as teorias, as invenções: tudo isso é resultado dos entrelaçamentos, imbricamentos dos atores com as coisas. E ressaltam que é nesses imbricamentos e entrelaçamentos que surgem as ações e os caminhos para os quais nós olhamos e para decidir sobre qual rumo seguir, visto que é nesses momentos que aparecem os desafios e as dificuldades para a viabilização de projetos (ou não).

Andrade (2011) apresenta que as redes não são a simples soma de interações: elas são uma operação, uma entidade em circulação, dinamizada pelas associações e dissociações que produzem e mediam as tramas do cotidiano e que operam em diferentes escalas. Assim, essa abordagem em estratégias contribui para a análise do fazer estratégico, em que são considerados os aspectos multidimensionais e dinâmicos da formação das políticas públicas, principalmente quando se pretende aproximar-se das práticas e distanciar-se de desenhos prescritivos.

Neste sentido, Andrade (2011), ao citar Mol (1999, p. 75), observa que é pertinente incorporar a análise do processo estratégico com a teoria do ator rede (TAR) que propõe uma abordagem dinâmica entre estrutura e prática, inter-relacionando processualmente os níveis micro e macro e tendo como pressuposto o entendimento de que estruturas não podem prescindir das relações. Ou seja, de que “a realidade não precede às práticas mundanas [...], mas, é modelada por elas” (Mol, 1999, p. 75).

A partir desse pressuposto, Andrade (2011) ressalta que a proposição da TAR é descrever e compreender processos de formação de híbridos associativos em sua dinâmica que são concretizados heterogeneamente não considerando apenas o seu estado presente em

determinado tempo e espaço; mas, sim, o seu desenvolvimento, seguindo a dinâmica em que são produzidos através da identificação de conteúdo e posicionamentos que transformam associações fracas em associações fortes. A autora menciona, ainda, que as redes são a formação de materialidades relacionais, nas quais estratégias tomam forma processualmente e as realizações dinâmicas não se apegam a uma estrutura preestabelecida:

O que importa é transmissão de conhecimentos específicos e locais através de uma rede de mediações [...] os mesmos conteúdos são transmitidos por sucessivas transformações, os conhecimentos se acumulam e se concentram em 'centros de cálculo' que organizam, compatibilizam e condicionam a busca de novas informações.

Em consonância com as ideias de Latour (2012), Andrade (2011) argumenta que as forças das redes não se originam da concentração, pureza e unidade, mas na disseminação, heterogeneidade e cuidadoso trançar de laços fracos e da realização coletiva constituída pelo fluxo contínuo de translações, através das quais são formados centros estratégicos, ou melhor, cadeias de translações formadas pela associação de elementos que buscam materialidades duráveis, mas que estão sempre abertas a negociações em face da entrada de elementos e da mobilização de novos fatos. Justamente, os instrumentos podem ser atores nessa abordagem que agrega atores humanos e não-humanos.

3.4 Instrumentos da ação pública

Considerando a existência e a relevância de atores não-humanos na organização das políticas públicas, trazemos o conceito de instrumento de ação pública. Lascoumes e Le Galès (2012) nos apresentam importantes contributos sobre a ação pública e seus instrumentos. Esses autores compreendem que uma das chaves da interpretação da ação pública é observarmos os nexos das articulações entre atores e representações, instituições, processos e resultados, os quais podem ser constituídos em diversos níveis, formas de regulação e redes.

Partindo dessa lógica, observa-se que na dinâmica da ação pública, os atores realizam traduções e ajustes setoriais, conformando novas formas de regulação e instrumentação de ideias. Para os autores essa noção de regulação, sustentadora do instrumento, estabelece-se por regras governadoras de comportamentos e resultados. A regulação é um meio formal de compelir a ação, os padrões de conformidade, as sanções e os aparatos administrativos para fazer valer as regras.

Neste sentido, Cruz (2020) nos informa que os instrumentos permitem que as políticas de governo possam ser materializadas e operacionalizadas, podendo produzir efeitos políticos

determinantes com relação a quais recursos podem ser utilizados e por quem, visto que o conceito de instrumentos de ação pública enfatiza as relações de poder associadas aos instrumentos e suas dinâmicas de legitimidade, politização e despolitização (May, 2004 *apud* Cruz, 2020).

Os instrumentos da ação pública também podem ser compreendidos a partir de diversas matrizes. Há três principais abordagens de instrumentos para a gestão de políticas públicas: a primeira de instrumentos de governo, inaugurada pelo inglês Christopher Hood, e as outras duas abordagens por meio de ação pública: a do estadunidense Lester Salamon, na governança, e a matriz francesa representada por Lascoumes e Le Galès, na perspectiva da sociologia da ação pública (Cruz, 2020).

A abordagem na matriz francesa, por meio dos estudos de Lascoumes e Le Galès e, mais recentemente, de Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021), permite compreender que:

o instrumento da ação pública é um dispositivo simultaneamente social e técnico, que organiza relações sociais específicas entre o Estado e aqueles para quem ele se volta, de acordo com as representações e sentidos que carrega. Sendo um tipo particular de instituição, um dispositivo técnico, com o propósito genérico de carregar um conceito de regulação (Lascoumes; Le Gales, 2012, p. 4).

Diante do exposto e considerando as dinâmicas transversais e participativas, Cruz (2020) nos apresenta o diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas, de modo que estas servem à participação democrática, abrindo espaços para o diálogo entre aqueles que estão fora do governo e os que estão dentro, num processo de disputa e colaboração na construção da cidadania.

Os instrumentos são organizadores de processos participativos de redes de atores que estabelecem seus fluxos de deliberação, regulamentação e orientação de sentidos mais difusos, colocando-se como pontos de acesso ou espaços híbridos que permitam aos atores oriundos de distintas redes e vinculações institucionais darem vazão ao que entendem por relevante à construção societária no exercício da política. Instrumentos dotam os demais atores de maior ou menor capacidade, e até designam se haverá (ou não) possibilidades de traçar a formação de alianças (Cruz, 2020, p. 113).

Sendo assim, uma das funções das redes de políticas públicas é ser o espaço onde se constroem os diagnósticos e as soluções que resultarão na decisão política, visto que as redes são espaços de produção do senso das políticas públicas, conforme relata a autora:

Os instrumentos de ação pública organizam e engajam atores, recursos e processos, exprimindo os sentidos coordenadores de seus referenciais da ação e os limites da ação pública. Em geral, constituem processos de normatização ou de regulamentação

que, simultaneamente, articulam, qualificam e democratizam o Estado (Cruz, 2020, p. 113).

Ainda de acordo com Cruz (2020), no marco da ação pública, considerar os instrumentos é descortinar as táticas de governo e sua genealogia, a historicidade dos meios de indução da ação, seus sentidos e os efeitos que produzem. Os instrumentos seriam como mapas orientadores da ação, pilotos que editam as regras, exprimem escolhas, organizam mudanças pautadas em princípios compartilhados. Assim, para olhar para as redes, importa considerar seus instrumentos que trazem consigo os valores dos atores, um conjunto limitado de opções que configuram tanto a realização das políticas públicas quanto os resultados obtidos.

Neste sentido é válido pensarmos sobre a lógica desses instrumentos no contexto socioeducativo, em como eles interagem com as redes de políticas públicas por meio do ECA e do SINASE, entre outras normas e instrumentos que regulamentam e constituem as ações públicas socioeducativas.

Diante do exposto, consideramos a seguir as noções de rede e intersetorialidade no âmbito das políticas públicas, de modo que tais noções serão de suma importância para compreendermos como atuam as redes de políticas públicas visando às medidas de Liberdade Assistida no município.

4 ABORDAGEM ETNOGRÁFICA

Este estudo sobre Rede de Políticas Públicas para as Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida em Luziânia-GO se apresenta como espaço de aprofundamento da temática sobre como tem sido o acompanhamento de jovens e adolescentes no cumprimento da Liberdade Assistida por meio das redes de articulação.

O estudo foi desenvolvido e organizado em seis capítulos, referentes à introdução, à contextualização do SINASE, à discussão teórica, à abordagem metodológica e à interpretação do caso, em que buscamos apontar os processos de redes de atores em dinâmicas intersetoriais entre as seguintes instituições: CASE, CREAS e CAPS.

Uma vez compreendendo a abordagem ator-rede como orientadora para o estudo, considerando a proposta latouriana, nos debruçamos na abordagem etnográfica, e tivemos como suporte Malinowski (1978), Da Matta (1989), Goldman (2006), Magnani (2002), Geertz (1995, 2008), Frehse (2011), Cardoso (1989), Peirano (1991), Oliveira (2016) e Diniz (2018). Os autores nos revelam o método etnográfico como uma forma de aproximação da realidade a qual nos propomos estudar e entender. Além destes, tivemos como suporte Noveli (2010) e Kozinets (2006), ao escolhermos como um dos instrumentos de coleta de informações a técnica netnográfica, que é considerada como uma prática *online* da etnografia utilizada para estudar grupos ou cultura *online*.

Para identificar quais as ações públicas desenvolvidas pelas redes CASE, CREAS e CAPS, recorreremos à Teoria Ator-Rede de Bruno Latour (2012), conforme apresentado no referencial teórico deste estudo. A Teoria Ator-Rede ajuda a responder como se dão as relações entre atores-rede que viabilizam as medidas de Liberdade Assistida por meio da articulação de atores vinculados ao CASE, CREAS e CAPS no município estudado.

Além destes, também consideramos as contribuições de Rhodes (2007), que ao equivaler redes de políticas públicas à governança, colabora para a construção da matriz interpretativa das articulações de redes na socioeducação, mais especificamente na medida de Liberdade Assistida.

A respeito das políticas públicas, Rodrigues (2008) e Gussi e Oliveira (2016) salientam, em seus estudos, que os fóruns e as comunidades de políticas públicas são também importantes instrumentos para tomada de consciência e debates para a ação pública. São os fóruns das comunidades e das políticas públicas que apontam para as possibilidades e as controvérsias nas diferentes ações e redes de políticas públicas.

Contribuindo com essas ideias, Rhodes (2007) compreende que a etnografia é uma das melhores abordagens para os estudos de governança. E que o processo de governança é realizado por redes de políticas públicas, visto que as redes possuem características definidoras da governança, cujo sentido está relacionado a um conjunto de esforços realizados de modos variados e por diferentes atores da administração pública, políticos ou privados.

Outros argumentos favoráveis a essa lógica são construídos a partir de certo reconhecimento da complexidade crescente da ordem social e de suas demandas, o que supostamente exigiria um Estado dotado de maior flexibilidade, capaz de descentralizar funções, transformações, responsabilidades e alargar o universo dos atores participantes sem renunciar aos instrumentos de controle e supervisão, conforme demonstram Lascoumes e Le Galés (2012), ao abordar a ação pública e seus instrumentos, concernentes às dinâmicas e, simultaneamente, às técnicas e políticas com múltiplos atores governamentais e não governamentais e por distintos referenciais cognitivos.

Então, para a escrita da pesquisa mobilizamos o método etnográfico por meio das observações participantes e de campo desde meu próprio trabalho enquanto agente socioeducativa e, por meio do exercício da atividade extraordinária AC4⁴, onde tive a oportunidade de observar o campo de pesquisa com maior frequência desde outubro de 2021, não só no meu plantão, mas na rotina de outras equipes plantonistas. Tive também acesso à pesquisa em registros documentais, além do desenvolvimento de oficinas pedagógicas, passeio de campo com os adolescentes e servidores, por meio de atividades que contribuíram para os seus processos formativos tanto dentro quanto fora da instituição, criando, assim, novas possibilidades de trabalho em rede no contexto socioeducativo e tendo como destaque o Projeto “Eu Leitor, Eu Escritor de minha autoria”.

Neste esforço, procurei, por meio das vivências no espaço socioeducativo da observação participante, utilizar como instrumentos de pesquisa para coleta de dados os registros em diário de campo, o mapeamento das redes e a entrevista semiestruturada.

Encontramos como pistas fundamentais a Proposta Política Pedagógica da instituição CASE, revisada nos anos de 2021/2022, tendo como referência o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo de Goiás 2015/2024, o Plano de Ação Municipal (2017), bem como as práticas do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTIM), que aos poucos foi se tornando a rede prioritária observada pela investigação.

⁴ A atividade extraordinária chamada AC4 tem como objetivo atender às normas do SINASE, visando diminuir o tempo que o adolescente fica privado de liberdade dentro dos alojamentos e inseri-lo em atividades de cunho pedagógico e profissionalizante, tanto no âmbito interno quanto externo.

Alerto que esse é um texto de gestão da socioeducação, e que a abordagem não foi mobilizada por etnógrafa – mas foi respeitosamente estudada para que fosse possível lidar com a complexidade do caso estudado.

Uma vez que, não sou antropóloga, mas estou aprendendo com a etnografia. Sendo assim, estou fazendo um trabalho de gestão do sistema socioeducativo e reconheço que, essa maneira de como tenho olhado para a rede de atores do GTIM é muito profícua para compreendermos como essa rede pode ajudar a melhorar o atendimento em Luziânia no acompanhamento dos jovens e adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida.

Entretanto, esse sentido propositivo não faz parte do propósito da teoria ator-rede ou da abordagem etnográfica. De toda forma, a sugestão de recomendações é característica do mestrado profissional e realizo sugestões neste texto, em especial, no relatório técnico, dada a oportunidade de compreensão que tive da lógica do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal.

4.1 Fundamentos de Etnografia

Neste sentido, para que fosse possível considerar a observação participante, busquei estudar Goldman (2006), Peirano (1991) e Oliveira (2016), que consideram que a pesquisa etnográfica é uma pesquisa holística, visto que analisa diversos fatores no lugar em que o pesquisador tem contato com vários indivíduos em diversas situações durante um longo período. Goldman (2006, p. 167) salienta que o método etnográfico na pesquisa etnográfica é diferente de outros modos de fazer pesquisa qualitativa, e define o método etnográfico como o *“estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal”*.

Nas palavras de Peirano (1991), mesmo que se venha considerar a etnografia, de uma forma geral, como uma metodologia, ou uma prática de pesquisa da área do conhecimento das ciências sociais, que parte principalmente da antropologia, o foco da etnografia é estudar a cultura de um povo e o comportamento de grupos sociais específicos. A etnografia é um pouco mais complexa do que mera metodologia, nos revelando que “é a própria teoria vivida”, pois um ponto importante da etnografia é alinhar à teoria as evidências empíricas e os dados. Ou seja: a teoria e a prática, as quais são inseparáveis para a etnografia.

Ainda considerando as palavras da autora, a pesquisa etnográfica estuda os padrões mais previsíveis das percepções e dos comportamentos na rotina diária das pessoas, de modo que é através da coleta de dados e das observações ao longo do período da pesquisa que se definem as características etnográficas da população.

De acordo com Goldman (2006) e Peirano (1991), na abordagem etnográfica a observação participante é considerada como uma das principais ferramentas de análise devido à sua natureza interpretativa crítica.

Goldman (2006, p. 167) também ressalta que o método etnográfico se torna inseparável da própria antropologia, ao considerar os estudos das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal, visto que esse método é uma forma de nos aproximarmos da realidade que nos propomos a estudar e entender.

No contexto socioeducativo, por exemplo, observa-se a participação e a interação de diversos atores sociais, tais como agentes, psicólogos, pedagogos, professores, profissionais da área da saúde, da segurança, do serviço social, do conselho tutelar, do juizado da Vara da Infância e Juventude, policiais, familiares em dia de visitas, entre outros.

Diante dessas observações, percebe-se que há um processo de interação e uma diversidade de atores sociais que participam do trabalho socioeducativo, que podem atuar de forma dinâmica ou não, como modificadores das estruturas sociais no acompanhamento do jovem e adolescente em conflito com a lei.

Contribuindo para a compreensão da abordagem etnográfica, Magnani (2002, p. 17) salienta que a etnografia não se confunde e nem se reduz a uma técnica, mas pode usar e servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de apreensão do que um conjunto de procedimentos. O autor ressalta que esse mergulho tem suas fases: a primeira delas é na teoria, nas informações e nas interpretações já feitas sobre a temática e a população específica que queremos estudar; a segunda fase consiste num longo tempo vivendo entre os nativos, e essa fase se conhece como trabalho de campo; a terceira fase consiste na escrita que se faz de volta para casa, que é a interpretação daquilo que observamos.

Para Geertz (1989), esse tipo de trabalho consiste em estabelecer relações com as pessoas de modo que o campo antropológico supõe não apenas ir e vir ou ir e pegar materiais empíricos, amostras etc., mas trata-se de um estudo mais complexo, por meio de observação, interlocução efetiva, cumplicidade, diálogo, respeito, tolerância, entre outros fatores. Diante do exposto, a pesquisa etnográfica deste estudo teve início em 1º de outubro de 2021.

Geertz (1989) salienta que a etnografia é uma descrição densa, em que o etnógrafo enfrenta uma multiplicidade de estruturas conceituais e complexas, tendo primeiro que apreender, para depois apresentar. Ainda de acordo com o autor, a etnografia, enquanto método de pesquisa, não somente guia o pesquisador em campo, mas também atua como fundamento do papel do observador sem a necessidade de se tornar um objeto de estudo, ou um nativo, visto

que o nativo do antropólogo são pessoas e não indivíduos abstratos e cada uma é dotada de suas particularidades e, sobretudo, agência e criatividade.

Neste sentido, Goldman (2006), Geertz (1999) e Da Matta (1989) ressaltam a importância de darmos vozes às pessoas não por caridade, mas por reconhecer que elas têm muito a dizer. Nessas investigações, o pesquisador e o nativo conversam, dialogam e interagem. E é nisso que consiste o cerne do trabalho etnográfico.

Podemos observar, na fala de Frehse (2011, p. 53), o que ele entende por etnografia:

Entendo a Etnografia antes de tudo como maneira específica de conhecer a vida social. Sua peculiaridade: sua fundamentação existencial numa impregnação profunda, no pesquisador (em seu corpo e sua alma, em sua inteligência e sensibilidade) da imprescindibilidade da busca por aquilo que Eduardo Viveiros de Castro denominou ‘diálogo pra valer’ com o outro sendo o conhecimento forjado justamente a partir do resultado desse diálogo (Frehse, 2011, p. 35).

Corroborando com essas ideias, Geertz (1989) afirma que a realização do trabalho etnográfico consiste em fases, como por exemplo as fases de trabalho de campo. Como os fatos não existem para serem colhidos, fazer etnografia é uma tarefa difícil, densa, pois tudo aparece aos nossos olhos de forma confusa, sem sentido. Citando que:

A etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato, a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, inexplicitas, e que ele tem que de alguma forma aprender e depois apresentar /./. Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos (Geertz, 1989, p. 20).

Nessa lógica, Cardoso (1989) nos auxilia e contribui ao salientar que a etnografia tem três momentos, sendo eles a formação teórica, o trabalho de campo e a escrita.

A formação teórica é a bagagem indispensável para ir a campo; para Geertz (1989), não adianta irmos a campo sem ela, pois a capacidade de levantarmos problemas em campo advém dessa familiaridade com a biografia do tema.

E este é um ponto pertinente levantado por Geertz (2008) em relação ao método da descrição densa: é a ideia do “estar lá”, ou seja, da importância da presença do cientista no local investigado, o que lhe permite, a partir de sua experiência de imersão em uma nova cultura, produzir aquilo que ele denomina de conhecimento ou saber local. A inserção do pesquisador em determinado ambiente, ou melhor, em uma experiência, altera em maior ou menor grau a dinâmica do local investigado, podendo gerar estranhamento e outras reações por parte dos atores da pesquisa.

Ainda de acordo com Geertz (2008), a ideia do “estar lá” constitui-se sempre em um paradoxo, pois o pesquisador é o observador e o narrador de uma determinada cultura, circunstâncias e experiências que apenas ele conheceu e experienciou. Sua tarefa é, *a priori*, realizar um trabalho de observação sistematizado sob a ótica da neutralidade científica, mas ao mesmo tempo em que deve dar provas de sua imparcialidade, tem de recorrer à sua experiência e confiar no fato de ter estado lá e legitimar seus saberes enquanto pesquisador.

Já a escrita é considerada a terceira fase do fazer etnográfico, a qual advém após ter encontrado uma ordem das coisas em diálogo com o nativo e consiste em colocarmos as coisas em ordem para possibilitar a leitura por parte de um público que não esteve lá. E que nos lerá esperando que façamos um correto casamento entre teoria e prática.

Diante do exposto, essa percepção só foi possível após a qualificação e depois de um longo período entre a observação de campo e o levantamento de informações, além da releitura minuciosa de Latour (2012), que apontou quais as pistas que eu deveria seguir diante daquilo que se pretende compreender.

4.2 Teoria Ator-Rede

Latour (2012) nos alerta que as relações estabelecem entrelaçamentos e imbricamentos dos atores com as coisas, e revela que é nesse imbricamento e entrelaçamento que surgem as ações e os caminhos para os quais possamos olhar e decidir sobre qual rumo seguir. Para o autor, os traços ou rastros de uma rede são o laço entre objetos, instituições, instrumentos, pessoas, lugares, eventos e os seus relacionamentos. E isso nunca é dado sozinho, isso é sempre dado em composição com outros elementos.

Oliveira e Daroit (2020), ao fazerem uso da abordagem de rede, nos dizem que uma das principais características distintivas da TAR é que a rede não é construída apenas por indivíduos, mas, também, por atores não humanos (como organizações, elementos naturais, tecnologias e até mesmo conceitos e leis científicas). Ao lado dos indivíduos, os atores não humanos são igualmente importantes na descrição e formação de uma rede, visto que o cerne da TAR está em descrever o que os atores fazem, não o que eles são ou significam. Assim, para compreender uma rede, é necessário acompanhar seus atores e seus vínculos (Latour, 2005).

Então, considerando a Teoria Ator Rede, fui seguindo as pistas que o próprio espaço socioeducativo foi revelando, e busquei, por meio dessas observações, organizar informações reveladoras acerca da pergunta desta pesquisa, sobre como ocorrem as ações públicas de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida no município de Luziânia-GO.

Foi aí que um ponto importante apareceu durante as observações de campo, ao observarmos, como prática de trabalho, ações desenvolvidas por meio do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTIM), formado via WhatsApp desde o ano de 2017, que busca, de forma híbrida (presencial e *online*), traçar estratégias de trabalho em rede orientado pela política da PNAISARI, atuando em parceria com o município por meio do Plano de Ação Municipal e desenvolvendo ações e estratégias de políticas públicas para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no meio aberto e fechado, conforme aprendi durante o período de imersão da pesquisa. Com a finalidade de produzirmos conhecimentos por meio dos registros no Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal, fizemos uso da Netnografia.

4.3 Netnografia

De acordo com Kozinets (2014), o método netnográfico começou a ser desenvolvido nos anos 90 no campo da pesquisa de *marketing* e de consumo, uma área interdisciplinar que se caracteriza por incorporar pontos de vista de diversos campos, como a antropologia, a sociologia e os estudos culturais.

Ao falar sobre o método netnográfico, Kozinets (2014) menciona que este método de pesquisa se baseia na observação participante e no trabalho de campo *online*, devido às diferentes formas de comunicação mediadas por computador como fonte de dados para a compreensão e a representação etnográfica dos fenômenos culturais e sociais.

Salientamos que a netnografia é a prática *online* da etnografia, algo que para o levantamento das informações referentes aos objetivos de uma pesquisa mantém forte relação com o método etnográfico, intuitivamente, por tentar estudar grupos ou culturas, e, no caso da netnografia, grupos ou culturas *online*, potencializando, assim, o método etnográfico.

Colaborando com essas ideias no que se refere ao uso da netnografia, Noveli (2010) destaca que o relacionamento mediado por esses novos meios de grupos ou culturas *online* pode ser conhecido como Comunicação Mediada por Computador (CMC). Isso, de certa forma, tem permitido a construção de diversas comunidades, que só existem e são construídas na medida que seus membros estão *online*. Noveli (2010) ainda nos diz que o uso da netnografia tem levado diversos pesquisadores a lançarem mão de técnicas e métodos tradicionais em um ambiente eletrônico, adaptando essas mesmas técnicas e métodos na coleta de informações.

Nessa perspectiva, a etnografia, sob a denominação de netnografia, tem sido utilizada para estudar grupos *online*. O autor nos revela que esse método se apresenta como uma técnica

importante para a coleta de dados, para complementar e contribuir para o levantamento de informações acerca do trabalho em rede.

Um outro ponto destacado pelo autor é que ao fazer uso da netnografia, o etnógrafo pode realizar o levantamento das informações em qualquer outro espaço, como por exemplo: em sua casa, liga o computador, digita o endereço da comunidade virtual no *browser* e já está no campo. Lá já está escrito e em farta quantidade estão os discursos dos membros da comunidade da internet, cujo interesse comum é o consumo de algo: opiniões, reclamações, dicas, sugestões, palpites. Um discurso de discursos permeando o mesmo tema.

No nosso caso, ao ser convidada a participar do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal, tive a oportunidade, por meio da observação participante, de ter no grupo *online* de *Whatsapp* um importante instrumento de coleta de informações e de saberes ali produzidos, além de adequar-me como pertencente à rede.

4.4 O locus da Investigação: GTIM de Luziânia

O GTIM iniciou como um espaço virtual para reunião dos profissionais do CASE, CREAS e CAPS e outros representantes de outras instituições, mobilizados pelo grupo para traçar estratégias por meio do trabalho em rede voltado para o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa tanto no meio aberto quanto no meio fechado.

Porém, cabe revelar que antes de definirmos o Grupo de Trabalho Intersetorial (GTIM) como lócus da nossa investigação, tive como ponto de partida o Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), localizado na cidade de Luziânia-GO.

O CASE atende jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade e dentro desse contexto aguardam aquilo que chamam de “progressão da medida”, ou a própria extinção desta, a depender de cada caso. Assim, ter a Unidade Socioeducativa privativa de Liberdade, como ponto de partida para nossas observações se deu devido ao fato de a instituição constituir um espaço onde os fenômenos acontecem, possibilitando o estudo detalhado e a investigação do tema em debate por meio de um olhar de dentro para fora.

A unidade foi inaugurada em 2006 e está localizada na rua Epaminondas Roriz, nº100, Setor Fumal, Luziânia-GO. Essa unidade é considerada de médio porte, comparada as demais do estado de Goiás, com capacidade para 72 internos.

Para registro dessas informações, a imersão e observação nesse campo, a memória do visto e vivido ao longo desses 14 anos de trabalho foi um instrumento fundamental para

compreender e construir o campo da pesquisa, “seguindo as pistas” e mapeando as práticas e seus significados, os papéis e as relações existentes entre as ações públicas desenvolvidas para o acompanhamento de adolescentes que passaram pela medida de internação.

Foi a partir da observação desse espaço que a pesquisa foi se moldando ao identificarmos, durante as observações de campo, o GTIM, o qual foi se tornando o principal ator rede na mobilização e articulação das redes de atores do CASE, CREAS e CAPS, entre outros atores que foram aparecendo durante a pesquisa. Assim, buscamos, por meio desse recorte, apresentar as práticas de trabalho desenvolvidas pelos atores sociais das redes que nos propusemos a estudar, fazendo uso da etnografia por meio das reuniões e encontros híbridos, *online* e presenciais, além dos textos via *WhatsApp*, para compreender como atua a rede de políticas públicas para a Liberdade Assistida no Município.

4.5 Netnografia no GTIM via WhatsApp

Para a organização da pesquisa e coleta das informações, além do ingresso no grupo, o contato com os membros do GTIM foi muito importante para se obter o máximo de pontos de observação e conseguir mapear os atores que fazem parte da rede no acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida.

O ingresso no Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal permitiu o acesso às informações por meio de textos, registros de fotos, acesso aos números de telefones dos integrantes do grupo, facilitando a organização e seleção das informações captadas numa perspectiva etnográfica, sobre aquilo que é criado e pensado para o acompanhamento dos jovens e adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas, complementando os registros em diário de campo.

Durante a investigação, esse contato foi importante para validar a identidade dos informantes do grupo e por observar esses sujeitos em suas práticas em espaços físicos e *online*, visto que a etnografia foca no discurso, no comportamento observado face a face e na prática do dia a dia.

Por outro lado, a netnografia foca nas possibilidades da construção de conhecimentos por meio das falas ali levantadas, das reuniões e encontros híbridos, *online* e presenciais, além dos textos via *WhatsApp* e da identificação dos atores que ali ocupam distintas posições no campo socioeducativo por meio das redes mapeadas. Tudo isso foi nos oferecendo a possibilidade de produzir ações e saberes que são produtos de espaços de interação, mobilizados como instrumentos operadores do Estado.

Para o levantamento das informações, foi realizado um pedido de autorização aos componentes do GTIM, para que pudéssemos realizar a coleta de informações disponibilizadas no grupo, fazendo uso da netnografia. Apresentei a proposta de trabalho e os objetivos da pesquisa. Em seguida elaboramos uma enquete via WhatsApp e a enviamos no grupo para que os componentes pudessem votar na opção sim, para autorizar, e na opção não, caso não autorizassem a coleta de informações e conhecimentos ali produzidos.

Como aspecto ético da pesquisa, foi tomada em conta a autorização de todos os membros do grupo, no dia 5 de julho de 2023. Essa autorização foi dada no próprio grupo de *WhatsApp* e reiteradamente lembrei aos 40 membros identificados sobre o registro que estava sendo realizado.

Após fazer uso da netnografia para complementar as informações, fizemos uso da entrevista semiestruturada como instrumento de pesquisa, em que buscamos priorizar profissionais que atuam diretamente com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas integrantes do GTIM.

4.6 Observação participante e entrevistas com atores-redes do GTIM

De acordo com Severino (2013), a observação é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. O autor considera que essa etapa é imprescindível em qualquer tipo de pesquisa, podendo ser usada na coleta de dados ou conjugada a outras técnicas de forma exclusiva, chegando a ser considerada como um método de investigação.

Brandão (1987) também salienta que a observação participante pode ser considerada como um mergulho por inteiro no mundo do outro, de modo que não impeça que uma ciência sociologicamente renovada se desobrigue das questões efetivamente sociais e das condições de vida dos outros. O autor ressalta que é necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos do outro, a quem mais do que conhecer para explicar a pesquisa, pretende compreender para servir.

Diante do exposto, entre as múltiplas técnicas de pesquisa voltadas a desvelar a *lógica da ação pública* (Lascoumes; Le Galès, 2012), durante o período de observação participante, não poderia deixar de citar os eventos dos quais tive a oportunidade de participar, tanto na modalidade presencial quanto *online*, dinâmicas de interações por meio de encontros entre atores governamentais e não governamentais, que colaboraram para essas reflexões e descrições:

- 1º Encontro Intersetorial da Rede Socioassistencial do Entorno Sul: Socioeducativo em Ação, realizado no dia 28 de junho de 2023, na Câmara Municipal de Luziânia Goiás.
- VIII Congresso Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos da Infância e Juventude, organizado e apresentado por múltiplos atores, realizado no dia 11/08/22 no período matutino.
- II Encontro Multidisciplinar da Defensoria Pública, ocorrido também no dia 11/08/2022, onde foram observados e apresentados efeitos práticos com jovens egressos do SINASE, por meio da apresentação e divulgação do livro Príncipe das Grades, escrito por Amaral durante o cumprimento da medida de internação no CASE e publicado no ano de 2021 como resultado de práticas pedagógicas desenvolvidas no Projeto Eu Leitor Eu Escritor de minha autoria. A obra do jovem narra sua trajetória desde a infância até seu ingresso no socioeducativo e os desafios enfrentados nesse espaço.
- III Encontro Regional: “SINASE PRA VALER” o qual aconteceu na Região Centro-Oeste, nos dias 5 e 6 de setembro de 2023.
- 2º Caminhos Literários no Socioeducativo, pelo direito à leitura, iniciativa que compõe a ação de Fomento à Leitura do Eixo Socioeducativo do Programa Fazendo Justiça, uma parceria entre CNJ e PNUD, evento 100% *online* transmitido para o público geral através do Canal do CNJ no Youtube (29 e 30 de novembro) e por meio da plataforma Zoom em sala de acesso restrito nos dias 6, 7 e 13 de dezembro de 2023.

Fui convidada a apresentar, no evento citado acima, o Projeto “Eu Leitor, Eu Escritor” como práticas exitosas de leitura e escrita no contexto das medidas socioeducativas. Então, conforme já foi sinalizado ao longo deste trabalho e enquanto membro dessa comunidade no âmbito socioeducativo, a técnica de observação participante é um importante instrumento do qual tenho me utilizado devido à imersão e atuação no Centro de Atendimento Socioeducativo há mais de 13 anos.

De acordo com Gil (1987), a observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação denominada. Ao observar as práticas e rotina desse campo, o acesso ao GTIM, em dezembro de 2021, facilitou o contato com a escolha dos participantes da entrevista em profundidade para complementar a coleta de informações referente a pesquisa.

Fizeram parte da entrevista, em profundidade, 11 participantes: 03 (três) jovens egressos no cumprimento de Liberdade Assistida, todos maiores de 18 anos; 08 (oito) servidores, sendo 01 (um) do CASE, 01 (um) do CREAS, 01 (um) do CAPS, 01 (um) da Unidade de Acolhimento Institucional (UAI), 01 (um) Matriciador responsável por acompanhar as ações por meio do Plano de Ação Municipal e da articulação das redes que atuam diretamente com adolescentes em cumprimento de medidas privativas de liberdade e após desinternação; 01 (um) enfermeiro; 01 (um) professor que leciona tanto no sistema socioeducativo privativo de liberdade quanto no espaço externo; e 01 (um) representante do Juizado da Vara da Infância e Juventude do município de Luziânia-GO.

Nesta fase da pesquisa, seguimos o que orienta Triviños (1987): apresentamos aos entrevistados as linhas gerais do que tratava a entrevista, agendamos a data e a hora onde seria realizada, além de informações importantes ao espaço da pesquisa. No momento das entrevistas reiteramos questões como: gravação, duração e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a apresentação da pesquisa. Em seguida, após o seu consentimento para que ocorresse o processo investigativo, agendamos os dias para a realização das entrevistas, que ocorreram entre julho e agosto de 2023.

A escolha da entrevista semiestruturada como um dos instrumentos de coleta de dados a ser utilizada com os participantes da pesquisa justificou-se pelo fato dessa técnica possibilitar a obtenção de informações mais abrangentes, de permitir uma cobertura mais profunda sobre o tema estudado, de ser possível a correção ou esclarecimentos no ato da entrevista, de haver elasticidade na duração do tempo e de favorecer respostas espontâneas devido à interação entre o entrevistador e o entrevistado (Pádua, 2004, Triviños, 2011).

As entrevistas tiveram como objetivo colher informações junto aos servidores das redes CASE, CREAS e CAPS entre outras mapeadas, como por exemplo a UAI - Unidade de Acolhimento Institucional, a qual foi um importante achado, identificada durante a entrevista com um dos participantes ao salientar que esse espaço é pouco divulgado e recebe um número significativo de adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida, Prestação de Serviço à Comunidade e jovens em tratamento de drogadição, entre outras questões destinadas ao município.

Cabe dizer que a escolha de cada entrevistado está relacionada à área de atuação de cada um, o que de certa forma permitiu a obtenção de informações mais precisas a respeito das ações públicas desenvolvidas por essas redes visando à medida de Liberdade Assistida.

As perguntas tiveram como eixo central os temas referentes à intersetorialidade, à articulação entre as redes para o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de

Liberdade Assistida e às ações no fortalecimento do acompanhamento dos jovens e adolescentes após desinternação, conforme exposto nos Apêndices A, B e C desta pesquisa.

A escolha desse público para a entrevista envolve, além dos documentos acessados, dos órgãos planejadores e gestores das instituições que recebem adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, projetos, programas, planos, ou seja, tudo que atravessa as práticas e teorias, que potencializa outros sentidos e significações por tudo aquilo que é vivido, sentido e praticado no âmbito da socioeducação, para além daquilo que é ou não colocado em prática, na forma de documentos escritos, conversações, sentimentos, iniciativas dos servidores e ações concretas vividas principalmente pelos receptores dessas políticas.

Assim, as informações coletadas foram descritas e interpretadas no estudo seguindo a lógica da articulação do trabalho em rede no acompanhamento dos jovens e adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida.

Para a descrição e interpretação dos achados, recorreremos às categorias predefinidas referentes à intersetorialidade, à articulação entre as redes para o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida e às ações públicas no fortalecimento do acompanhamento dos jovens e adolescentes após a desinternação.

Por fim, no procedimento de descrição e interpretação das informações, procuramos compreender os objetivos realizados no estudo e apresentar os resultados da pesquisa. Como produto técnico desta pesquisa, realizamos um relatório conclusivo da dissertação, a ser apresentado presencialmente enquanto ação de extensão do PPGE-MP/UnB para os servidores engajados na rede voltada à Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida no território investigado.

5 AÇÃO PÚBLICA PARA A LIBERDADE ASSISTIDA EM LUZIÂNIA/GO

Antes de falarmos sobre a ação pública para a Liberdade Assistida no município de Luziânia-GO, consideramos relevante apresentar uma breve contextualização do nosso lugar de fala, a partir do Centro de Atendimento Socioeducativo de Luziânia-GO (CASE).

Embora esse não seja o foco deste trabalho, as medidas de internação, estão muito conectadas com as medidas de meio aberto, por meio das redes CASE, CREAS e CAPS. Uma vez que essas compartilham da ideia de articulação e fortalecimento de trabalho de rede no acompanhamento dos adolescentes egressos do SINASE.

Essa contextualização é importante porque foi a partir da observação desse espaço que a pesquisa foi se moldando ao identificarmos, durante as observações participantes, o GTIM, o qual foi se tornando o principal ator-rede na mobilização e articulação de atores do sistema socioeducativo em Luziânia.

O CASE/Luziânia se trata de uma instituição que atende adolescentes dos gêneros masculino e feminino e jovens trans em conflito com a lei, encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude. Cabe salientar que, quando iniciei a pesquisa, a instituição estava em processo de reforma da estrutura física, a qual perdurou por quase cinco anos, do final de 2017 ao primeiro semestre de 2022, e neste período as adolescentes do gênero feminino eram encaminhadas para o município de Formosa.

O Centro de Atendimento é uma Unidade regionalizada, pertencente à Secretaria de Desenvolvimento Social do estado, a qual tem a finalidade de coordenar e operacionalizar as políticas públicas sobre adolescentes e jovens em conflito com a lei. É uma Unidade de cunho Regional conforme o Provimento nº 05/2013 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás, que atende adolescentes dos municípios de Luziânia, Cristalina, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental. A Unidade oferece setenta e duas vagas para a aplicação das medidas socioeducativas privativas de liberdade.

Quando iniciei a pesquisa, ainda em contexto pandêmico, a média anual de internação em 2019/2021 variava entre vinte e vinte e cinco adolescentes/mês e apenas adolescentes do gênero masculino. Após a pandemia e com o fim da reforma estrutural da unidade, entre os anos de 2022/2024 o número de adolescentes internados tem variado entre trinta e quarenta e um adolescentes, sendo na sua maioria do sexo masculino, enquanto o feminino não tem ultrapassado de 03 a 05, e o público de jovens trans no período oscilou 1 e 2 adolescentes.

Na ocasião da entrega deste estudo, observamos que dos quarenta e um adolescentes, quatorze se encontram na faixa etária dos dezessete anos, e os demais variam, sendo 2 com quatorze anos, 2 com quinze anos, 6 com dezesseis anos, 5 com dezoito anos e 2 com dezenove anos de idade. Também foi observado que a maioria dos atos infracionais dos jovens que se encontram acautelados são o homicídio, em segundo lugar vem o roubo e o furto e por último o tráfico de drogas. Nessas observações, identificamos apenas um caso de estupro e um de tortura.

No âmbito das medidas de Liberdade Assistida de acordo com alguns dados coletados por meio de diálogo com profissionais da rede CREAS, entre 2020/2024, o número de adolescentes inseridos na LA fora de aproximadamente 164 adolescentes, tal aumento, se deu devido ao período da COVID/19.

Revelando por meio de ficha de atendimentos que esse foi o período em que mais acolheu adolescentes na medida de meio aberto, sem um devido suporte por parte do município, uma vez que o número de adolescentes inseridos na LA em 2019, era de aproximadamente 20 adolescentes, subindo para 60 no ano de 2020. Conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 3 - Adolescentes em Medida de Liberdade Assistida atendidos no CREAS Luziânia-GO

2019	20
2020	60
2021	30
2022	20
2023	24
2024	10

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo CREAS.

A partir dessas informações, ficou perceptível, que houve um aumento da LA no ano de 2020 e 2022. Permanecendo no CASE, apenas os casos de atos mais graves, como homicídio, roubo e latrocínio. Uma vez que também se fez necessário, atender as recomendações nº 62 emitida pelo CNJ, para prevenir a propagação do coronavírus nos espaços de privação de liberdade, juvenil e de adulto, com diversas diretrizes para a substituição das medidas de internação, observando os casos cabíveis.

Diante do exposto, cabe mencionar que foi nesse contexto de crise socio sanitária que o Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal se tornou mais atuante na mobilização dos diversos

atores sociais, para pensar em ações públicas e estratégias de fortalecimento de trabalho em rede no acompanhamento dos adolescentes.

Para compreender melhor como ocorre a ação pública para a Liberdade Assistida no Município apresentamos neste capítulo as descrições e interpretações sobre as vivências no contexto das medidas socioeducativas, trazendo importantes reflexões sobre o tema por meio dos discursos dos entrevistados conforme exposto na metodologia deste estudo, o que de certa forma nos ajuda a responder o objetivo geral dessa pesquisa, sobre como a medida de Liberdade Assistida está sendo viabilizada no município mediante as ações públicas desenvolvidas pelas redes mapeadas.

Durante as observações de campo, percebemos que o trabalho socioeducativo visa atender ao que propõem as normas do SINASE, por meio dos 13 eixos pedagógicos da Proposta Político-Pedagógica do CASE, os quais norteiam as atividades diárias da instituição referente às práticas educativas e socializadoras das atividades e ações integradas à arte, à cultura, à profissionalização, ao esporte, ao lazer e à expressão de fé.

Essas ações buscam propiciar o desenvolvimento das competências, habilidades e atitudes para a ressignificação de valores, respeitando a diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual dos adolescentes, bem como a reconstrução e fortalecimento do vínculo familiar e o convívio com a comunidade.

A seguir, apresentamos um quadro com os 13 eixos pedagógicos identificados que norteiam o trabalho socioeducativo tendo como base a observação do cronograma diário das atividades desenvolvidas no Centro de Atendimento Socioeducativo que, de certa forma, foi contribuindo com pistas para a identificação de quais as ações públicas existentes no âmbito local dialogam com o nosso objeto de pesquisa referente às redes de políticas públicas para a Liberdade Assistida no município.

As observações captadas contribuíram com pistas que revelam uma possível articulação de trabalho em rede por meio da ação pública de diferentes setores da administração pública municipal e estadual no município, envolvendo a ação de diferentes atores sociais buscando atender os eixos pedagógicos proposto no SINASE e na Proposta político Pedagógica da instituição.

Quadro 4 - Atores e Eixos Pedagógicos CASE

Eixos Temáticos	Atores
1º Educação	Escola Municipal e Estadual Professores Servidores públicos da área da educação.
2º Projetos e oficinas Sociopedagógicas	Equipe multiprofissional, assistente social, psicólogos, pedagogos, artesão, agente socioeducativo, professores.
3º Atividades Extracurriculares Escolares	Equipe multiprofissional, escolar e pedagógica. Assistente social, psicólogos, pedagogos, artesão, professores, enfermeiros, profissional do Juizado da Vara da Infância.
4º Atividades Esportivas, Culturais, Recreativas e de Lazer	Equipe multiprofissional, atores sociais (interno e externo) junto à comunidade, secretário de cultura municipal, professor de educação física, jovens da Igreja Universal, agentes, pedagogos, psicólogos e assistentes sociais.
5º Atendimentos Psicopedagógicos e Sociais e Intersetoriais	Equipe Multiprofissional da rede por meio da UBS, do CAPS, Juizado da Vara da Infância e Juventude, psiquiatra, psicólogo, enfermeiro e Matriciador das redes CASE, CRAS, CREAS e CAPS D3.
6º Qualificação Profissional	Sistema “S” SENAI, SENAC, SENAR, Instituto Maria Dumont e Instituto Mundo Melhor.
7º Vivência e Expressão de Fé	Igreja (católicos, espíritas, evangélicos e Igreja Universal), participação da Comunidade.
8º Vivências Grupais	Adolescente e equipe técnica estendida aos interessados, família, agentes e direção (constituída pelos profissionais do CASE e alguns membros que participam do GTIM, por meio da PNASAIRI).
9º Atendimento à Família	Família e comunidade, visita familiar e domiciliares.
10º Acompanhamento ao Egresso	Inserção comunitária dos egressos, âmbito municipal, programas de execução da medida de Liberdade Assistida, acompanhamento interinstitucional. CASE, CREAS, CAPS, Juizado da Vara da Infância, Defensoria Pública, CRAS do Jardim Ingá.
11º Programa de Qualificação e Formação Continuada Para Servidores	Agentes operadores da SECT e o Sistema Judiciário, ações institucionais internas e externas.
12º Ações de Segurança no Sistema Socioeducativo	Parcerias membros da segurança pública, Polícia Militar, Polícia Civil. Defensoria Pública e Ministério Público.
13º Atenção Integral à saúde	Pactuação dos planos operativos municipais, Plano de Ação, Política Nacional de Atenção à Saúde de adolescentes em Conflito com a Lei, Regime de Internação, Internação Provisória e Semiliberdade.

Fonte: Elaboração própria com base na proposta político-pedagógica do CASE, durante a pesquisa de campo.

Ao observarmos os eixos, encontramos pistas referentes ao desenvolvimento de ações e estratégias de trabalho em rede no acompanhamento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa tanto no meio institucionalizado como no meio aberto, surgindo assim algumas articulações.

O Eixo 10, por exemplo, revela que o principal pilar para o desenvolvimento e êxito do acompanhamento ao egresso é a atuação conjunta dos órgãos e entidades que compõem a rede, sobretudo no âmbito municipal.

Neste Eixo, é mencionado que os jovens e adolescentes progredidos de medidas para a Liberdade Assistida são encaminhados para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Identificamos, no Eixo 13, pistas referentes ao acompanhamento do adolescente após a desinternação por meio da atuação do município no que se refere à atenção integral à saúde dos adolescentes mediante a pactuação do Plano Operativo Municipal e o Plano de Ação Municipal, tendo como instrumento de ação pública a Política Nacional de Atenção à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, Regime de Internação, Internação Provisória e Semiliberdade por meio da PNASAIRI.

Outros elementos apontados pelo Plano Operativo Municipal, que a melhor forma para o acompanhamento ao egresso deve se dar a partir da integração e o compromisso das entidades que compõem a rede de serviços e programas que acompanham as medidas socioeducativas, explicitando que é fundamental integrar as rotinas dos programas para os municípios, principalmente ao CREAS e ao CRAS, quando não houver o primeiro e aos serviços do CAPS para o diálogo e a busca de soluções conjuntas.

A Proposta Político-Pedagógica do Estado (2015/2024) também aponta que os resultados do acompanhamento aos jovens e adolescentes em LA dependem da constituição de redes de apoio e inclusão de egressos em cada município e não somente das ações institucionais das Unidades Socioeducativas.

De outra parte, o próprio Plano Operativo do Município (2017) menciona que tais redes ou não existem ou ainda são incipientes. O plano dispõe que os processos de formação dessas redes devem ser desencadeados a partir da implementação de proposta, configurando um processo de duas vias, que se constrói e é construído a partir da prática.

Então, para conhecermos essa realidade a partir das observações de campo, identificamos um importante instrumento de mobilização de trabalho em rede, ao percebemos no Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal esse processo de duas vias, que constrói e é construído a partir da prática.

Diante dessas observações apresentamos, a seguir, o que é o GTIM, quem faz parte desse trabalho e como os atores têm se organizado dentro dessa rede.

5.1 Historicidade e demandas do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal

Em termos normativos, identificamos que o Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTIM) foi criado a partir de indicação por meio do Plano Operativo Municipal, no ano de 2017. O documento menciona 27 membros, sendo titulares e suplentes do grupo, representantes da área da saúde, da educação, da assistência social, do Juizado da Infância, da segurança, das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e em meio fechado e os

serviços de atenção psicossocial, visando ao cuidado com a saúde mental dos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A Portaria nº 2500/2017, importante instrumento de ação pública que orienta o GTIM no Plano Operativo Municipal, orientou a sua composição considerando as seguintes instituições: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDA/Luziânia); o Conselho Municipal de Saúde (CMS); o Conselho Tutelar do Município (CTL); o Ministério Público (MP), Juizado da Infância e Juventude de Luziânia; o Corpo de Bombeiros (CBMGO); Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); Delegacia de Apuração de Atos Infracionais (DEPAI); Secretaria Municipal de Educação (SME); Subsecretaria Estadual de Educação (SEE); Secretaria Municipal de Cultura e Juventude (SMCJ); Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho (SDST); Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); Hospital Regional do Jardim Ingá (HRJI); 5ª Delegacia Regional da Polícia Civil (DRPC); 10ª Batalhão da Polícia Militar de Luziânia (BPM); e o Ministério da Saúde e Coordenação Geral da Saúde de Adolescentes e Jovens (MS/CGSAJ).

Em contrapartida, percebemos que uma das demandas do grupo tem sido fortalecer o trabalho da rede. Porém, a própria Portaria nº 2.500/2017 sinaliza que as parcerias aqui mencionadas ainda não foram totalmente consolidadas. Além disso, em termos documentais o Plano Operativo Municipal aponta que muitas dessas ainda se encontram em processo de construção junto com a integração do GTIM, assim como as respectivas atribuições. Fatos esses também observados durante a participação em reuniões, seminários e eventos sobre a importância do fortalecimento e da articulação do trabalho em rede, conforme descreveremos mais à frente.

Durante o levantamento dessas informações, cabe ressaltar que duas entrevistadas servidoras públicas nos ajudaram a revelar que o GTIM só se tornou um instrumento de mobilização mais atuante de maneira *online*, com reuniões organizadas via Google Meet a partir do ano de 2020, no contexto da Covid/19, pois nesse período tiveram que encontrar formas de manter os encontros e as reuniões e pensar em ações e estratégias de atendimento ao público inserido nas medidas socioeducativas, principalmente do meio aberto.

As servidoras nos informaram também que muitos jovens e adolescentes pararam de frequentar as instituições CREAS e CAPS, além de ter sido um período em que aumentou o quantitativo no cumprimento da LA, reduzindo a população internada, de modo que a medida privativa durante esse período passou a estar restrita aos jovens e adolescentes que cometeram atos graves (como por exemplo homicídio, latrocínio ou estupro).

Esse fato também foi identificado ao acessar a Gerência do Sistema Socioeducativo e de Monitoramento Diário das Unidades Socioeducativas do Estado de Goiás (2021), órgão responsável por fiscalizar o cumprimento das medidas socioeducativas aplicada aos adolescentes em conflito com a lei, observarmos que antes da crise sanitária e humanitária da Covid-19 o quantitativo de adolescentes internados no sistema socioeducativo do estado de Goiás era de aproximadamente quatrocentos adolescentes distribuídos nas 08 unidades socioeducativas do estado e que, nesse período, mais da metade desses jovens que se encontravam na medida socioeducativa privativa e na semiliberdade, foram inseridos na Liberdade Assistida.

Ainda, de acordo com as servidoras, foi neste contexto que representantes membros do GTIM passaram a se organizar por meio do Grupo de *WhatsApp* e realizar com maior frequência reuniões *online*: uma vez ao mês, buscando desenvolver pelo menos 12 encontros ao ano. A partir daí foram percebendo um número maior de membros e representantes participarem dos encontros para pensar em ações e estratégias de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, principalmente dos jovens em cumprimento de Liberdade Assistida.

Em termos normativos e documentais, esse grupo de trabalho viabiliza ações públicas para o acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto e em meio fechado, e tem como base normativa para viabilizar o desenvolvimento de suas ações o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2015/2024), os princípios e diretrizes da Política Nacional para a Atenção Integral à Saúde por meio da PNAISARI. Conforme estabelecida na Portaria nº 2500/2017, Nota Técnica Conjunta entre o Ministério da Cidadania e o Ministério da Saúde nº 42/2021 e o Plano Operativo Municipal de Luziânia-Goiás, mais conhecido como – POM, o qual está estabelecido na Portaria GM-MS, nº 2, de 28 de setembro de 2017.

Além disso, o Plano Operativo Municipal redefine as diretrizes e ações integrais à saúde aos adolescentes em regime de internação por meio da PNAISARI, visando à garantia de uma atenção à saúde humanizada e de qualidade em todos os níveis de atenção e complexidade aos adolescentes tanto no meio fechado quanto no meio aberto (Brasil, 2017).

5.1.1 Quem faz parte do GTIM?

Para a descrição de informações mais precisas sobre quem faz parte do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal, fizemos uso da abordagem netnográfica via *WhatsApp*.

Identificamos quarenta participantes, que atuam no meio aberto e no meio fechado, visando a um trabalho de articulação de redes no acompanhamento de adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas, principalmente daqueles que passaram pela medida privativa de liberdade, planejando, assim, o fortalecimento e a articulação das redes CASE, CREAS e CAPS.

Entre os participantes identificamos profissionais da saúde, educação, segurança pública, serviço social, psicologia, entre outros que atuam em instituições governamentais e não governamentais do município e do estado. Esses profissionais buscam, por meio do grupo, trocar informações, compartilhar conhecimentos e fortalecer laços para prestarem atendimento, orientações e acompanhamento para jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e para as famílias desses jovens.

Ao captarmos essas informações, identificamos dez (10) servidores do CASE, os quais fazem parte do quadro de servidores efetivos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Estado de Goiás (SEDS-GO), atuantes nas seguintes áreas: educação, saúde, assistência social, psicologia e segurança.

Identificamos dois (02) enfermeiros, três (03) psicólogos, um destes atuando na coordenação técnica, os outros dois (02) constituindo a equipe de referência externa, três (03) assistentes sociais, responsáveis por acompanhar os adolescentes egressos no período de seis meses que podem ser prorrogados por um ano. Identificamos um (01) coordenador pedagógico, responsável por acompanhar, orientar e matricular os adolescentes na rede escolar em âmbito estadual e municipal, bem como fazer a busca ativa de documentos para ingresso na vida escolar juntamente com a família. E dois (02) agentes socioeducativos, no caso a autora desta pesquisa, enquanto convidada a participar do grupo no ano de 2020, e o atual coordenador pedagógico, que também faz parte do quadro de agentes do Sistema Socioeducativo.

No âmbito da saúde, identificamos duas enfermeiras cedidas pela SMS – Secretaria Municipal de Luziânia e que prestam serviço no CASE. Essas servidoras são responsáveis pelo acolhimento dos adolescentes referente às suas demandas em saúde e pelos encaminhamentos para a rede externa da Unidade Básica de Saúde (UBS) e ao CAPS, entre outras redes de apoio referentes à saúde dos adolescentes. As atividades e os atendimentos desenvolvidos pelas enfermeiras se dão em parceria com as Políticas de Ação do Plano Operacional Municipal e com as ações da PNASAIRI.

No âmbito da educação, identificamos no grupo uma profissional da Rede Estadual de Educação que atua dentro do CASE e no âmbito externo há mais de 14 anos, a qual vem atuando com adolescentes do município no cumprimento da Medida Privativa de Liberdade e na

Liberdade Assistida que vão para o Colégio Padre José Bazzon por se tratar de uma das poucas escolas do município que oferta a educação para jovens e adultos na modalidade EJA.

Identificamos três servidoras que atuam de forma articulada e que buscam, por meio do GTIM, desenvolver ações e estratégias no meio aberto e no meio fechado por meio da PNASAIRI, as três são formadas em psicologia e atuam no CREAS do município, duas delas exercem suas atividades no acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas de Liberdade Assistida. Cabe ressaltar que o ingresso delas na função pública se deu por meio de cargo comissionado e processo seletivo simplificado. Elas desenvolvem oficinas pedagógicas, atendimento em grupo e individual no CREAS.

Identificamos também uma matriciadora, profissional responsável por desenvolver um trabalho de forma articulada com as redes CASE, CREAS, CAPS e UBS. Em um momento de diálogo e interação com componentes do GTIM, essa profissional nos revela que um dos principais instrumentos utilizados para esse trabalho são as linhas de ações propostas pelo Plano de Ação Municipal e a Política da PNASAIRI.

Com relação aos profissionais do CAPS D3, identificamos no grupo seis (06) profissionais, sendo dois (02) assistentes sociais, um (01) enfermeiro e um (01) médico que também atua na UBS e dois (02) psicólogos. Os profissionais do CAPS D3 também ingressaram na função por meio de processo seletivo simplificado e de cargo comissionado, sendo que um deles atua há pouco menos de três meses, conforme narrado em um momento de diálogo na entrevista realizada no dia 20/07/23.

Também identificamos um servidor do Juizado da Vara da Infância e Juventude do município, três representantes do CREAS de Águas Lindas de Goiás e dois da Cidade Ocidental, os quais atuam como orientadores no acompanhamento de adolescentes que cumpriram medidas privativas no município. Um representante do CRAS do Jardim Ingá, região integrada ao município de Luziânia, três profissionais da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e um do Conselho Tutelar Municipal.

Quadro 5 - Participantes do GTIM de Luziânia/GO

Instituição de origem	Quantidade de participantes	Profissão
CASE	10	Enfermeiro, psicólogos, pedagogos, assistente social, agente socioeducativo
CREAS	03	psicólogo, orientador da LA
CAPS D3	06	Enfermeiro, psicólogos, assistente social, médico
CRAS	01	Orientador da LA
SMS	03	Enfermeiro, matriciador da rede,
UBS	02	Enfermeiro, psicóloga
CTM	01	Conselheiro
SEEGO	01	Professor
TJGO	01	Juiz

Fonte: Elaboração própria com base nos dados levantados no GTIM.

5.2 O GTIM e a LA a partir dos seus atores

Após a identificação dos 27 membros que fazem parte do GTIM, para a realização da entrevista priorizamos profissionais que fazem parte desse grupo de trabalho, devido à representação e ao papel que cada um exerce no contexto das medidas socioeducativas, que demandam um trabalho de articulação intersetorial entre diferentes políticas públicas e sociais no âmbito da Assistência Social, Educação, Segurança Pública, Saúde, dentre outras voltadas para adolescentes que praticaram atos infracionais.

Para a realização da entrevista, selecionamos onze participantes, sendo 03 jovens egressos do sistema no cumprimento da Liberdade Assistida, todos maiores de 18 anos e 08 servidores que atuam nas redes, conforme já exposto na metodologia deste estudo.

Visando compreender em quais casos é recomendada a medida de Liberdade Assistida e como o município tem viabilizado essa medida, destacamos as seguintes informações: em entrevista com servidora efetiva do TJGO, ela nos diz que:

As medidas de LA no Município têm sido viabilizadas em casos sem violência ou grave ameaça à pessoa. Quando é o primeiro ato infracional cometido, quando a estrutura familiar se apresenta nesse primeiro momento, optamos que o adolescente possa efetivamente cumprir a medida em meio aberto de forma que possa assimilar

tudo que for proposto para ele. Aqui no município as medidas em meio fechado são aplicadas nos casos infracionais análogos aos crimes graves, por exemplo, homicídio, latrocínio, estupro e em casos reiterados de atos infracionais. A regra é que se aplique a internação somente em atos graves e quando a medida de meio aberto, não for suficiente. Quando for suficiente, é recomendável a medida de meio aberto.

Na entrevista, a servidora menciona que vê na medida de LA uma oportunidade de inclusão na família e na comunidade. Além disso, para ela, se o adolescente, no período que ficou cumprindo a medida de internação, demonstra, por meio das visitas, dos estudos de caso, dos relatórios e laudos avaliativos que esse tempo serviu para refletir, que apresenta amadurecimento do bom comportamento do jovem, por que não cumprir a MSE do lado de fora?

Diante da fala da servidora, perguntamos se a medida de LA é aplicada no contexto das chamadas progressões de medidas e em quais situações o jovem institucionalizado é acessaria a Liberdade Assistida. A entrevistada, pois, considera a LA menos gravosa, e salienta que ela é orientada

[...] quando o adolescente já cumpriu 6 meses de internação; quando avançou no PIA; quando percebe uma evolução no estudo de caso sem pegar medidas disciplinares; quando tem um núcleo familiar que possa oferecer esse apoio aqui fora, tudo isso são fortes elementos para progredir a medida, desde que não seja um homicídio.

Além disso, menciona que todo caso precisa ser bem avaliado com toda a equipe e que o olhar dos profissionais da rede CASE é muito importante na orientação dos jovens e adolescentes que passaram pela internação. E revela, ainda, que é aí que entra o trabalho de rede. E que para avançarmos nesse sentido, precisamos de resposta de outros órgãos e de diversos atores envolvidos, família, sociedade, Estado, tudo precisa estar bem articulado.

Ainda, relata que o município tem priorizado a LA devido à falta de instituições públicas para a transição da medida de internação para a semiliberdade, dizendo que:

[...] O TJGO tem priorizado a medida de LA, pois há uma falha tanto do município quanto do estado em não ter unidades para Semiliberdade, pois o correto era essa transição e diante da realidade não só nossa mas de quase todo o estado, só Anápolis e Goiânia que tem semiliberdade nesses casos a responsabilidade pelo desenvolvimento de atividades como reuniões com adolescentes, familiares quando necessário continua sendo do CASE, por meio do acompanhamento ao egresso no período de seis meses a um ano, e pelo CREAS, medidas de portas abertas. Então aplicar a PSC para um adolescente que cumpriu medida de internação no nosso entendimento jurídico seria punir o adolescente duas vezes. Então por isso há esse per-salto.

Tal questão também foi identificada na fala de outros entrevistados ao destacar que no caso do município, devido à ausência de instituições para a transição da medida de Internação

para a Semiliberdade, o jovem é progredido para a Liberdade Assistida e em seguida é acionado o CREAS medidas, para que não haja uma ruptura do trabalho já iniciado dentro da unidade socioeducativa. De modo que o jovem continuará sobre o olhar do Estado, porém cumprindo medida de “portas abertas” cuja responsabilidade passa a ser dividida com o município.

Dentre os entrevistados, destacamos a fala da servidora do CREAS que nos ajuda a compreender essa questão por meio de uma breve narrativa da história das medidas no meio aberto no município. A servidora entrevistada é membro do GTIM desde a sua criação no ano de 2017, atua há mais de 18 anos no âmbito das medidas socioeducativas, trabalhou de 2006 a 2010 no CASE, nas funções de coordenação de atividades pedagógicas, equipe técnica e na área da Assistência Social com adolescentes privados de liberdade. E de 2011 até o presente momento tem prestado serviço ao município na rede CREAS com jovens e adolescentes no cumprimento da PSC e LA, possuindo uma vasta experiência nesse campo.

Durante a entrevista, a servidora destaca que o marco das medidas em meio aberto no município se deu com a criação do CREAS medidas, no ano de 2011, e desde este período até os dias atuais, percebe que a ausência de instituições para a correta transição da medida de internação para a semiliberdade interfere em resultados mais positivos havendo, em alguns casos, a descontinuidade do chamado trabalho de redes, visto que nem todo adolescente tem um suporte do lado de fora.

Somando a essas questões, a servidora também enumera algumas das dificuldades que ainda precisam ser superadas, como, por exemplo, a falta de computadores e a ausência de um sistema de informatização, já que tudo isso gera uma lacuna de informações e de registros estatísticos mais fidedignos, referentes ao acompanhamento das medidas em meio aberto, destacando que:

[...] até os dias atuais os dados são muito precários, percebo que algumas mudanças mais significativas nesse sentido têm se apresentado a partir de 2017 com a criação do Plano Operativo Municipal por meio de ações e estratégias para o acompanhamento das medidas em meio aberto e com o GTIM o qual vem buscando se articular e fortalecer por meio de um trabalho em rede.

No diálogo seguinte, perguntamos aos entrevistados se consideram a LA uma medida relevante na promoção do desenvolvimento e inclusão dos socioeducandos. Como respostas, percebemos que a maioria reconhece que sim. De acordo com a fala da servidora do Juizado da Vara da Infância e Juventude, a medida de LA tem esse objetivo,

o de incluir os jovens e adolescentes em espaços da comunidade e que, por sua vez, essa não visa somente à não reincidência, mas à conquista da cidadania, contemplando a crença no futuro, a autonomia, a emancipação dos jovens. De modo que a

responsabilidade para com o adolescente egresso do regime de internação passa a ser dividida com as famílias e com os órgãos e serviços governamentais e entidades não governamentais.

Além dessa fala, outros apontamentos expostos pelos profissionais do CAPS e do CREAS nos chamam bastante atenção, quando dizem que se faz importante repensar a LA como uma medida relevante na promoção do desenvolvimento e da inclusão dos socioeducandos no município, pois eles têm percebido alguns problemas quando adolescentes com medida de Internação passam a cumprir medidas de Liberdade Assistida.

O município não tem servidores em número suficiente para o acompanhamento e a orientação dos adolescentes no meio aberto, além das falhas referentes à inexistência de instituição de Semiliberdade para a correta transição dos jovens que necessitam desse acompanhamento, revelando que é imprescindível que os profissionais tenham clareza que a medida de LA não é protetiva.

A servidora do CREAS menciona que os jovens egressos do sistema necessitam de apoio, cabendo às equipes multiprofissionais acionarem a rede de proteção social comunitária, como Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e CAPS e não sugerir uma medida socioeducativa em meio aberto como forma de acompanhar o egresso. Há necessidade do fortalecimento e da articulação do trabalho em rede, de modo que as ações estejam muito bem articuladas, família, estado, sociedade, e deve ser considerado o trabalho entre atores de um sistema político que combine aspectos educacionais, culturais, sociológicos, pedagógicos, psicológicos, entre outros em que as ações públicas sejam desenvolvidas por diversos atores sociais.

Então, buscando compreender as categorias deste estudo referente à atuação das redes de políticas públicas no município, perguntamos aos entrevistados: há processos transversais ou intersetoriais em curso na promoção da LA? E como veem essa articulação sobre esses processos intersetoriais em curso? A servidora do juizado da Vara da Infância e Juventude menciona o próprio GTIM ao destacar que:

[...] temos toda a intenção, inclusive é um dos nossos desejos desenvolver e fortalecer essa rede. A liberdade assistida, do meu ponto de vista, ela é quase que uma medida protetiva, além de medida socioeducativa, ela também tem esse caráter protetivo de reinserção social e de acompanhamento do núcleo familiar e em especial do adolescente ou do jovem adulto. Porém ela precisa de um trabalho em rede efetivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, advogados, Defensoria Pública, fazem parte desse sistema de Justiça, são integrantes importantes da rede de proteção infantil juvenil, o Poder Judiciário, os magistrados, principalmente com atuação na infância, não podem se furtar dessa responsabilidade de atuar de uma forma bem presente junto com as entidades de cumprimento de medidas socioeducativas. Aqui em Luziânia em especial a gente tem um CREAS, Centro de Referência Especializado para cumprimento das medidas socioeducativas, específico para cumprimento das medidas em meio aberto.

Em outras palavras, a servidora do CREAS revela que

[...] esses processos transversais e intersetoriais só ocorrem se houver a integração de múltiplos atores que realmente busquem potencializar o desenvolvimento de um programa ou de uma política e desde que sejam internalizadas questões que fortaleçam as redes e não as próprias demandas intersetoriais, onde cada um faz o seu e esquece da intersetorialidade.

A entrevistada menciona que para essa intersetorialidade acontecer de maneira mais efetiva é necessária mais informatização, trocas de saberes e uma maior articulação para melhor atender os adolescentes, principalmente os progredidos de medidas.

Mesmo diante de algumas controvérsias, percebe-se o esforço dos atores sociais e a intenção destes em desenvolver e fortalecer um trabalho em rede, principalmente pelos membros e integrantes do GTIM, ao mencionar que a atuação poderia ocorrer de maneira mais efetiva e engajada. Eles apontam algumas fragilidades nessa articulação em relação às redes CASE, CREAS e CAPS ao dizer que:

[...] a articulação entre as redes ainda é muito frágil! Precisamos articular muito mais, para que quando o adolescente ou o jovem adulto que cumpre a medida socioeducativa de internação, ao receber a progressão da medida, ele possa ser acompanhado, para que não haja uma ruptura desse acompanhamento. Na realidade, é uma progressão e não assim um abandono do trabalho que foi feito anteriormente. Tem que ser dada uma continuidade do que foi feito na unidade de internação, passando-se, se for o caso, para a semiliberdade e não para a liberdade assistida. Do meu ponto de vista, não pode haver essa ruptura e nós, no município de Luziânia e nas regiões que integram a sétima região, que seria o entorno sul, nós temos que articular melhor essa passagem da internação, da medida restritiva, meio fechado, para o meio aberto, para reduzir as reiterações infracionais, se não o adolescente ou jovem adulto volta sem o acompanhamento da rede (Servidora do CREAS).

Observa-se nessa fala o desafio da articulação espacial para a promoção do serviço, bem como aquilo que nos aponta Pereira (2014) ao salientar que a intersetorialidade é instrumento de otimização de saberes em prol de um objetivo comum e prática social compartilhada que requer pesquisa, planejamento e realização de ações conjuntas.

Concordamos com o posicionamento que fica evidente na entrevista com a servidora do CASE quando ela diz que, para que ocorra a articulação das redes intersetoriais, é necessário que se conheça a importância do trabalho socioeducativo na perspectiva do desenvolvimento social dos adolescentes, entendendo que:

[...] para acontecer um trabalho articulado no âmbito das medidas socioeducativas, é preciso uma participação maior! E de apoio do Estado com os municípios, pois compreendo que o atendimento ao adolescente autor de ato infracional no meio aberto ou no meio fechado só será eficaz quando se puder dispor de uma rede bem articulada, capaz de promover uma gestão participativa, que realmente assegure o compartilhamento de responsabilidades, mediante compromissos para o alcance de

resultados eficaz na saúde, educação, esporte, lazer, entre outras oportunidades. (Servidora do CASE).

Observa-se, na fala dos entrevistados, que eles não negam que há esses processos intersetoriais, porém ressaltam que, para que ocorra a articulação de um trabalho em rede, os múltiplos atores precisam potencializar o desenvolvimento de programas e políticas públicas na área, revelando que o município precisa avançar mais nesse sentido.

A servidora do CREAS nos relata que uma das grandes fragilidades desse trabalho também está relacionada à desinformação e ao preconceito da sociedade em acolher os jovens e adolescentes que passaram pelas medidas de internação. Somando-se a isto também estão os desafios existentes nas redes em encontrar um jeito de atuar de forma mais engajada e menos isolada, juntamente com os profissionais responsáveis em acompanhar e orientar o adolescente na LA.

A servidora revela, ainda, que nem sempre isso acontece, e é aí que percebe a fragilidade dessa intersectorialidade, nessa troca de informações e saberes de forma mais articulada e informatizada, pois o acesso ao sistema colaboraria mais no acompanhamento desses adolescentes.

Tais indagações também foram mencionadas em entrevista com o servidor da UAI - Unidade de Acolhimento Institucional⁵ - do município, ao dizer que a rede ainda é muito frágil, e que as redes, para serem fortalecidas, primeiro precisam ser reconhecidas, revelando que:

[...] muitos desconhecem o trabalho um do outro e conhecer a rede é importante, se for perguntar para a comunidade e para as pessoas no município elas vão desconhecer o que é a UAI, eu desconhecia essa unidade antes de vir para cá! E a UAI é um importante instrumento de trabalho em parceria, com essas redes, só que a própria rede desconhece! (Servidor da UAI)

O profissional entrevistado relata que no início de 2020 tinham passado pela unidade apenas 8 adolescentes, e no período da pandemia viu esse quantitativo aumentar, chegando a ter uma rotatividade de aproximadamente uns 169 adolescentes acompanhados pelo CREAS em medidas abertas na LA e PSC. Além disso, revela que a UAI tem uma rotatividade grande e o acompanhamento desses adolescentes não deixa de ser desafiador, pois mesmo que seja

⁵ A Instituição vem desenvolvendo dentro do município o acompanhamento de adolescentes que se encontram em tratamento de drogadição, ou que perderam o vínculo com suas famílias diante de várias situações que envolvem desde a violência doméstica, abandono, medidas protetivas, LA entre outras situações. A Instituição funciona em forma de casa-lar. O principal objetivo dessa unidade é incentivar a independência desses jovens, auxiliando-os a conquistarem sua autonomia econômica e social; além disso, a unidade busca disponibilizar cuidados e atenção para esses jovens.

para acolher adolescentes nas medidas de “portas abertas”, exige um processo continuado e temperado com muita paciência e persistência.

Diante disso, algumas preocupações foram apresentadas pelo servidor ao dizer que: há muitos adolescentes precisando desse acompanhamento, muitas famílias precisando saber que existe essa unidade de acolhimento no município, com oferta de trabalho preventivo para jovens e adolescentes que correm o risco de enveredar no mundo das drogas, ou em outras situações, consideradas como “caminhos sem volta”, que os conduzem para medidas privativas e até mesmo à morte.

O servidor também salienta que seria indispensável o desenvolvimento de ações e estratégias de trabalho mais articuladas de modo que toda a rede pudesse participar, profissionais do Conselho Tutelar, do CASE, do CREAS, do CAPS e demais interessados. E defende, ainda, que tais ações seriam indispensáveis para o acesso às informações mais completas dos adolescentes, visto que a Unidade de Acolhimento Institucional acolhe adolescentes em medida protetiva, adolescentes inseridos na LA, vítimas de abuso, entre outras questões. E por fim, desabafa, dizendo que, por vezes, se sentem esquecidos para discutir questões relativas aos serviços referentes ao acompanhamento de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Diante do exposto, perguntamos ao entrevistado o que ele apresentaria como sugestão e o que seria necessário para poder complementar essa rede de trabalho. Como resposta ele disse que “reforçaria a importância de uma instituição conhecer o trabalho da outra, por meio de visitas, conhecer as dinâmicas e estratégias de trabalho daquilo que é desenvolvido, buscando aprender e contribuir!”

O entrevistado acredita que, dessa forma, aconteceria o que ele entende por intersectorialidade e transversalidade nessa troca de saberes, por meio de um “Movimento Torre”, de tal forma que todos crescem e se desenvolvem juntos, complementando o trabalho um do outro nessa troca de experiências e saberes, salientando que o público com o qual atuamos, dependendo de cada caso, às vezes faz o mesmo percurso.

As narrativas aqui expostas, dos servidores entrevistados, nos permitiram conhecer um pouco mais sobre a historicidade das medidas socioeducativas no município, bem como interpretar e desvendar algumas das singularidades da temática em estudo.

Sendo assim e buscando saber um pouco mais sobre o assunto, apresentamos a seguir as entrevistas realizadas com três jovens egressos da medida privativa que passaram pela Liberdade Assistida. Essas entrevistas nos auxiliam na interpretação e na reflexão sobre suas perspectivas enquanto egressos do SINASE, e para entender se, ao serem desinternados,

tiveram apoio e suporte por meio do acompanhamento da rede para possíveis mudanças em suas trajetórias. E se essas têm sido, ou foram, experiências que lhes fortaleceram para uma inserção positiva e saudável no contexto familiar e social, sem reincidir no cometimento de novos atos infracionais.

5.2.1 *Efeitos práticos: perspectivas de jovens egressos do SINASE*

Durante nossas práticas cotidianas e na tentativa de apresentarmos as vozes dos jovens sobre aquilo que é vivido e sentido por eles no contexto das medidas socioeducativas, cito aqui o livro escrito por Amaral (2021), o qual cumpriu medida socioeducativa por um período de quase dois anos entre idas e vindas no CASE Luziânia - GO entre os anos de 2017 e 2021.

O jovem escreveu o livro intitulado “O Príncipe das Grades”, trazendo um relato de experiência na socioeducação. São relatos fortes e, mais do que isso, alertas. Mesmo que o leitor não faça parte do contexto do protagonista, ele em algum aspecto nos leva a refletir acerca da mais básica conduta, da missão do olhar, do acolher, do cuidar do vulnerável, sobretudo emocionalmente, pois quando falamos em cuidado, estamos nos referindo ao cuidar do ente familiar e de si próprio. O autor deixa isso explícito ao narrar sua trajetória da infância até o ingresso na unidade socioeducativa para o cumprimento de medida privativa de liberdade.

Podemos dizer que o livro é a representação viva e um chamamento às autoridades públicas para a necessidade de olhar para as sombras do próprio sistema governamental, sem desconsiderar as luzes dispostas no livro representadas pelos diversos atores envolvidos no contexto socioeducativo que tentaram fazer a diferença na vida desse jovem durante e após a sua internação, por meio do acompanhamento da Liberdade Assistida.

Então, buscando entender os efeitos práticos da medida socioeducativa, por meio da perspectiva de jovens egressos do SINASE, seriam inesgotáveis as narrativas ouvidas, vivenciadas e sentidas por aqueles que passaram pela medida de internação, bem como das observações de campo e durante o diálogo com os entrevistados, uma vez que os adolescentes se comportam de diferentes maneiras na escola, no espaço ala, nos atendimentos com a equipe técnica, nas saídas externas, no meio aberto e no meio fechado.

Considerando tais questões, descrevemos, a seguir, trechos das entrevistas com três adolescentes egressos do sistema socioeducativo, todos maiores de 18 anos que autorizaram suas participações na pesquisa⁶.

Diante do exposto e buscando resguardar a identidade dos jovens, os identificaremos da seguinte forma: ao primeiro entrevistado chamaremos de AG, ao segundo de JN e ao terceiro de WL.

Cabe ressaltar que o contato com os jovens se deu por intermédio de profissionais que fazem parte do GTIM ao dialogarmos sobre o acompanhamento de jovens egressos do sistema socioeducativo e que passaram pela LA.

Ao entrevistar JN, ele nos salienta que havia completado 21 anos de idade no mês de junho e relembra que cumpriu sua primeira medida de internação aos 16 anos, depois por meio de uma “Quebra de LA” faltando dois meses para completar 18 anos cumpriu mais uma vez a medida de internação, e depois foi progredido para a medida de Liberdade Assistida. Ele narra a seguinte situação:

fiquei encarcerado num latrocínio um ano e nove meses, tive que assumir para um bróder, porque senão ele puxaria quase uns trinta anos, então fiquei na tranca um tempinho, tive que ser sujeito homem, porque se eu entregasse era perigoso eu morrer também.

Ao perguntar para JN em que a medida contribuiu em seu desenvolvimento social, o jovem disse que serviu para ele refletir, salientando que:

Bom! Eu vi que o crime não compensa, eu era muito faltoso na escola, mas lá dentro eu frequentava, pois era uma oportunidade de sair do alojamento, então quando não tinha aula eu até ficava triste, participei de um curso de informática e nos finais de semana os agentes nos levavam para a quadra para jogar futebol. Eu lembro que tinha um agente que me incentivava a fazer um curso de eletricista, que era uma boa, então quando eu saí do CASE, fui progredido pra LA. Eu tinha medo de quebrar a LA e voltar pra lá, sabe como é, os caras chamam pro corre, então pra ocupar meu tempo pedi minha mãe o curso de elétrica e fui profissionalizar e estudar, então minha mãe juntou um dinheirinho e pagou o curso pra mim.

Ao perguntar como foi o acompanhamento dele pela rede e se ele participou de algum projeto, ele disse:

Não! Eu só ia uma vez no mês no CREAS para assinar a LA, mas minha mãe comparecia nos ciclos de reuniões e levava a minha frequência tanto da escola quanto do curso, porque se eu descumprisse a LA eu correria o risco de voltar pra medida de internação. Então, em 2020 eu conheci uma mina e me casei! Hoje eu tenho dois

⁶ Buscando resguardar o anonimato dos jovens que passaram pela medida de internação e depois foram inseridos na Liberdade Assistida, todos maiores de 18 anos que aceitaram o convite de participar das entrevistas, e, conforme o termo do TCLE, o nome dos participantes não será divulgado, apenas utilizaremos códigos de identificação.

filhos, consegui um emprego na Equatorial, Empresa Fornecedora de Energia Elétrica, hoje sou CLT e estou como eletricista. Eu tenho uma renda de 2.800 reais mais vale alimentação no valor de 521 reais.

Ao perguntar se a medida de LA cumpriu com o seu papel relacionado ao acompanhamento, o jovem disse:

Bom, eu segui as orientações e nunca deixei de assinar, mas eu acho que ambas as medidas serviram para eu entender que o crime não compensa. No começo foi bem difícil, eu sentia medo e vergonha ao mesmo tempo, era uma sensação estranha, até alguns parentes me olhavam diferente, sofri um pouco de rejeição. Mas agora que virei sujeito homem, que já trabalho e tenho uma família, eu estou de boa do corre.

Ao perguntar sobre o que seria necessário para complementar o trabalho da rede, o jovem argumenta:

Acho que seria legal se tivesse mais oportunidade de emprego com remunerações mais dignas, cursos profissionalizantes que realmente atendam nossas expectativas. Mas também acho que a mudança precisa vir de nós mesmos. Vi muitos colegas daquela época morrerem ou então serem presos! Então, por isso que eu digo: o crime não compensa.

Nesse caso, vimos que a participação familiar fez diferença na vida desse jovem egresso do sistema. Porém, na maioria dos casos não é isso que tem acontecido, conforme narra o terceiro adolescente entrevistado, o qual identificaremos com a inicial WL.

O jovem está com 19 anos e nos revela que cumpriu quatro tipos de medidas socioeducativas. Sua primeira entrada no CASE foi para cumprir medida protetiva, pois tentou colocar fogo em um colega de quarto quando morava em um orfanato; a segunda internação foi por furto; na terceira, para cumprimento de internação sanção, devido a descumprimento de LA. E na quarta internação foi transferido para a unidade socioeducativa da cidade de Formosa, pois estava sendo investigado como principal suspeito na prática de homicídio contra um homossexual. Mas como não encontraram nenhuma prova, está sendo acompanhado pela LA.

Em diálogo com o jovem, ele revela que teve uma infância difícil e que não teve muito contato com os seus pais, visto que o pai ficou muitos anos preso no Complexo Penitenciário da Papuda no Distrito Federal, respondendo por vários homicídios. Já em relação à figura materna, salienta que não conheceu sua mãe. Quando foi cumprir medida privativa no CASE, aos 14 anos, o jovem relata que a unidade entrou em contato com uma tia paterna e ele até chegou a morar com ela por um tempo, após sua primeira entrada no socioeducativo, mas por não ter uma boa relação com o primo, preferiu retornar para as ruas.

Durante o diálogo com WL, perguntei se durante o tempo em que ficou internado a medida contribuiu para o seu desenvolvimento. O jovem descreve que sim: *“Eu aprendi a ler,*

na unidade eu tinha um cantinho só para mim, eu aprendi a fazer artesanato. Aí depois eu fui progredido de medida de novo”.

Ao perguntar se ele foi acompanhado pela rede, o jovem narra o seguinte:

conheço o pessoal das medidas desde pequeno, morei no orfanato, já fiquei na UAI, o pessoal do Conselho Tutelar quando me via nas ruas me levavam para o CAPS e eu ia para as oficinas do CREAS. Mas um dia eu não me lembro direito, eu estava doidão e tentei furar uma tia com uma faca, isso foi mal, quebrei a LA e voltei para o CASE novamente, mas fiquei por pouco tempo.

O termo “Quebras de LA”, é bastante utilizado pelos adolescentes e até mesmo pelos servidores que atuam no contexto das medidas socioeducativas para dizer que o adolescente que descumpriu as orientações quando estava sobre o benefício da LA, retornou para a unidade de internação.

Durante a pesquisa, observamos que os adolescentes ao serem “progredidos” para a LA são orientados a seguir alguns passos e que, caso venham a descumprir de modo reiterado ou injustificado os termos da medida socioeducativa aplicada durante a desinternação estes correm o risco de retornarem para o sistema socioeducativo para o cumprimento de internação sanção,⁷ o que, na linguagem dos adolescentes, seriam as chamadas “Quebras de LA”.

Ao perguntar com qual frequência ele frequentava o CREAS, o jovem relata:

Agora quase não vou mais, após o ocorrido, acho que ficaram com medo de mim, mas no CAPS D3 eu venho, o pessoal quando me vê nas ruas me chamam então eu tomo banho, me dão remédio, comida! Minha tia disse que vai me internar em uma clínica de tratamento! Acho que eu vou ficar de boa.

Por fim, perguntei ao entrevistado se ele estava participando de algum projeto e sobre o que ele achava que seria necessário para complementar o trabalho dessas redes que ele frequentou e tem frequentado. Tive uma resposta bastante reflexiva:

Para falar a verdade acho que a principal rede que eu gostaria era de ter uma família, dessas organizadas, pai, mãe, irmãos de verdade, porque do jeito que eu vivo, pra sociedade tanto faz eu morrer ou viver! A senhora acha mesmo que a sociedade nos enxerga? Deixa passar perto, para ver! Já pensam que eu vou roubar, já se afastam, a gente sente! Muitos nos veem como monstro, para mim não há o que complementar. Eu só queria ter uma família de verdade, perto de eu ser desinternado tinham dois agentes do CASE que eu gostava muito deles, um deles não tinha filho, ele cuidava de todos nós, levava celofane, pra gente fazer dobraduras e artesanatos, levava doações de sabonete, creme, para os que não tinham visita. Então, eu pedi para eles me adotarem! Um deles me disse: “e se eu voltar pra casa e você tiver furtado meu apartamento?” Então a senhora vê! Parece que uma vez ladrão, para sempre ladrão!

⁷ Internação-sanção é a medida restritiva de liberdade prevista no art. 122, III, ECA, aplicada ao adolescente que descumpra medida mais branda, de forma reiterada e injustificada. Ela possui características específicas que a diferem da internação definitiva, prevista nos demais incisos do mesmo artigo.

São poucas as oportunidades que nós temos. Mesmo quando a gente pensa em mudar é muito difícil, principalmente quando não temos uma família.

Sem a pretensão de comparar as descrições dos adolescentes, percebe-se que a situação de WL é ainda mais complexa que a dos outros dois jovens entrevistados. Ele procurou as ruas como espaço de acolhida, e infelizmente é um registro vivo de que as políticas públicas não conseguem alcançar a todos.

A história desse jovem tem um rastro de diversos traumas da infância. Ao morar em um orfanato, o jovem também nos relatou que foi abusado sexualmente ainda quando criança. Ele inclusive tentou colocar fogo no colega de quarto movido pela raiva de não ter sido a primeira vez que, enquanto dormia, acordava assustado com essas situações.

Conforme podemos observar, as memórias desses jovens na maioria das vezes são marcadas pela violência, entre outras situações de vulnerabilidade. O que de certa forma acaba influenciando o seu desenvolvimento psíquico, social e educacional.

Diante das narrativas dos jovens egressos do SINASE podemos observar que tanto nos relatos referentes a medida de cumprimento da medida privativa quanto na medida de Liberdade Assistida cada um traz uma visão sobre o período de cumprimento dessas medidas, ora de proteção, abrigo e acolhimento diante das situações de vulnerabilidades vivenciadas.

No discurso de WL ele viu na medida de internação um espaço de acolhimento e proteção, no caso de AG, ao escrever sua vivência no socioeducativo se intitulando como o “Príncipe das Grades”, também se sentiu acolhido nesse espaço. Enquanto JN já traz um olhar de reflexão e efeito da medida, por meio do amadurecimento pessoal ao perceber que a vida do crime não compensa, descrevendo que conseguiu com o apoio da família seguir as orientações propostas após sua segunda internação e progressão para a LA. Diante dessas narrativas é perceptível que o acompanhamento da família faz diferença nos resultados do trabalho da rede.

Pois conforme narrado por um dos nossos entrevistados, as ações precisam estar muito bem articuladas, família, sociedade e estado, onde deve ser considerado o trabalho entre os atores de um sistema político, que combine aspectos educacionais, culturais, sociológicos, pedagógicos, psicológicos entre outros em que as ações públicas sejam desenvolvidas por diversos atores sociais.

Após o diálogo com os participantes da pesquisa, buscamos compreender: como se dão as medidas de Liberdade Assistida por meio das redes mapeadas no município de Luziânia/GO? E como essas têm se organizado a partir dos instrumentos de ação pública identificados?

5.3 Como se dão as medidas de Liberdade Assistida por meio das redes mapeadas no município de Luziânia/GO?

Com a intenção de compreender como as medidas de Liberdade Assistida no município são viabilizadas e como esses movimentos vão se integrando no curso da ação pública, partimos das contribuições teóricas refletidas por Lascoumes e Le Galès (2012) e Muller (2002), porque as contribuições desses autores nortearam-nos à compreensão de processos dos instrumentos de ação pública para o acompanhamento de adolescentes inseridos na Liberdade Assistida no município.

Além desses, também consideramos sugestivas as ideias de Cunill Grau (2014), Pires (2014), Cruz e Daroit (2019) que, por meio de seus estudos, nos ajudaram a assimilar esses movimentos, que por vezes vão gerando a ideia de coexistência e variações, conexões, articulações de tempo e durações e até mesmo de incertezas.

Fomos percebendo, aos poucos, que nas redes as ações são cercadas de incertezas quanto à sua origem, pois muitas redes não pertencem a um local específico. As redes de atores são múltiplas e deslocadas, já que se mobilizam subitamente dentro de um emaranhado de conexões, e isso ficou visível quando identificamos os atores que fazem parte do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal.

Então, pensando nessas conexões, Pires (2014) nos fala da importância de olharmos para os arranjos e instrumentos da ação pública, uma vez que esses arranjos oferecem possibilidades de se construir e explicitar o modelo de governança pretendido na execução de ações intersetoriais, constituindo “espaços” de reconhecimento dos atores enquanto coletividade, permitindo a construção de visão integral da política pública para além das percepções setorializadas.

A ideia de ação pública enfatiza a governança como algo que requer a mobilização dos diversos atores, de modo que os estímulos e a sustentação das interações cotidianas, organizadas entre eles na produção contínua de um programa, projeto ou ação governamental, ora ou outra, apresenta desafios a serem superados referentes aos obstáculos à intersectorialidade na implementação e na gestão de políticas públicas.

Por sua vez, no âmbito local, o GTIM tem se destacado como esse ator-rede que, ao mesmo tempo que é um dispositivo de ação pública, criado pelo Plano Operativo Municipal no ano de 2017, atualmente tem se revelado como ator central, que vem se constituindo nesse processo participativo como instrumento de mobilização entre os atores, se tornando o principal ator-rede.

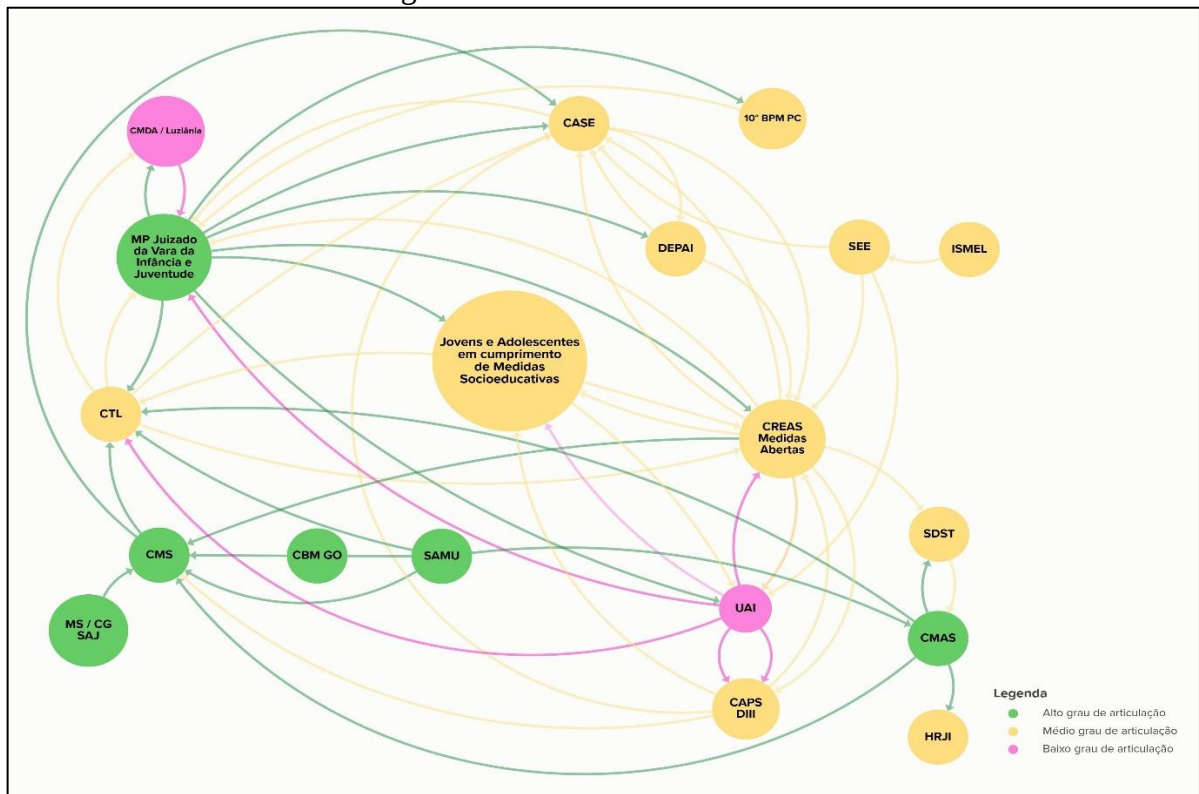
Dizemos isso por identificarmos, durante as investigações, que o GTIM é composto pelo CASE, cujo trabalho é ofertado para adolescentes em regime de internação, sentenciados, provisórios e internação sanção; com o CRAS, mediante oferta ao atendimento às famílias; com o CREAS, com medidas socioeducativas para o meio aberto por meio da LA e PSC; com a UBS e o CAPS D3, em parceria com as medidas em meio aberto e fechado; com o Poder Judiciário, por meio de visitas agendadas no CASE, com a presença do Juizado Especializado na área da Infância e Juventude; com a Defensoria Pública do Estado, a qual atua nas áreas Cível, Criminal, Execução Penal, Direitos Humanos, Direitos da Mulher, Infância e Juventude. De modo que a Defensoria dispõe de atendimento jurídico relacionado ao Direito de Defesa do Adolescente nos procedimentos para apurações de atos infracionais e execução de medidas socioeducativas.

Ao mapearmos essa rede, percebemos, também, que o GTIM busca agregar o coletivo Latour (2012) nos aponta que o social não é uma coisa entre outras coisas, mas pode circular em qualquer lugar como um movimento que liga coisas não sociais. Por isso, a importância de rastrear conexões e compreender a construção do coletivo, entendendo principalmente que a continuidade de um curso de ação raramente consiste em conexões entre humanos ou entre objetos, mas, segundo o autor, com muito maior probabilidade, de zigzaguear entre umas e outras.

Assim, ao olhar para essa rede foi possível identificar algumas articulações tecidas, conforme exposto na Figura 3 abaixo. Diante do que foi observado, buscamos apresentar no centro da rede os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, visto que as relações articuladas nas redes entre os atores sociais, visam encontrar estratégias de como acolher melhor esses adolescentes tanto dentro quanto fora do sistema, visando um fortalecimento da rede por meio da mobilização do GTIM.

Diante do exposto buscamos apresentar as relações mais frequentes no curso da ação desse Grupo de Trabalho como espaço de articulação daquilo que já existe no município.

Figura 3 - Rede de Atores do GTIM



Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos, mapeamento e pesquisa, por meio do *software* Kumu.io

Diante do mapeamento foi possível perceber que os atores com maior grau de articulação estão na área da Saúde e do Poder Judiciário, enquanto o CASE, o CREAS e o CAPS apresentam médio grau de articulação. Já o Conselho Municipal e a UAI apresentam baixo grau de articulação.

Ao observarmos esse instrumento de ação pública no município, consideramos o que nos salienta Cruz (2020), ao reconhecer que os instrumentos da ação pública organizam, engajam atores, recursos e processos, exprimindo os sentidos coordenadores de seus referenciais e os limites da ação pública. Em geral, esses instrumentos constituem processos de normatização ou regulamentação sociotécnica que, simultaneamente, articulam, qualificam e democratizam o Estado, apontando como exemplos de instrumentos: leis, decretos, políticas, estatutos, resoluções, moções, planejamento e estratégia de ações.

Os encontros de redes divulgados pelo GTIM entre 2021 e 2024, desenvolvidos pelos múltiplos atores, bem como as interações entre as instituições, por meio de palestras, reuniões, conferências virtuais e presenciais, tudo isso nos ajuda a entender como essas articulações entre atores vêm sendo tecidas no âmbito local.

Na apreciação dessas ações percebemos que algumas delas nos ajuda a identificar quais as ações públicas desenvolvidas por essas redes. A primeira descoberta nesse sentido foi por meio do desenho do quadro 3 ao identificarmos os atores e os eixos pedagógicos trabalhados na rede CASE, onde cada eixo temático é trabalhado com a participação e a articulação de diversos atores sociais, da rede CASE, CREAS, CAPS, Juizado da Vara da Infância, entre outros membros que fazem parte do Grupo de Trabalho Intersetorial, que aos poucos vão constituindo a rede, uma vez que identificamos tanto no eixo 10, referente ao acompanhamento do egresso e o eixo 13 referente a atenção integral à saúde do adolescente por meio da política da PNASAIRI.

Dessa forma identificamos algumas interações de trabalho de redes que buscam contribuir para as transformações no campo das medidas socioeducativas, visando ao fortalecimento e à articulação das redes CASE, CREAS, CAPS e outras que foram aparecendo no caminho, como por exemplo ações públicas por meio do 1º Encontro Intersetorial de Rede, organizado por duas assistentes sociais do CASE – Luziânia, juntamente com outros colaboradores que fazem parte do GTIM, visando apresentar dinâmicas de trabalhos desenvolvidas na unidade socioeducativa.

Nesse encontro, enquanto pesquisadora, tive a oportunidade de contribuir apresentando os estudos que realizei entre 2017 e 2021 no 1º Simpósio do Sistema Socioeducativo do Estado de Goiás, por meio de diálogos e aprendizagem sobre a prática socioeducativa e a importância do acompanhamento de adolescentes egressos do sistema socioeducativo para que não haja uma ruptura daquilo que foi trabalhado durante o cumprimento da medida de internação.

No encontro intersectorial, buscou-se, por meio de roda de conversa, apresentar alguns resultados sobre como tem sido o acompanhamento de adolescentes que passaram pela unidade socioeducativa e que se encontram em Liberdade Assistida, o que evidencia a importância do fortalecimento de um trabalho em rede no acompanhamento de adolescentes após a desinternação.

No encontro, participaram vários integrantes e representantes do GTIM e foram apresentados os desafios da socioeducação e o olhar do Judiciário no sistema socioeducativo, tanto no meio aberto quanto no meio fechado.

Estiveram presentes os seguintes atores sociais: técnicos, agentes, coordenadores do CAPS D3, CASE, CREAS e CRAS do Jardim Ingá, membro do Juizado da Vara da Infância e Juventude, representando o Poder Judiciário, professores, enfermeiros, matriciador das redes, atuante no meio aberto e fechado, adolescentes em cumprimento de medida privativa e outros

convidados no âmbito social. Foram discutidas estratégias e ações importantes que precisam ser fortalecidas e articuladas tanto no meio aberto como no meio fechado.

Também identificamos como plataforma de articulação e fortalecimento de trabalho em redes o III Encontro Regional: “SINASE PRA VALER”⁸, o qual aconteceu na Região Centro-Oeste nos dias 5 e 6 de setembro de 2023 no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, na Avenida Ubirajara Berocan Leite, 640 – St. Jaó, Goiânia – GO.

O encontro teve como iniciativa fortalecer o SINASE, por meio da aproximação da gestão nacional junto às redes socioeducativas em cada uma das cinco regiões do país e teve como objetivos estratégicos:

- Fomentar ações de integração entre os programas de atendimento no meio aberto e no meio fechado.
- Receber contribuições para a retomada dos levantamentos de dados e informações sobre o sistema socioeducativo nacional.
- Tratar da revisão e atualização do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.
- Tratar das Diretrizes e eixos Operativos para o SINASE.
- Levantar questões referentes à avaliação e ao monitoramento de políticas socioeducativas.

O encontro teve como público prioritário gestores e profissionais que atuam na rede socioeducativa nos programas de meio fechado e aberto, dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, atores do Sistema de Justiça, adolescentes, jovens e famílias inseridas no sistema socioeducativo e outros interessados.

Cabe dizer que os eventos e encontros aqui descritos também colaboram com as categorias deste estudo; como pude perceber, mediante cada uma dessas ações, a lógica das práticas interacionais que animam a rede do GTIM.

As dinâmicas experienciadas pelos servidores e pelo público em ação, de certa forma representam o esforço em executar ou até mesmo em partilhar as experiências, demandas e desafios no contexto das medidas socioeducativas, bem como de sensibilizar as instituições por meio da ação de seus múltiplos atores sobre a importância da articulação de um trabalho de rede que proporcione um atendimento de qualidade no acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

⁸ Encontros Regionais: Sinase Pra Valer, Região Centro-Oeste, nos dias 5 e 6 de setembro de 2023.

Diante do exposto, buscamos a seguir apresentar as práticas interacionais e as dinâmicas experienciadas pelos servidores públicos em ação, por meio da articulação do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal, uma vez que as ações do Grupo envolvem diferentes momentos como reuniões, eventos, oficinas, dinâmicas entre outras interações que animam a rede visando o fortalecimento desta no âmbito local para o acompanhamento de jovens e adolescentes no cumprimento das medidas socioeducativas.

5.4 Práticas interacionais: dinâmicas experienciadas pelos servidores públicos em ação

Buscando entender as articulações desse trabalho em rede, observei as práticas interacionais a partir de 12 encontros no período de 2021 a 2023 relacionados ao Plano de Ação Municipal mobilizados pelo Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal. Grande parte desses encontros foram realizados para o levantamento de informações referentes ao acompanhamento de adolescentes no meio fechado e no meio aberto para a execução das ações públicas no âmbito municipal por meio da articulação e fortalecimento do trabalho em rede, tendo como instrumento de política pública a PNASAIRI.

Os primeiros encontros realizados pelo Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal referiram-se à importância da articulação e do fortalecimento das redes CASE, CREAS e CAPS. Durante os encontros, pude identificar algumas dinâmicas realizadas pelos servidores voltadas para a promoção, proteção e prevenção dos agravos de saúde, integradas às ações socioeducativas no fortalecimento de redes de apoio aos adolescentes e suas famílias.

As primeiras questões abordadas pelo GTIM estavam relacionadas à articulação, à implementação e ao fortalecimento da política da PNASAIRI, bem como à importância da conscientização de um trabalho intersetorial por meio da articulação das redes CASE, CREAS e CAPS.

As demandas específicas como saúde mental, saúde sexual e reprodutiva e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, são estruturadas conforme as normas de referência do Sistema Único de Saúde (SUS). Diversas linhas de ação foram colocadas em prática por meio do Plano de Ação Anual, as seguintes intervenções tendo como linha de ação desenvolvidas:

- A. Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento físico e psicossocial;
- B. Sexualidade responsável e planejamento familiar;
- C. Saúde bucal;
- D. Saúde Mental e prevenção ao uso de álcool e outras drogas;
- E. Prevenção e controle de agravos;

F. Educação e Saúde;

G. Direitos Humanos, promoção da cultura de paz, prevenção de violências e assistência às vítimas.

Nessas linhas de ação observamos rodas de conversa sobre os riscos da automedicação e a importância do uso correto dos psicotrópicos com os adolescentes, por meio de encontros trimestrais agendadas pelo Grupo e informada a cada instituição para o desenvolvimento de ações coletivas ou projetos conjuntos, entre outras ações envolvendo as redes, CASE, CREAS, CAPS D3, SMS e UBS.

Cabe mencionar que os adolescentes tanto do meio aberto, no cumprimento da LA, quanto os do meio fechado, participaram dessas dinâmicas de trabalho expondo suas vivências. Observamos que foram desenvolvidas, na prática, algumas dinâmicas e oficinas de rodas de conversa por meio da ação de diversos atores sociais que integram o GTIM através do Plano de Ação Anual, exposto no Plano Operativo Municipal com as seguintes linhas de intervenção:

- Cuidado da Saúde Mental;
- Oficinas de prevenção ao suicídio;
- “Setembro Amarelo”.

Cada uma das ações foi trabalhada a partir das orientações mais gerais e teve como instrumento a política da PNASAIRI com profissionais que compõem a rede. Os parceiros foram o CASE, o CREAS, a UBS, o SMS, o CAPS D3 e a escola.

Nessas dinâmicas, a escola trabalhou junto com a UBS, discutindo questões referentes à saúde, por meio dos Projetos Dengue, Educação Sexual, Tabagismo, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Consciência Negra, com temas voltados ao respeito, igualdade e inclusão.

No dia 14/12/21, no Centro de Atendimento Socioeducativo, acompanhamos uma visita da Gerência Especial do Sistema Socioeducativo (GEES) com a participação da coordenadora da PNASAIRI no estado de Goiás, cujo objetivo foi o levantamento das situações mais críticas relacionadas ao trabalho de articulação de redes e o acesso aos recursos financeiros relacionados à PNASAIRI para a realização de projetos visando atender as linhas de ação aqui apresentadas propostas pelo município por meio do Plano de Ação Municipal.

Nesse encontro, foi discutido sobre o papel do matriciador, as ações e o trabalho de toda uma equipe multidisciplinar, sobre a importância do deslocamento do adolescente para o atendimento externo e o diálogo com as redes, para que essas se articulem através da

interlocução com as equipes visando à intersectorialidade, em especial, para a promoção da saúde e o fortalecimento do vínculo do adolescente com a comunidade.

Durante os encontros foi apontada a importância da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) de forma conjunta, visto que a rede precisa ter acesso ao trabalho um do outro, revelando que o PIA é um importante instrumento do trabalho de redes no acompanhamento dos adolescentes, tanto no meio fechado como no meio aberto.

Considerando essas observações, mesmo diante das dificuldades apresentadas, percebemos que a atuação do GTIM tem buscado mobilizar novas entidades e até mesmo as que já participam a se articularem e fortalecerem esse trabalho no acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei, com uma atenção maior para aqueles que passaram pela medida de internação.

Assim, buscamos, por meio do Quadro 4 abaixo, apresentar algumas alianças e estratégias, detectadas na busca de fortalecimento e articulação do trabalho em rede, que aos poucos vem se constituindo e tecendo a própria rede de atendimento do socioeducativo de Luziânia.

Quadro 6 - Rede de Atendimento Socioeducativo de Luziânia

Área	Instituição	Natureza	Ação
Saúde	Unidade Básica de Saúde Setor Aeroporto	Pública	Atendimento médico, Campanha de vacinação, Atendimento odontológico.
	Centro de Atenção Psicossocial, CAPS II	Pública	Acolhimento, grupos terapêuticos e atendimento médico às famílias e à comunidade.
	Centro de Atenção Psicossocial, CAPS III	Pública	Acolhimento, grupos terapêuticos e atendimento médico aos adolescentes em cumprimento de medidas.
	Clínica dos Olhos	Privada	Suporte e apoio de exames de vista.
	Centro Especializado de Odontologia - CEO	Pública	Atendimento odontológico e radiológico.
	Centro Integral de Assistência – CAIS I (Farmácia)	Pública	Fornecimento de materiais, medicações e exames laboratoriais.
	Hospital Estadual de Luziânia – HEL	Pública	Atendimento de média complexidade.
	Hospital Regional do Jardim Ingá	Pública	Atendimento de média complexidade.

Área	Instituição	Natureza	Ação
	Hospital de Urgências de Goiânia – HUGO	Pública	Atendimento de alta complexidade.
	HDT- Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad	Pública	Atendimento de alta complexidade.
	HEANA – Hospital Estadual de Anápolis	Pública	Atendimento de alta complexidade e média complexidade.
	HEF – Hospital Estadual de Formosa (HEF)	Pública	Atendimento de alta e média complexidade.
Assistência Religiosa	Igreja Universal	Religiosa	Encontros religiosos.
	Igreja Assembleia de Deus	Religiosa	Encontros religiosos.
Profissionalização	IFG	Pública	Oferece Educação Profissional na forma de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação.
	Instituto Mundo Melhor (IMM)	OSCIP	Informática Básica.
	Instituto Social Maria Do Monte – (ISMM)	OSS	Ofertas de cursos profissionalizantes.
	SENAI	Pública	Ofertas de cursos profissionalizantes por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.
	SENAR	Pública	Agricultura Familiar Hortaliças.
	SENAC	Pública	Ofertas de curso de cabelereiro, Curso Excel.
	ONG – Proteger Luziânia	ONG	Oficinas de pinturas e produções de vasos.
	Curso de Cozinha	ONG	Curso de cozinheiro ofertado pelo CASE e Certificado pelo ISMM.
Mercado de Trabalho/Estágio	Cabelereiro	Privada	Colaboradores sociais/ indicação CASE.
	Restaurante	Privada	Colaboradores sociais/ indicação CASE.
	Bar	Privada	Colaboradores Sociais/ indicação CASE.
	Vidraçaria	Privada	Colaboradores Sociais/ indicação CASE.
	Oficinas de mecânica	Privada	Colaboradores Sociais/ indicação família.

Área	Instituição	Natureza	Ação
	Jardineiro	Privada	Colaboradores Sociais/ indicação CASE.
	Zelador	Privada	Colaboradores Sociais/ indicação CASE.
Ensino	CEPJ – Colégio Estadual Padre José Bazzon	Pública	Colégio vinculado à Extensão CASE e responsável pela escolarização e documentação dos socioeducandos no cumprimento da medida no município.
Documentação	Vapt Vupt Agência do Trabalhador	Pública	Emissão da primeira e segunda vias de carteira de trabalho.
	Junta Militar	Pública	Emissão das certidões de alistamento militar e certificado de dispensa de corporação.
	TRE (Tribunal Regional Eleitoral)	Pública	Emissão do Título de Eleitor.
	Vapt Vupt	Pública	Emissão de Carteira de Identidade e outros documentos.
	Secretaria da Receita Federal	Pública	Emissão de CPF.
	CRAS	Pública	Emissão do NIS.
Esporte e Lazer	Centro de Cultura Triade	Associação Cultural iniciativa municipal	Oferta de atividades culturais e esportivas para a juventude de Luziânia, pinturas de xilogravura, festas das regiões, teatro e aula de violão.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados levantados durante a pesquisa de campo.

Percebe-se que algumas dessas alianças e estratégias de trabalho em rede fazem parte daquilo que já existe por meio da organização e atuação dos serviços disponíveis pelo estado e município e da sociedade civil, referente à saúde, ensino, documentação, profissionalização, inserção no mundo do trabalho, assistência religiosa, esporte e lazer.

Porém, cabe dizer que, embora algumas dessas alianças e estratégias de trabalho em rede façam parte daquilo que já existe no município, as ações como: profissionalização, inserção no mundo do trabalho, assistência religiosa, esporte e lazer são bastante perceptíveis por meio de ações coletivas de atitudes profissionais mais comprometidas em garantir ou criar espaços de inserção dos jovens e adolescentes que passaram pela medida socioeducativa privativa de liberdade.

Dizemos isso por observar que algumas dessas alianças e estratégias vêm sendo tecidas numa rede, em que os atores sociais do GTIM vão se mobilizando por meio de trocas de saberes e práticas sobre diferentes visões, por mais desafiadoras que sejam, tem buscado dar projeção pública a ideia de rede de serviço. Algumas dessas alianças e estratégias são feitas por meio da

ação coletiva de diferentes atores sociais que aos poucos vão constituindo a rede, influenciando outras instituições a articularem ou estabelecer conexões.

Neste sentido, identificamos na rede de atendimento socioeducativo de Luziânia, algumas alianças e estratégias mobilizadas pelos atores sociais do GTIM, por meio do trabalho coletivo, pois, mesmo que possuam visões, papéis e desafios diferentes, se juntam em torno da articulação e fortalecimento do trabalho em rede visando às Medidas de Liberdade Assistida no Município de Luziânia - GO. Esse propósito foi ainda mais mobilizado no período de pandemia.

Posto isto, identificamos no quadro o apoio da Igreja Universal, do Centro Cultural da Triade, onde são ofertados aula de danças, cantos e pinturas, Instituto Mundo Melhor, do Instituto Social Maria do Monte e da ONG Proteger Luziânia em parceria com o Projeto Eu Leitor Eu Escritor, ações que corroboram para que o acompanhamento dos jovens no cumprimento das medidas de Liberdade Assistida. Uma vez que, o apoio dessas são complementares, por meio de ações coletivas mobilizadas pela rede de atores sociais, para aqueles que precisam recomeçar a vida.

Diante desses olhares percebemos que essas redes de apoio, mobilizadas pelo GTIM, são ações públicas que potencializam a força entre as instituições, como parte do processo de construção coletiva entre os atores sociais do grupo visando o acompanhamento de jovens em cumprimento de liberdade assistida.

5.5 Alcances e limites das ações públicas estabelecidas pelas redes de atores para a Liberdade Assistida no município

Ao participar do I Encontro Intersetorial da Rede Socioassistencial do Entorno Sul: Socioeducativo em Ação, realizado no dia 28 de junho de 2023, a palestrante e representante do Juizado da Vara da Infância e Juventude e membro do GTIM trouxe, em sua fala, que um dos principais desafios referentes ao acompanhamento dos adolescentes em cumprimento da LA tem sido o esforço em vincular a tríade “família, sociedade e Estado”.

A palestrante destaca a importância da mobilização e organização do trabalho em grupo, visto que o GTIM tem sido um importante instrumento de articulação e fortalecimento da rede local, pois compreende que o trabalho no âmbito das medidas socioeducativas é uma teia. E para que as ações socioeducativas venham a obter êxito, precisamos entender que somos um rizoma⁹: de modo que a rede deve estar articulada uma com a outra, pois observa-se que quando

⁹ Dito de outro modo, podemos sintetizar o conceito de rizoma como um emaranhado de linhas em constante interação (fluxos), sem início e nem fim definidos. Essas linhas ora se estratificam em formas, ora permanecem fluidas como potência. <https://www.scielo.br>

os adolescentes são desinternados, muitos são os desafios a serem superados para que possamos oferecer um acompanhamento de melhor qualidade.

Neste sentido, podemos observar que o GTIM vem se esforçando, enquanto instrumento de ação pública local, na mobilização de diversos atores para que possam pensar juntos e traçar estratégias, buscando promover ações que visem à articulação e ao fortalecimento do trabalho em rede no acompanhamento do jovem egresso da medida de internação.

Porém, apesar do esforço do Grupo, apresentamos algumas limitações, visto que esse processo deve ser contínuo, pois mesmo que o GTIM venha se destacando como espaço de articulação entre as instituições, CASE, CREAS, CAPS, UBS, Juizado da Vara da Infância e outras identificadas, é perceptível a importância do desenvolvimento de um trabalho contínuo, que envolva diferentes momentos, como oficinas, reuniões, seminários, simpósios entre outras ações que venham dar projeção pública à ideia de articulação e fortalecimento de trabalho de rede visando ao acompanhamento do jovem em cumprimento de medida socioeducativa.

Durante a pesquisa, ficou evidente a importância de agregar a totalidade de atores e focar na Liberdade Assistida, pois percebemos que os instrumentos internos do município, como o Plano Operativo Municipal e o Plano de Ação Municipal, enquanto instrumentos de ação pública, necessitam de reformulações que venham de fato assegurar de forma mais efetiva o acompanhamento dos jovens e adolescentes que passaram pela medida de internação e depois foram inseridos na LA.

Dentre as limitações mais complexas, percebemos, na fala dos entrevistados, que mesmo que se esforcem, enquanto servidores públicos e parceiros sociais por meio do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal, para garantir os direitos dos socioeducandos, é necessário que o Estado disponibilize recursos para tais finalidades – o que ainda parece estar longe de ocorrer.

Os CREAS e os CAPS têm sofrido com a não valorização das equipes multiprofissionais, ausência de concursos, planos de carreira, estrutura inadequada, equipe de suporte para apoio e acompanhamento dos adolescentes junto às famílias e às escolas no cumprimento das medidas socioeducativas na LA.

Junto a essas limitações, também observamos, por meio da fala dos entrevistados, que a rotatividade dos profissionais que atuam nas medidas abertas tem se agravado devido à ausência de concurso na área, dificultando assim a execução de projetos e a quebra do vínculo com o adolescente que está sendo orientado e acompanhado por meio da LA e isso tem influenciado de forma negativa no acompanhamento das medidas em meio aberto. Revelam também que nem todo profissional que vai trabalhar nesses espaços se identifica com a causa e

em alguns momentos o medo e a insegurança imperam nas instituições de medidas socioeducativas em meio aberto.

Outro fator percebido na nossa investigação, nas informações levantadas por meio do GTIM, é que a falta de controle e fiscalização devido à abrangência das comarcas que o município atende, e a ausência de CREAS na maioria dos municípios goianos corroboram para que o acompanhamento da LA fique apenas em termos documentais, sendo um desafio a ser superado até mesmo nos municípios que têm a oferta desse trabalho, devido à falta de profissionais e de segurança nas áreas próximas às instituições. Diante disso, na maioria das vezes, os adolescentes têm ido até a rede CREAS só para assinar e isso não é o mesmo que ser acompanhado.

Tais desafios referentes às ações públicas estabelecidas pelas redes de atores para a Liberdade Assistida também foram identificados durante a participação no III Encontro Regional: “SINASE PRA VALER” ocorrido nos dias 05 e 06 de setembro de 2023 na Região Centro-Oeste e esses desafios extrapolam as fronteiras do nosso município no que se refere aos processos transversais e intersetoriais em curso na promoção das ações públicas estabelecidas pelas redes de atores no acompanhamento da Liberdade Assistida.

Um dos palestrantes do Sistema Socioeducativo do estado de Goiás, destaca que uma das grandes dificuldades entre o meio fechado e o meio aberto é a interlocução entre saúde e educação, pois muitos municípios não têm CREAS e isso tem sido um problema que se soma à falta de recursos e de equipes de referências para o acompanhamento dos adolescentes.

O palestrante menciona que no âmbito das medidas em meio aberto, na maioria das vezes, os adolescentes têm apenas assinado a LA e a PSC, reforçando que isso precisa ser revisto, pois há uma dificuldade de articulação entre as políticas públicas e que essas tarefas precisam ser divididas, para quem é do meio aberto e para quem é do meio fechado.

Outras questões discutidas durante o encontro foram sobre os desafios enfrentados pelos profissionais dos CREAS, relacionados ao perfil dos adolescentes envolvidos com o crime organizado e o assédio nas proximidades das unidades de acolhimento de medidas no meio aberto.

Associada a esses desafios, mencionaram a ausência de políticas públicas de sistema de Justiça, de proteção familiar, educação, esporte, lazer, trabalho, cultura e outros, devido à dimensão do estado e da realidade de cada município.

Somando-se a esses desafios, mencionaram a ausência do principal equipamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável pela fiscalização do CREAS, devido à precariedade e/ou limitação de capital humano no acompanhamento das medidas em meio

aberto e, com isso, acabam buscando, muitas vezes, de forma indiscriminada, o sistema socioeducativo em meio fechado, banalizando assim as consequências práticas advindas do não enfrentamento dessas questões em âmbito municipal na prestação do serviço da medida em meio aberto.

Visando superar os desafios referentes ao acompanhamento dos adolescentes no cumprimento da LA, observamos como alternativa a apresentação de estratégias facilitadoras expostas pelo CNJ - Conselho Nacional de Justiça, por meio do Evento Painel Literário apresentado no dia 11/12/2023. Tive a oportunidade de acompanhar, de forma *online*, o Lançamento do Cnibus - Cadastro Nacional de Inspeções em Programas/Serviços de Atendimento referente ao acompanhamento das medidas em meio aberto.

As estratégias do programa visam suprir as lacunas de dados no sistema socioeducativo em tempo real referentes ao acompanhamento dos adolescentes da Liberdade Assistida; além disso, as ações propostas pelos magistrados apresentadas durante o evento têm como objetivo maior trabalhar em parceria e de forma articulada com as áreas da saúde, educação, assistência social, profissionalização, assistência jurídica e outras, bem como atuar de forma fiscalizadora, buscando sanar irregularidades nas instituições socioeducativas tanto no meio aberto quanto no meio fechado.

O cenário apresentado, os olhares dos profissionais entrevistados e a observação de campo ao longo desta caminhada, tudo isso foi de suma importância para compreendermos os limites e alcances da articulação de um trabalho em rede no âmbito local das medidas socioeducativas e entendermos como atuam as redes de políticas públicas visando às Medidas de Liberdade Assistida no Município de Luziânia-GO.

Apesar das reivindicações do atendimento em meio aberto em detrimento das internações e dos avanços da proteção integral preconizada pelo ECA, o modelo atual, a Liberdade Assistida ainda corresponde a uma tentativa punição para promover cidadania uma vez que permanece a associação entre violência e pobreza, materializada na prática de prevenir adolescentes de virarem criminosos.

De acordo com Mello (2022), embora os jovens e adolescentes não sejam punidos da mesma maneira que os adultos, a estrutura e a finalidade das instituições responsáveis pelo atendimento desses adolescentes e das quais tentam constantemente se afastar permanece sob moldes semelhantes. Diante disso, tais questões precisam ser repensadas. Conforme observado durante a pesquisa, a Liberdade Assistida tem sido concedida por meio da “progressão da medida”, após o cumprimento da medida de internação, ainda que isso não seja o que está necessariamente previsto em lei. Embora haja caráter intersetorial da política de

atendimento socioeducativo e o envolvimento de atores de diferentes instituições do Estado, o vínculo entre o Sistema Socioeducativo e o jovem inicia pelo sistema de justiça. As práticas de sentenciamento merecem um olhar mais acurado com respeito à eventual relação entre medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de internação.

Posto isto, compreendemos que, as ações precisam se entrelaçar e dialogar para que alcancem o seu objetivo, que é a inserção do jovem em programas de escolarização, profissionalização, atendimentos sistemáticos e individuais e com as famílias. E para isso acontecer, conforme dito por um dos nossos entrevistados: “O fazer acontecer exige um processo continuado, passo a passo, que deve ser temperado com muita paciência e persistência”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como atuam as redes de políticas públicas visando às medidas de Liberdade Assistida no município de Luziânia-GO. E compreender como se dão as medidas de Liberdade Assistida por meio da articulação de atores vinculados às medidas socioeducativas no CASE, CREAS e CAPS D3.

Durante as observações de campo e buscando entender como essas articulações entre atores acontecem, identificamos como rede de mobilização as práticas do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal.

O Grupo foi um importante achado durante as observações de campo, o qual contribuiu de forma significativa para o mapeamento das demais redes, bem como para o diálogo com os múltiplos atores que atuam diretamente com os adolescentes, tanto no meio fechado quanto no meio aberto.

Por se tratar de um universo tão complexo e ao mesmo tempo tão rico de informações, fomos destacando e mapeando as oportunidades concretas encontradas, seguindo as pistas e descrevendo as ações estruturantes que evidenciam um possível trabalho de rede, bem como os limites e fragilidades da articulação e oferta desse trabalho.

Observamos que a rede de articulação de atendimento local é extensa e composta por instituições públicas, privadas e organizações não governamentais e religiosas por meio da Igreja Universal e Assembleia de Deus, responsáveis pela oferta de serviços aos adolescentes tanto dentro quanto fora da unidade para adolescentes no meio fechado e aberto.

A partir das contribuições deste estudo, consideramos que a atuação das redes de políticas públicas visando às medidas de Liberdade Assistida, mesmo que já tenham avançado por meio dos instrumentos das articulações observadas, ainda são frágeis devido à falta de institucionalidade e incentivo governamental entre outras situações que influenciam no acompanhamento dos jovens.

Foi possível observar que a ação pública para a Liberdade Assistida no município de Luziânia é constituída por redes heterogêneas e complexas e trazem consigo trajetórias e características específicas que oportunizam a interação entre atores estaduais, municipais, governamentais e não governamentais, as quais também buscam produzir ações sobre educação, saúde, profissionalização, cultura e lazer, entre outros.

Durante a pesquisa, percebemos como principal instrumento orientador da rede a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação Provisória e Semiliberdade (PNASAIRI), que extrapola para a medida

de Liberdade Assistida e mobiliza o GTIM. As narrativas coletadas por meio do conhecimento gerado pelos atores sociais do Grupo, o acesso aos documentos vigentes e as técnicas de pesquisa utilizadas, e a participação ativa nos eventos, ajudaram a identificar as ações públicas desenvolvidas pelas redes e revelar alguns dos alcances e limites dos instrumentos de ação pública da Liberdade Assistida no município.

Durante a pesquisa, percebemos que o GTIM é a principal rede de mobilização que impulsiona os demais atores a se articularem e fortalecerem o trabalho da rede. Observamos que o Grupo se articula entre o CASE, o CRAS, o CREAS, a UBS, o CAPS D3, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública do Estado de Goiás. Além de ativar entidades ainda não reunidas. Conforme exposto pelo Plano Operativo Municipal e de acordo com a fala dos entrevistados.

Entre os principais instrumentos de ação pública local identificamos o Plano de Ação Municipal, o Plano Operativo Municipal e a Proposta Política Pedagógica do CASE, embasadas no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo de Goiás, por meio do Eixo 10 referente ao acompanhamento do jovem egresso e o eixo 13 referente à Política de Atenção Integral à saúde do adolescente para o acompanhamento de jovens e adolescentes no cumprimento de medidas no meio aberto e fechado.

Nas narrativas dos servidores entrevistados, identificamos que as redes precisam de uma maior articulação visando o acompanhamento ao egresso, visto que a LA funciona em parte e ainda de forma deficitária, na ausência de recursos, uma vez que o município não investe em concurso público na área, tanto no capital humano, quanto nos projetos, devendo dar uma ênfase maior aos atendimentos às necessidades básicas, como saúde, educação, alimentação, lazer, profissionalização e moradia.

Também identificamos, na fala dos servidores entrevistados, a importância da construção de espaços institucionais para a medida de Semiliberdade, visto que isso tem sido uma falha do Estado de Goiás, uma vez que os adolescentes que passam pela medida de internação, ao serem desinternados, são encaminhados para a Liberdade Assistida para que não haja uma total ruptura daquilo que foi trabalhado com eles durante a internação.

Em contrapartida, também surgem outros olhares diante dessas ações, visto que a medida de LA é desprovida de capital humano e de recursos financeiros suficientes se comparada com a medida privativa de liberdade. Revelamos aqui que o acompanhamento é falho, pois muitas vezes os adolescentes aparecem na rede apenas para assinar a LA, e o que ocorre de concreto nesse acompanhamento é uma comunicação entre os servidores da Unidade Socioeducativa e das demais instituições por meio da mobilização do GTIM, articulando as

instituições no sentido de garantir o atendimento aos jovens e adolescentes acompanhados via CASE, CREAS e CAPS. Ainda de acordo com a fala de um dos entrevistados, as redes ainda não estão bem articuladas, pois a portaria que deu origem ao GTIM não agrega a totalidade de atores e não foca diretamente na LA. Citando como um dos principais desafios para a efetivação dos princípios do SINASE é o entrosamento e a articulação entre diferentes atores sociais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, no sentido de possibilitar aos jovens e adolescentes o acesso às políticas sociais ao longo do cumprimento da medida socioeducativa, bem como após a extinção do processo judicial da medida privativa.

Durante a pesquisa, também nos deparamos com um paradoxo, pois de um lado temos um conjunto de legislações que visam garantir os direitos desse público, mas na prática, o Poder Executivo, que aplica as medidas em meio aberto e em meio fechado, não cumpre todas as orientações legais devida ausência de instituições de semiliberdade para que haja a correta transição, visando um melhor acompanhamento do jovem que passou pela medida socioeducativa de internação.

Diante desses diferentes olhares, percebemos que é preciso pensar em estratégias que promovam a informação, reflexão, mobilização e participação da tríade família, sociedade e Estado, bem como da comunidade, mediante ações públicas que possibilitem um maior engajamento das redes, por meio de movimentos sociais, visto que os vínculos entre elas ainda são muito frágeis, conforme demonstrado na fala dos atores sociais entrevistados.

Uma vez que, ao olharmos para essas relações em rede, também estamos olhando para as dinâmicas e práticas interacionais experienciadas pelos servidores em ação, e para a qualidade dos procedimentos que organizam o grupo. Como eles estão estabelecidos? E como melhorar a qualidade das relações desse grupo?

Apesar dos desafios já citados ao longo da pesquisa, destacamos a necessidade de mais reuniões presenciais de maior compromisso, não só por parte dos burocratas do nível de rua, mas também, dos gestores, dos políticos estadual, municipal e federal, onde essas interações possam acontecer com maior frequência e que venham gerar confiança entre os interlocutores, fortalecendo assim as dinâmicas e articulação do trabalho em rede.

Pensando nessas questões e nas reflexões que foram surgindo a partir do conhecimento gerado ao longo da pesquisa, apresentamos, no Anexo F, Um Passo a Passo, para lidar com a Medida de Liberdade Assistida como proposta de Produto deste mestrado, por meio de Relatório Conclusivo do PPGE-MP/UnB, para os servidores engajados na rede e demais interessados no acompanhamento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida no território investigado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Anthony Gabriel Rocha. **O Príncipe das Grades**. Brasília: Emoções Positivas, 2021.

ANDRADE, Jackeline Amantino de. Formação estratégica: as políticas públicas a partir das práticas. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, v. 10, n. 1, p. 47-63. maio 2011. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/638>. Acesso em: 30 jun. 2021.

AQUINO, Leonardo Gomes de. Criança e adolescente: o ato infracional e as medidas socioeducativas. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 15, n. 99, abr. 2012.

ARRAES, Juliana Duarte. **Por uma práxis do fazer socioeducativo**: reflexões sobre o movimento de (re)construção metodológica da UAMA-Paranoá e suas contribuições para a política de atendimento em meio aberto no DF. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI:10.11606/D.100.2020.tde-16012020-120827

BANDEIRA, Marcos Antônio Santos. **Atos infracionais e medidas socioeducativas**: uma leitura dogmática, crítica e constitucional. Ilhéus: Editus, 2006.

BORGES, S. C. A experiência etnográfica e a unidade da pesquisa: ensinamento e aprendizagem em antropologia. **Revista de Antropologia**, v. 56, n. 1, p. 1-27, 2013.

BORGES, S. C. Políticas e práticas socioeducativas voltadas à população em situação de rua. **Revista Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 2, e00039915, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.584, de 25 de novembro de 2005. Institui a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 nov. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 7 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional... **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, p. 3, 19 jan. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, p. 2, 25 set. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas**: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

BRASIL. **Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo**, 2015. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2015-10/plano-socioeducativo-de-goias---versao-final---cedca.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. **Reentradas e reiterações infracionais**: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiro. Brasília: CNJ, 2019.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Conanda, 2012.

CALIMAN, Geraldo. **Desvio Social e delinquência juvenil**: teorias e fundamentos da exclusão social. Brasília: Universa, 2006.

CALLON, Michel. Introdução ao materialismo relacional. In: CALLON, Michel; MUNIESA, Fabian; MILLO, Yuval; LAW, T. (org.). **Tecnologias de experiência**: ensaios de materialismo relacional. Campinas: Editora Unicamp, 2008. p. 37-64.

CARDOSO, A. Roberto. A etnografia como método de pesquisa. In: OLIVEIRA, F. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em antropologia**. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 45-62.

CARDOSO, F. H. Anéis burocráticos: a estrutura de poder no Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 8, n. 23, p. 91-102, 1993.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**. Porto Alegre: Saraiva, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório de Monitoramento dos Dados do Cadastro Nacional de Medidas Socioeducativas - Junho/2019**. Brasília: CNJ, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório sobre o Cadastro Nacional de Medidas Socioeducativas**. Brasília: CNJ, 2020.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. 2018. Disponível em: [codeplan.df.gov.br https://www.codeplan.df.br](https://www.codeplan.df.br)

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1.,

2006, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, SP: 2006. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 30 jun. 2021.

COSTA, Cândida. Dimensões da Medida Socioeducativa: entre o sancionatório e o pedagógico. **Textos & Contexto**, p. 62-73, jan./jun. 2015.

CRUZ, A. M. da; DAROIT, D. J. Transversalidade e intersetorialidade: desafios para a formulação de políticas públicas. *In*: DAROIT, D. J.; CRUZ, A. M. da (org.). **Intersectorialidade e políticas públicas: desafios e perspectivas**. Florianópolis: Editora UFSC, 2019. p. 15-30.

CRUZ, Fernanda Natasha Bravo. **Desenvolvimento Democrático em Tempos Incertos: os desafios e os instrumentos da ação pública transversal e participativa**. Brasília: Editora UnB, 2020. cap. 2 e 3. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/63/49/229-1>. Acesso em: 3 ago. 2024.

CUNILL GRAU, N. Intersectorialidade: uma reflexão necessária. *In*: SPOSATI, A. (org.). **Políticas públicas e intersectorialidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 17-36.

CUNILL GRAU, N. Por una sociología de las políticas públicas. Reflexiones críticas y propuestas desde la interseccionalidad de género, clase y raza. **Revista Políticas Públicas**, v. 17, n. 1, p. 185-200, 2014.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. *In*: NUNES, Edwardo (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In*: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110. Disponível em: https://www1.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5es_da_COEDU/Referencial_Te%C3%B3rico/RT13_DAGNINO_Sociedade_Civil_Participacao_e_Cidadania.pdf

DANTAS, Danuta. **O Programa de Atendimento ao Egresso da Medida Socioeducativa de Internação no contexto da ofensiva neoliberal: Descortinando a realidade do Distrito Federal**. Orientador Maria Lúcia Pinto Leal. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34262> Acesso em: 3 ago. 2024.

DAROIT, Dorian. **A controvérsia da soja transgênica no Rio Grande do Sul no período de 1998 a 2003**. 2007. 196 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17084/000710231.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2024.

DAROIT, Doriana; CRUZ, Fernanda N. B.; BASTOS, Ana Paula Vidal; LARANJA, Lara Silva. Gestão pública, democracia e direitos aos 30 anos da Constituição Federal. **Revista NAU Social**, v. 9, n. 17, p. 118-218, abr. 2019.

DINIZ, D. **Zonas de contacto**: Ensaio sobre o manicômio, a prisão e a unidade socioeducativa. São Paulo: Editora Autêntica, 2015.

DINIZ, R. **Interação entre redes de atores na elaboração de políticas públicas**: uma análise à luz da teoria do empoderamento de avaliabilidade. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-96.

FRASSETO, Flávio Américo *et al.* **Políticas Públicas e marco legal da Socioeducação no Brasil**. Brasília: SINASE, Escola Nacional de Socioeducação, [2014]. (Curso: Formação Básica em Socioeducação). Disponível em: http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/imagens/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_2/EixoII.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

FREHSE, S. **A etnografia como arte do diálogo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GEERTZ, Clifford. Anti anti-relativismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 8, p. 5-19, 1988.

GEERTZ, Clifford. **Por uma teoria interpretativa da cultura**: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução de L. S. F. de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. (Tradução da edição original em inglês: *The Interpretation of Cultures*, Basic Books, 1973)

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**: Uma seleção. São Paulo: Editora UNESP, 2008. (Tradução da edição original em inglês: *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*, Basic Books, 1973)

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOIÁS. **Plano do Estado de Goiás para atendimento socioeducativo**. 2014 Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-11/plano-socioeducativo-2014-comissao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GOIÁS. **Portaria 008/2013**. GECRIA (Grupo executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes) GO, que aprova o Projeto Político Pedagógico de Atendimento aos Adolescentes Privados de Liberdade no Estado de Goiás. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2013-12/portaria-008---regimento-interno---com-appendices.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2021.

GOIÁS. **Proposta Político Pedagógica Centro de Atendimento Socioeducativo Case.** Luziânia-GO, 2022.

GOLDMAN, Marcio. **Como funciona a democracia:** uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.

GOMES, Marta. **Análise diagnóstica das casas de semiliberdade (CASEM), em Recife-PE, quanto à implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).** 2013. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal.** 18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32515/1/2017_eve_afgussibroliveira.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

HALPERN, C.; LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **L'instrumentation de l'action publique:** Controverses, résistances, effets. 2. ed. Presses de Sciences Po, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidade e estado:** Luziânia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/luziania.html>. Acesso em: 23 dez. 2022.

KOZINETS, Robert V. T. Click to connect: netnography and tribal advertising. **Journal of Advertising Research**, v. 46, n. 3, p. 279-288, sep. 2006.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública.** Maceió: Ed. UFAL, 2012.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Governança por instrumentos:** uma análise das políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social:** uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** Introdução à sociologia da ciência. Petrópolis, RJ: Descoberta, 2005.

LAW, J. After ANT: Complexity, naming and topology. In: LAW, J.; HASSARD, J. (ed.). **Actor network theory and after.** Blackwell Publishers, 1999. p. 1–14.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Princípios organizacionais do sistema socioeducativo:** intersectorariedade. Módulo 1 - Políticas Públicas e Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: SINASE, [2016]. Disponível em: http://enssinase.sdh.gov.br/ens2/imagens/biblioteca/modulos_dos_cursos/especializa%A7%C3%A3o/Eixo_1_-_M%C3%B3dulo_-_Parte_2.pdf.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: https://biblio.ffch.usp.br/Magnani_JGC_40_1268679pdf. Acesso em: 13 jun. 2023

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCONDES, Mariana Mazzini; SANDIM, Tatiana Lemos; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. Transversalidade e Intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 1, p. 22-33, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3515/351557762003/html/>

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. As redes sociais importam para a pobreza urbana? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 471-505, 2009.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. Notas sobre redes, Estado e políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/site/artigo/764/notas-sobre-redes-estado-e-politicas-publicas>

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300004>

MARTINS, A. C. R. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e os desafios para a garantia de direitos das crianças e adolescentes em situação de rua. **Revista Interdisciplinar Diké**, v. 9, n. 2, p. 202-224, 2018.

Mello, Claudio Aliberti de Campos. Categorizações na escola e juventude criminalizada : um estudo sobre a inserção escolar de adolescentes em liberdade assistida / Claudio Aliberti de Campos Mello. - 2022. 138 f

MENDONÇA, J. M. A. Crise no sistema socioeducativo: ressocialização e marginalização frente às ações pedagógicas inter e transdisciplinares. **Revista de Estudos em Socioeducação**, v. 20, n. YY, pp. AAA-BBB, 20XX. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210605023.pdf>

MOL, A. Ontological politics, a word and some questions. In: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor network theory and after**. Oxford: Blackweel Publishers, 1999. p. 78-89.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Rio de Janeiro: Eduff, 2018.

NOVELI, Marcio. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet? **Revista Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 107-133, jul./dic. 2010.

NUNES, Cecilia Froemming. **Da seletividade penal ao percurso punitivo**: a precariedade da vida das adolescentes em atendimento socioeducativo. Orientador Debora Diniz Rodrigues. 2016. 168 p. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo de; DAROIT, Doriana. Public Policy Networks and the Implementation of the "Bolsa-Família" Program: An Analysis Based on the Monitoring of School Attendance. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, n. 120, 2020. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/index.php/epaa/article/view/4499/0>. Acesso em: 12 maio 2024.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista; OLIVA, Olga Brigitte; ARRAES, Juliana; GALLI, Carolina Yoshii; AMORIM, Gustavo; SOUZA, Luana Alves. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 4, p. 575-585, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v20i4.28456>. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28456/pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista; DAROIT, Daniela Rodrigues Martins. Políticas públicas municipais e os desafios para o atendimento socioeducativo: o caso de Luziânia, Goiás. *Revista Sociedade e Estado*, v. 35, n. 2, p. 361-380, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992/2020002>. Acesso em: 12 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 out. 2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Princípios das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil**: Diretrizes de Riad, Doc. das Nações Unidas n. A/CONF. 157/24 (Parte I), 1990a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Regras das Nações Unidas para a proteção de jovens com restrição de liberdade**: Regras de Havana, Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/113, de 14 de dezembro de 1990b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça de menores**: Regras de Beijing, Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/33, de 29 de Novembro de 1985. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dhaj-NOVO-regrasBeijing.html>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 15 abr. 2024

ORTEGAL, Leonardo Rodrigues de Oliveira. **Atos de resistência**: juventude negra, reivindicações e resistência anti-extermínio. 2019. 155 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ORTEGAL, Lucas Guilherme Pereira. **A medida de Liberdade Assistida**: Fundamentos e contexto atual. 2011. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

ORTEGAL, Lucas Guilherme Pereira. **Homicídios de jovens**: uma análise a partir da dinâmica social. 2016. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

PÁDUA, J. F. de. **A pesquisa qualitativa: métodos e técnicas de coleta de dados**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PEIRANO, Marisa. **O encontro etnográfico e o diálogo teórico**. Brasília: Editora da UnB, 1991.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: contribuições à críticas de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. 2013. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEREIRA, Potyara. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008-2014.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Variações setoriais em arranjos de implementação de programas federais. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 2, p. 195-226, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v66i2.523>

RHODES, R. Understanding Governance: Ten years on. **Organization Studies**, v. 28, n. 8. Sage Publications: Los Angeles, 2007.

RHODES, R. A. W. Policy networks: A public administration perspective. **The Australian Journal of Public Administration**, v. 47, n. 2, p. 126-138, 1988.

RHODES, R. A. W. Governance and public administration. **Public Administration**, v. 73, n. 1, p. 151-170, 1995.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, E. S. Fóruns e redes de políticas públicas: o debate das comunidades temáticas. **Sociedade e Estado**, v. 23, n. 2, p. 347-374, 2008.

SANTOS, Deborah Silva; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. **A Transversalidade de Gênero e Raça nas Políticas Públicas: limites e possibilidades**. São Paulo: Comunicação Integrada, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, R. V. da. Políticas públicas e ações sociais para a infância e adolescência no Brasil: um estudo das diretrizes do SINASE e seu potencial para inovações na assistência. **Revista Tempo Social**, v. 28, n. 1, p. 47-70, 2016.

SILVA, Rodrigues; MENDONÇA, Joselia. Crisis int the social-education: ressocialization or marginalization facing pedagogical actions. *In*: INFORMATION MANAGENT EDUCATION AND TECHONOLGY **Revista Coletânea Luso-Brasileira**. Corvilha: Universidade da Beira Interior, 2019. n. 10, p.107-119.

SOARES, Luís Eduardo. Anais da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a morte de jovens negros. **TV Senado**, Brasília, 29 jun. 2015.

SOUZA, C. A. de; OLIVEIRA, A. de M. As políticas públicas para a infância e adolescência brasileiras: avanços e desafios. **Revista do Instituto de Medicina Social**, v. 30, n. 3, p. 89-96, 2016.

SOUZA, Rosimere de; LIRA, Vilnia Batista de. **Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto**: liberdade assistida de serviços à comunidade. Rio de Janeiro: IBAM/DES; Brasília: SPDCA/SEDH, 2008.

SPOSATO, Karyna Batista. Princípios e garantias para um direito penal juvenil. *In*: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (org.). **Justiça, adolescente e ato infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

THEODORO, Mário. A implementação de uma agenda racial de políticas públicas: a experiência brasileira. *In*: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **As Políticas da Política**: desigualdade e inclusão nos governos do PSDB e PT. São Paulo: Editora Unesp,. 2019. p. 345-369.

TRIVIÑOS Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES REFERENTE AO CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA PARA OS ATORES SOCIAIS DAS REDES CASE, CREAS E CAPS e UAI.

1. Qual é seu nome (*apenas para fins de organização será preservado seu anonimato*)?
2. A qual esfera federativa você está vinculado (*Federal, estadual ou Municipal*)?
3. Em qual instituição você atua? Há quanto tempo? (*apenas para fins de organização será preservado seu anonimato*)
4. Você é efetivo, contrato ou comissionado?
5. Qual a sua percepção sobre o trabalho em rede no município no acompanhamento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida?
6. Você participa de alguma ação ou programa para acompanhamento dos adolescentes em medida socioeducativa de liberdade assistida?
7. Ao longo desses anos observou ou acompanhou algum adolescente na Liberdade Assistida?
8. Você acredita que há processos transversais ou intersetoriais em curso na promoção da Liberdade Assistida?

Em caso de resposta afirmativa ir para questão 12.

Em caso de resposta negativa, realizar questão 11 e pular questões 12 a 17:

9. Por que você acha que não existe essa intersetorialidade? O que você acha que seria necessário para complementar esse trabalho em rede?
10. Quais instituições participam? Como você percebe isso?
11. Como é essa articulação entre as redes para o acompanhamento dos adolescentes? Quais são os meios utilizados para viabilizar esse acompanhamento?
12. Há documentos formais que os estabelecem? Saberia dizer quais?
13. Você considera a Medida Liberdade Assistida como uma medida relevante na promoção, desenvolvimento e inclusão do socioeducando? Por quê?
14. Quais são os resultados possíveis desses processos intersetoriais para os socioeducandos?
15. Se houver, poderia citar exemplos de casos interessantes?
16. Poderia nos dizer ao longo da sua trajetória profissional, sobre quais os fatores que interferem no acompanhamento do jovem e adolescente no cumprimento desse tipo de medida?
17. Poderia nos dizer o que você tem percebido sobre o que tem acontecido com os jovens e adolescente quando saem do espaço institucionalizado e vem para o meio aberto?

18. Quais são as principais ações no fortalecimento do acompanhamento desses adolescentes na pós-desinternação?

19. Enquanto profissional de uma dessas redes você poderia contribuir com alguma sugestão, sobre como melhorar o trabalho intersetorial para esses sujeitos, através da articulação das Redes responsáveis por acompanhar esses jovens?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES COM OS JOVENS DO SEXO MASCULINO NO CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA, SOBRE COMO ESTES TEM SIDO ACOMPANHADOS PELAS REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Qual o seu nome (apenas para fins de organização será preservado seu anonimato)?
2. Quantos anos você tem?
3. Quantas vezes você já passou pelo sistema?
4. Durante o tempo de privação, poderia nos dizer se a medida contribuiu de alguma forma para seu desenvolvimento pessoal?
5. Você está cumprindo ou já cumpriu a Liberdade Assistida?
6. Caso estiver cumprindo ou já tenha cumprido a LA, poderia nos dizer como tem sido o seu acompanhamento pela Rede, depois que você saiu do CASE?
7. Poderia nos dizer qual das redes de acesso CRAS, CREAS e CAPS você tem frequentado?
8. Com qual frequência?
9. Algumas dessas redes realizou busca ativa de acompanhamento?
10. Você participa de algum programa ou projeto ofertado pelo município voltado para jovens em cumprimento de Medida de Liberdade Assistida?
11. Se sim, poderia nos dizer quais são?
12. Se a resposta for negativa, por que você não participa?
13. Como você percebe isso?
14. Poderia nos dizer o que você acha que seria necessário para complementar esse trabalho?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES REFERENTE A LIBERDADE ASSISTIDA NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO COM SERVIDOR DO JUÍZADO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.

1. O que Vossa Excelência pensa de trabalhar no âmbito do poder judiciário com os jovens e adolescentes relacionados ao sistema socioeducativo? Gostaria de saber se Vossa Excelência tem percebido algum tipo de trabalho em rede?
2. Qual que é a sua avaliação em relação ao sistema socioeducativo e as redes CASE, CREAS e CAPS?
3. O que vossa excelência entende por LA? E em quais casos a senhora recomenda essa medida?
4. No contexto socioeducativo das instituições privativas a senhora também recomenda a LA?
5. Se sim, poderia nos falar um pouquinho em quais situações o jovem institucionalizado é progredido para a Medida de Liberdade Assistida?
6. Poderia também nos falar um pouquinho da escolha da progressão da medida por meio da LA.

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A LIBERDADE ASSISTIDA: O CASO DE LUZIÂNIA-GO**, sob a responsabilidade da pesquisadora Joselia de Macedo Araujo Mendonça, mestrande do Programa de Pós-Graduação em Educação - Modalidade Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (PPGE-MP). A pesquisa é orientada por Prof^a. Dr^a Fernanda Natasha Bravo Cruz. Nosso objetivo é compreender como atuam as redes de políticas públicas para a Liberdade Assistida no Município de Luziânia-GO. Por meio da articulação de atores vinculados ao Centro de Atendimento Socioeducativo ao Centro de Referência de Assistência Social e ao Centro de Atenção Psicossocial, buscando identificar quais são as ações públicas desenvolvidas por essas redes e entender como essas articulações entre atores acontecem. Considerando as práticas do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal. A sua participação contribuirá com os estudos de formação e estratégias de intervenções no âmbito da socioeducação na perspectiva do fortalecimento de trabalho em redes para Jovens e Adolescentes em conflito com a lei no cumprimento de medidas socioeducativas. A pesquisa será realizada por intermédio de entrevista individuais em que o participante será convidado a contar sua história de vida e sua experiência profissional compreendendo as dinâmicas, atores e estratégias de redes de políticas públicas referentes a jovens e adolescentes em conflito com a lei, na pós desinternação em medida socioeducativa, buscando compreender suas trajetórias e interações no seio da rede investigada. As entrevistas acontecerão de acordo com a disponibilidade do participante em local e data a combinar. Desta maneira, asseguramos que seu nome não será divulgado, pois será utilizado códigos de identificação, sendo mantido o mais rigoroso sigilo por meio da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo (a). Também, esclarecemos que não há riscos provenientes da sua participação e não haverá despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Além disso, você poderá se recusar a responder ou participar de qualquer procedimento e de qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Joselia de Macedo Araujo Mendonça, PPGE MP FE/UnB, no telefone (61) 99690-0909 disponível inclusive para ligação a cobrar, e pelo e-mail: joselia.macedoar@gmail.com ou esclarecer dúvidas com a orientadora da pesquisa: Professora Dr^a Fernanda Natasha Bravo Cruz, pelo e-mail fernandanatasha@unb.br as dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do participante da pesquisa também podem ser esclarecidas pelo e-mail cep.fce@gmail.com, horário de atendimento das 14h:00 às 18h:00, de segunda a sexta-feira. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com você.

Brasília, _____ de _____ de 2023

Assinatura do participante da pesquisa: _____

Assinatura do pesquisador(a): _____

APÊNDICE E - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Pedido de Autorização aos componentes do GTIM- Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal

Eu Joselia de Macedo Araujo Mendonça, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Modalidade Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (PPGE-MP), venho respeitosamente pedir autorização aos componentes do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal via *WhatsApp*, para, realizar coleta de informações disponibilizadas neste grupo por meio de textos, reuniões, ações, ideias e sugestões, das possíveis estratégias de trabalho em rede, no fortalecimento das políticas públicas no âmbito da socioeducação. As coletas das informações têm como objetivo contribuir com a pesquisa de mestrado intitulada: **REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A LIBERDADE ASSISTIDA: O CASO DE LUZIÂNIA-GO**, sob a responsabilidade da pesquisadora e sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Fernanda Natasha Bravo Cruz. Buscamos compreender como atuam as redes de políticas públicas para a Liberdade Assistida no Município de Luziânia-GO. Por meio da articulação de atores vinculados ao Centro de Atendimento Socioeducativo ao Centro de Referência de Assistência Social e ao Centro de Atenção Psicossocial, buscando identificar quais são as ações públicas desenvolvidas por essas redes e entender como essas articulações entre atores acontecem. Considerando as práticas do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal. A sua autorização para a coleta das informações contribuirá com os estudos de formação e estratégias de intervenções no âmbito da socioeducação na perspectiva do fortalecimento de trabalho em redes para Jovens e Adolescentes em conflito com a lei no cumprimento de medidas socioeducativas. A coleta das informações acontecerá de forma descritiva e interpretativa. Desta maneira, asseguramos que o nome dos participantes não será divulgado, pois será utilizado códigos de identificação, sendo mantido o mais rigoroso sigilo por meio da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo (a). Você poderá se recusar a autorizar a coleta de qualquer informação e de qualquer questão que lhe traga constrangimento. Sendo assim, para facilitar a sua autorização criamos uma enquete com duas opções a qual será disponibilizada no grupo. Caso você autorize a coleta das informações clique na opção (SIM), e caso você não autorize clique na opção (NÃO). Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Joselia de Macedo Araujo Mendonça, PPGE MP FE/UnB, no telefone (61) 99690-0909 disponível inclusive para ligação a cobrar, e pelo e-mail: joselia.macedoar@gmail.com ou esclarecer dúvidas com a orientadora da pesquisa: Prof^a Dr^a. Fernanda Natasha Bravo Cruz, pelo e-mail fernandanatasha@unb.br. A sua participação será de suma importância para a nossa pesquisa.

Brasília, _____ de _____ de 2023

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Assinatura do Orientador(a): _____

APÊNDICE F - RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MODALIDADE PROFISSIONAL (PPGE-MP)

**REDE DE ATORES PARA A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE
ASSISTIDA: O CASO DE LUZIÂNIA-GO**

JOSELIA DE MACEDO ARAUJO MENDONÇA

**Brasília-DF
2025**

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO SOBRE REDES DE ATORES PARA A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA: O CASO DE LUZIÂNIA-GO

Pesquisadora responsável: Joselia de Macedo Araujo Mendonça

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Natasha Bravo Cruz

Programa de Pós-Graduação em Educação-Modalidade Profissional

Faculdade de Educação Universidade de Brasília

Projeto de Pesquisa: Rede de Atores Para a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida: O caso de Luziânia-GO

1. Introdução

Este relatório técnico conclusivo a ser entregue para a SECT/GO – Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho do Estado de Goiás e para a Secretaria Municipal de Saúde, com o título Rede de Atores Para a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida: O Caso de Luziânia -GO, é o Trabalho Final da Dissertação do Mestrado em Educação na Modalidade Profissional da Universidade de Brasília-UNB.

Os olhares dos profissionais entrevistados e a observação de campo ao longo desta caminhada, e o mapeamento da rede local, por meio do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal foi de suma importância para compreendermos os limites e alcances da articulação de um trabalho em rede no âmbito das medidas socioeducativas e entendermos como atuam as redes de políticas públicas visando às Medidas de Liberdade Assistida no Município de Luziânia-GO.

Durante a pesquisa, percebemos que não adianta só o trabalho individual de uma rede, as ações precisam se entrelaçar e dialogar para que alcancem o seu objetivo, que é a inserção do jovem em programas de escolarização, profissionalização, atendimentos sistemáticos e individuais e com as famílias. E para isso acontecer, conforme dito por um dos nossos entrevistados: “O fazer acontecer exige um processo continuado, passo a passo, que deve ser temperado com muita paciência e persistência”.

Durante a pesquisa, percebemos como principal instrumento orientador da rede a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em

Regime de Internação Provisória e Semiliberdade (PNASAIRI), que extrapola para a medida de Liberdade Assistida e mobiliza o GTIM.

As narrativas coletadas por meio do conhecimento gerado pelos atores sociais do Grupo, o acesso aos documentos vigentes e as técnicas de pesquisa utilizadas, e a participação ativa nos eventos, ajudaram a identificar as ações públicas desenvolvidas pelas redes e revelar alguns dos alcances e limites dos instrumentos de ação pública da Liberdade Assistida no município.

Percebemos que o GTIM é a principal rede de mobilização que impulsiona os demais atores a se articularem e fortalecerem o trabalho da rede. Observamos que o Grupo se articula com o CASE, o CRAS, o CREAS, a UBS, o CAPS D3, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública do Estado de Goiás. Além de agregar o coletivo por meio de entidades ainda não reunidas. Conforme exposto pelo Plano Operativo Municipal e de acordo com a fala dos entrevistados.

Entre os principais instrumentos de ação pública local identificamos o Plano de Ação Municipal, o Plano Operativo Municipal e a Proposta Política Pedagógica do CASE, embasadas no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo de Goiás, por meio do Eixo 10 referente ao acompanhamento do jovem egresso e o eixo 13 referente à Política de Atenção Integral à saúde do adolescente para o acompanhamento de jovens e adolescentes no cumprimento de medidas no meio aberto e fechado.

Nas narrativas dos servidores entrevistados, identificamos que as redes precisam de uma maior articulação no acompanhamento ao egresso, visto que a LA funciona em parte e ainda de forma deficitária, na ausência de recursos, uma vez que o município não investe em concurso público na área, tanto no capital humano, quanto nos projetos, devendo dar uma ênfase maior aos atendimentos às necessidades básicas, como saúde, educação, alimentação, lazer, profissionalização e moradia.

Também identificamos, na fala dos servidores entrevistados, a importância da construção de espaços institucionais para a medida de Semiliberdade, visto que isso tem sido uma falha do Estado de Goiás, uma vez que os adolescentes que passam pela medida de internação, ao serem desinternados, são encaminhados para a Liberdade Assistida para que não haja uma total ruptura daquilo que foi trabalhado com eles durante a internação.

Em contrapartida, também surgem outros olhares diante dessas ações, ao mencionarem que a medida de LA é desprovida de capital humano e de recursos financeiros suficientes se comparada com a medida privativa de liberdade. Revelando que o acompanhamento é falho, pois muitas vezes os adolescentes aparecem na rede apenas para assinar a LA, e o que ocorre de concreto nesse acompanhamento é uma comunicação entre os servidores da Unidade Socioeducativa e das demais instituições por meio da mobilização do GTIM.

Para a maioria dos entrevistados, um dos principais desafios para a efetivação dos princípios do SINASE é o entrosamento e a articulação entre diferentes atores sociais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, no sentido de possibilitar aos jovens e adolescentes o acesso às políticas sociais ao longo do cumprimento da medida socioeducativa, bem como após a extinção do processo judicial da medida privativa.

Ao sintetizar os principais desafios da rede apresento como principal proposta: Um Passo a Passo, para lidar com a Medida de Liberdade Assistida. Uma vez que ao longo da pesquisa e por meio do diálogo com o público entrevistado, percebi que esses achados poderão ser trabalhados em espaços coletivos com os profissionais que atuam no âmbito das medidas socioeducativas, principalmente na orientação dos adolescentes e das famílias, sobre: *como lidar com a Liberdade Assistida após o cumprimento de uma medida de internação? Liberdade e agora? O que fazer? Onde procurar ajuda?* Pois, percebo que essa proposta visa diminuir algumas dúvidas dos jovens e de suas famílias sobre como e onde buscarem apoio, após a desinternação.

A proposta foi construída por meio da contribuição dos diversos atores sociais participantes da pesquisa, entre outras questões interpretadas e refletidas tendo como base os instrumentos de ação pública discutidos no referencial teórico e metodológico com Lascoumes e Le Galès (2012), Cruz e Daroít (2020), Bruno Latour ao falar da Teoria Ator Rede (2012) entre outros.

O relatório traz sugestões e recomendações de articulações de trabalho em rede, considerando as práticas do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal, uma vez que identifiquei alguns resultados dos quais considero como possíveis caminhos para o fortalecimento e desenvolvimento de ações públicas locais por meio da ação de múltiplos atores que corroboram com o fortalecimento e a articulação de atores vinculados as medidas socioeducativas as quais podem ser trabalhadas por meio de troca de conhecimentos entre os profissionais da rede mapeada, bem como, em outros espaços coletivos.

Então, para que as demandas identificadas possam ser ajustadas visando à garantia dos direitos dos adolescentes e observando os dispositivos legais no que concerne ao acompanhamento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida no Município.

Uma vez que, os adolescentes ao serem desligados da medida privativa de liberdade, são inseridos na liberdade assistida, e ao perceberem que continuará sobre medida socioeducativa, algumas preocupações e inquietações surgem nesse contexto, sobre como lidar

com a desinternação e quais caminhos deverão seguir após o cumprimento da medida de internação.

Como produto dessa pesquisa ressalto a necessidade de desenvolvermos ações que possam ser incorporadas e promovidas pelo Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal o aperfeiçoamento dos instrumentos de ação pública bem como apresentar ações que venham intensificar as interações entre os profissionais da rede, com as famílias desses jovens, bem como a orientação desses, facilitando o acesso e o apoio da rede, para que esses possam compreender sobre como lidar com a liberdade após o cumprimento de uma medida de internação? O que fazer e onde procurar ajuda?

Diante dessas questões apresento cinco passos, conforme detalhados a seguir, que de certa forma organiza e traz ideias de ação pública para o acompanhamento de jovens inseridos na Medida de Liberdade Assistida:

O **1º passo:** reconhecer o que é a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Ambas são medidas socioeducativas a serem cumpridas em meio aberto, isto é, sem que o jovem tenha privação de liberdade, são judicialmente impostas, de cumprimento obrigatório. A LA tem como objetivo não só evitar que o adolescente venha novamente a praticar ato infracional, mas sobretudo ajudar o jovem na construção de um projeto de vida, respeitando os limites e as regras de convivência social e buscando sempre reforçar os laços familiares e comunitários.

A medida de PSC consiste na atribuição de tarefas gratuitas, isto é, sem remuneração, e essas tarefas podem ser cumpridas em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos etc. Essa medida é imposta levando em consideração dias e horários que não prejudiquem o formato de trabalho ou escola. O local em que ela deve ser cumprida geralmente é determinado pela equipe do CREAS.

Diante disso, o 1º passo a ser realizado pela família e pelo adolescente é procurar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Além de orientar e encaminhar cidadãos para os serviços existentes no município, o CREAS oferece informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio ao acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária.

Já o **2º passo** é procurar a escola, buscar o histórico escolar para se matricular em uma nova escola.

No **3º passo** o adolescente deve buscar apoio nas Redes Assistenciais, Centro de Referência da Assistência Social, Conselho Tutelar, Clínica Psicológica, Centro de Atenção Psicossocial e o Centro de Referência de Assistência Psicossocial.

O Centro de Referência Social (CRAS) é uma unidade pública, oferta programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; articula e fortalece a rede de proteção básica local buscando prevenir as situações de risco em seu território de abrangência, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos.

O Conselho Tutelar é um órgão municipal responsável por zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes, o qual também desenvolve um trabalho de forma articulada, podendo intervir ou acionar a rede CREAS, CRAS e CAPS, entre outros serviços municipais para garantir o direito de crianças e adolescentes que necessitam da proteção dessa rede. Por sua vez, a Clínica de Psicologia está voltada para orientação e acompanhamento de crianças, adolescentes e adultos. O Centro de Atenção Psicossocial - CAPS contempla o atendimento às pessoas com sofrimento psíquico ou transtorno mental. O atendimento à população é por demanda espontânea e pode ser por encaminhamento de outras unidades de saúde do Conselho Municipal de Saúde, Conselho Tutelar e outros seguimentos que tenham demanda.

Como exemplo, os Centros de Atenção Psicossocial do município de Luziânia, sendo dois Centros identificados como CAPS – D1 e CAPS – D3. Os atendimentos ofertados à comunidade são semelhantes em alguns aspectos e diferem em outros, conforme percebido durante as observações participantes, quando convocada para acompanhar adolescentes para atendimento nesses espaços e durante as reuniões juntamente com alguns atores sociais por meio do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal.

O CAPS D1 atende preferencialmente a comunidade e as demandas locais. E o CAPS D3, além de atender a comunidade e as demandas locais, atende os adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo Privativo de Liberdade do município de Luziânia, buscando atender e contemplar a Política do Programa da PNASAIRI e o Plano de Ação Municipal, mediante ações e estratégias propostas nessa política para o meio aberto com adolescentes inseridos na Liberdade Assistida.

4º Passo: O adolescente deve procurar Cursos Profissionalizantes, quando não cursados dentro do sistema. Eles são orientados a buscarem: o Instituto Federal de Goiás – IFG, o qual atua na área da Educação Superior Básica e Profissional, e se localiza no município de Luziânia - GO; seus cursos são gratuitos. Além desse, o SESC, o qual promove ações no campo da educação, saúde, cultura, lazer e assistência.

O SENAI oferece cursos (pagos e gratuitos) que formam profissionais para a indústria brasileira, desde a iniciação profissional até a graduação e pós-graduação tecnológica. O SENAC oferece cursos (presenciais e a distância) que formam profissionais para a indústria brasileira, desde a iniciação profissional até a graduação e pós-graduação tecnológica.

5° Passo: Orientar os adolescentes a se afastar de situações-problema, de antigas amizades que possam levá-los a reincidência, evitem lugares de conflitos e, se possível, mudarem de localidade e procurar apoio da família que mora em outros estados ou cidades.

Além desses passos outro exemplo é desenvolver Projetos culturais como o “Eu Leitor, Eu Escritor”, o qual foi ganhando espaço ao ser mapeado no âmbito das medidas socioeducativas pelo Programa das Nações Unidas e o CNJ, juntamente com a SECT por meio de práticas exitosas desenvolvidas no contexto das medidas socioeducativas na rede CASE. Por meio de ações pedagógicas, trabalhar o protagonismo juvenil em oficinas de cartas, oficinas de desenhos, produções de livros e passeios culturais, buscando fortalecer e reconstruir vínculos com a comunidade, entre outras ações para que os jovens possam refletir sobre suas realidades de vida e ocupar outros espaços na sociedade que não sejam os “Três C: Cadeia, Caixão e Cemitério”.

Tudo isso são evidências de um esforço de articulação de trabalho em rede por meio da ação de múltiplos atores sociais que, aos poucos, vão se tornando ações e estratégias de engajamento que precisam ser compartilhadas porque geram conhecimento entre os profissionais e que, de certa forma, vão apresentando alguns caminhos a serem seguidos pelos adolescentes que passaram pela medida de internação.

Uma vez que, as articulações entre as redes são projetadas e estão em processo de fortalecimento por meio da mobilização do GTIM, para que elas alcancem seu público-alvo, os servidores públicos precisam conhecer e compreender que as políticas públicas não nascem apenas com propostas de leis, mas podem surgir de baixo para cima, por meio das ações de “burocratas de rua” com a mobilização de grupos que trazem consigo algumas inovações sociais que podem ser compartilhadas.

A partir dessas reflexões e por meio do diálogo tecido com os participantes da pesquisa, despertamos para as seguintes recomendações para que haja um maior engajamento entre os atores sociais.

Nesse sentido, importaria ainda:

- a reformulação e reorganização da Portaria que deu origem ao GTIM para que os assuntos referentes ao acompanhamento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida possuam um coordenador específico além do matriciador da rede para

acompanhar e assessorar as demandas e as necessidades dos adolescentes inseridos na LA;

- a criação de uma referência institucional de semiliberdade para os adolescentes que precisem desse acompanhamento após a medida de internação, para que haja a correta transição da medida de internação e o acompanhamento por parte dessa rede, principalmente para aqueles jovens que precisam ser acompanhados devido às dificuldades encontradas para recomeçarem suas vidas.
- para a qualidade da atuação do GTIM enquanto rede articuladora das medidas de LA, é indispensável a revisão do Plano Operativo Municipal. Durante a pesquisa foi sinalizada a importância da inserção de atores que ainda não foram inseridas no Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal, como por exemplo a UAI – Unidade de Acolhimento Institucional.

Estaremos à disposição, por meio de palestra, para apresentar aos atores governamentais responsáveis por assessorar e apoiar tecnicamente a implantação/implementação e operacionalização dos instrumentos normativos os alcances, os limites e os desafios expostos pelos atores sociais entrevistados.

Essas palestras poderão ser apresentadas em momentos coletivos da SECT/GO - Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho do Estado de Goiás, nas Instituições CASE, CREAS e CAPS, entre outros espaços multiplicadores, como por exemplo: universidades, escolas, batalhões da Polícia Militar e na própria rede mapeada, visto que algumas delas não conhecem o trabalho uma da outra, visando, assim, fortalecer a articulação do trabalho em rede.

PALAVRAS FINAIS

Importa dizer que se faz relevante dar maior visibilidade às ações coletivas por meio de palestras, seminários, simpósios, para que, dessa forma, possamos diminuir alguns dos desafios apresentados pelos participantes da pesquisa e contribuir para o fortalecimento e a articulação do trabalho em rede.

É preciso também utilizar o GTIM como espaço privilegiado para convergência intersetorial, pois percebemos no grupo possibilidades para avançar e fortalecer as articulações enquanto rede por meio daquilo que já existe no município, bem como agregar outros coletivos visando à garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade e meio aberto.

Então, pensando nessas questões, apresentamos como proposta de produto de mestrado

“Um passo Um Passo a Passo, para lidar com a Medida de Liberdade Assistida por meio da mobilização e aperfeiçoamento de iniciativas de trabalho em rede por meio de palestras, seminários, entre outras ações que possam colaborar para o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de Medidas de LA no município como instrumento de ação pública.

Sendo assim, direcionaremos o Relatório Técnico Conclusivo à SECT/GO – Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho do Estado de Goiás e à Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que o Plano Operativo Municipal e o Plano de Ação Municipal têm como instrumento de ação pública o acompanhamento dos adolescentes no meio aberto e no meio fechado, a Política da PNAISARI e o GTIM.